

ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

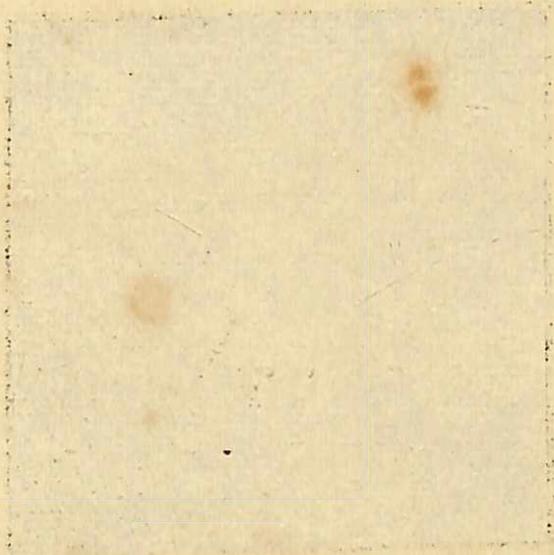
53

Revista
de Cultura da
Universidade do Recife

I
Julho-Setembro
1962

Ae: 208678

Ex: 8667416



Estudos Universitários

Revista de Cultura da Universidade do Recife

1 JULHO—SETEMBRO 1962

REITOR JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA. Apresentação 3

LUIZ COSTA LIMA. Estudos Universitários: Introdução 5

ENSAIOS

GILBERTO FREYRE. Prefácio de uma Tradução 9

CELSO FURTADO. Reflexões sobre a Pré-revolução Brasileira 17

CLÁUDIO SOUTO. Um Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco 29

PAULO FREIRE. O Professor Universitário como Educador 45

VAMIREH CHACON. Rumos da Renovação Brasileira 51

NELSON NOGUEIRA SALDANHA. Historiografia Ocidental e Cultura Brasileira 59

SEBASTIÃO UCHOA LEITE. Teoria do Ócio (poema) 67

JOÃO ALEXANDRE BARBOSA. Reflexões sobre Arte, Universidade e Cultura 71

JARBAS MACIEL. Musicologia: Oportunidade para a Universidade Brasileira 77

ESTUDOS

LUIZ COSTA LIMA. *Terceira Feira*: Seu Sentido Básico 87

GADIEL PERRUCCI. Uma Europa Nova 93

RESENHAS

ORLANDO DA COSTA FERREIRA, VAMIREH CHACON, JOMARD MUNIZ DE BRITO, WALTER DA COSTA PORTO, ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, JARBAS MACIEL, SEBASTIÃO UCHOA LEITE,

LUIZ COSTA LIMA

UNIVERSIDADE DO RECIFE

JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA

REITOR

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

REVISTA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

Reitor JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA

DIRETOR

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Aluizio Bezerra Coutinho
Profa. Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio
Prof. Evaldo Bezerra Coutinho
Prof. Francisco de Albuquerque Martins
Prof. Guilherme de Albuquerque Martins
Prof. José Cavalcanti de Sá Barreto
Prof. Gilberto Osório de Oliveira Andrade
Prof. Luiz Maria de Souza Delgado
Prof. Luiz Ferreyra dos Santos
Prof. Luiz Osório de Siqueira Neto
Profa. Maria do Carmo Tavares de Miranda
Prof. Newton Lins Buarques Sucupira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. José Gláucio Veiga
Prof. Joel de Albuquerque Pontes
Prof. Rui da Costa Antunes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO: Prof. Luiz Costa Lima

CORRESPONDENTE NA ESPANHA: Dr. Angel Crespo

RESUMOS EM FRANCÊS E INGLÊS: José Laurênio de Melo, Jarbas Maciel, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade e Jacques Décourcelle

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Orlando da Costa Ferreira



Ac 205678
8667416

Reitor JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA

Apresentação

A VIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO RECIFE dentro do panorama cultural brasileiro, motivou o aparecimento desta revista, o instrumento que faltava para a divulgação do pensamento e do trabalho dos valores humanos condicionadores do mérito de uma instituição que interpreta a cultura como um dos meios de formar o homem integralmente, permitindo-lhe sentir as perplexidades do complexo do ser.

Nestas páginas, a força interior criadora que anima a Universidade do Recife, decorrente da cultura de figuras eminentes em diversos domínios do conhecimento, exteriorizando-se sob a forma de colaboração consciente, através do regional servirá à dinâmica universal do saber e mostrará como estamos mudando, conduzidos pelos componentes de uma elite que, pelo equacionamento das forças espirituais herdadas e das emergentes, atualiza-se em acôrdo com mutações naturais ao espaço e ao tempo, despertando ações e reações de alto poder criador.

Instrumento de intercomunicação, ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS mostrará aspectos do que se está fazendo aqui, e deixará antever o que se poderá fazer a serviço do amanhã, isto é, em benefício dos que terão a responsabilidade de ampliar a contribuição dos contemporâneos, ao bem do homem, através de mensagens inspiradoras para as novas gerações, cuja educação há de ser estimulada pela curiosidade de saber, pelo gôsto de trabalhar e pelo direito de pensar livremente, condições necessárias à formação de futuros e autênticos líderes.

APRESENTAÇÃO

A Universidade de Brasília, criada em 1960, tornou-se um dos principais centros de ensino superior do Brasil. Desde sua fundação, a instituição tem buscado a excelência acadêmica e a inovação pedagógica. Este trabalho, que trata da história da instituição, foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma visão abrangente de sua trajetória e de suas conquistas. O texto aborda os aspectos históricos, administrativos e acadêmicos, destacando o papel fundamental da comunidade universitária na construção de uma universidade moderna e comprometida com o desenvolvimento nacional. A obra é fruto de uma pesquisa minuciosa e de uma colaboração entre diversos membros da comunidade acadêmica, refletindo o espírito de cooperação e de busca por conhecimento que caracteriza a Universidade de Brasília.

LUIZ COSTA LIMA

Estudos Universitários: Introdução

O BRASIL DE HOJE se apresenta como uma vasta estrutura em transformação. Mas não há estrutura social que se transforme sem mentalidades que entrem em choque. Para quem conheça os debates que se travam no Brasil, desde a esfera das questões econômicas e políticas não será estranha a referência à presença em choque de duas mentalidades. Uma, ardilosa ou ingenuamente conservadora, outra crítica ou sentimentalmente aderida à transformação nacional. E, ao passar de um nível estritamente econômico, essa discussão tende a focar o problema das elites atuais, se perguntando sobre qual o papel que cabe às verdadeiras. Devem elas se comportar com os temores e a indiferença tradicionais, fazendo do seu pouco cristianismo a sua muita defesa? Ou o seu papel é de se empenharem por uma afirmação positiva da transformação nacional?

Parece-nos claro que a essa posição dilemática sobre o papel das elites — se afastamos os que defendem esta ou aquela posição por motivos viciosamente pessoais, como os de manutenção ou alcance dos privilégios e do poder — correspondem duas concepções opostas e subjacentes de cultura, a seguir formuladas.

Os hostis ou indiferentes à transformação que sacode o país — sempre *afastando aqueles que assim se comportam por interesses pessoais* — concebem a cultura como uma criação pura do espírito. Se nela interferem elementos de ordem material eles afinal não passam de elementos externos, que não influem mais do que acidental e arbitrariamente no conteúdo da criação. Seriam como os arranjos de bastidores, importantes mas secundários e "exteriores" ao

valor próprio de uma peça teatral. A cultura, obra do espírito criador, só tem diretamente a ver com as qualidades individuais. O mais é acidental e irrelevante.

Essa concepção determina uma conduta prática: do ponto de vista da cultura pouco importa a direção que tomem as transformações sociais, pois em qualquer tempo um espírito criador conceberá uma obra de qualidade e um mediocre uma falsa. Por isso interessar-se o intelectual pela transformação do país será algo pegado de fora à sua atividade específica, o favor de uma imerecida paixão.

Aí está o perigo de uma revista de cultura no Brasil. O seu intelectual vem comumente corporificando essa idéia falsamente espiritualista da cultura. Ele assim com facilidade estimula a veneração alienada por outros tempos ou por outros locais, esquecendo-se de que é mais fácil entusiasmar-se com o que fizeram os renascentistas do que haver sido um renascentista. Sempre inventamos maneiras de escapar dignamente da realidade.

Os que orientarão *Estudos Universitários* pensam diferente. Para eles, a cultura implica previamente em um ato de coragem, em uma busca de aproximação com a realidade, sendo, em suma, a resultante da aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência carregada dos problemas próprios à área particular, em que lhe foi dado viver. A cultura é a emersão de um enfrentamento diário com o desafio da existência, pois o espírito não cresce por apenas se imunizar.

A uma concepção idealista, cômoda e conformista da cultura propõem uma concepção realista: a cultura como aventura de risco e não expressão de isolamento, como a anti-fuga, como a nomeação de uma vida em que se está inserto. Isto os leva a saber que uma busca cultural só alcança êxito ao haver conseguido potenciar a visualização do homem. Daí então defenderem, praticamente, que só através de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira teremos condições de formular um pensamento adequadamente brasileiro: pensamento de quem passando a saber visualizar sua circunstância passe a saber transpô-la criadoramente.

Preocupar-se com o Brasil, segundo a concepção postulada, não é algo que se exerça de fora para dentro, mas, ao contrário, é a condição basilar para que se venha a estabelecer uma tradição cultural da qualidade ainda desconhecida na nossa.

Independente das nossas lamentações, devemos, porém, saber que o programa acima exposto não é mais do que um ponto máximo a ser alcançado. O que significa, muitas vêzes esta linha programática será comprometida por colaborações antes desarmônicas ou hostis à concepção proposta de uma cultura realista situada. Assim sucederá não por liberalismo ou espírito acomodatício de nossa parte. Estas contradições se explicarão por causas mais graves. De um lado, elas são inevitáveis já porque o tipo de tradição cultural que aqui se pretende fecundar é por enquanto apenas um programa para ser ainda cumprido. De outro lado, teremos de contar com colaboradores vindos de gerações diferentes e com formas diversas de mentar a realidade. Daí talvez coubesse perguntar se a aceitação destas contradições não impugnaría o que acima se apresenta com a linha básica da revista.

Pensamos que não. Na medida em que *Estudos Universitários* conduza ao desenvolvimento de uma mentalidade crítica por parte do público a que imediatamente se

voltará, o público recifense e nordestino, ela, de um lado, irá possibilitando o aparecimento de uma pressão comunitária contra ensaístas e professor "ingênuos", anti ou pouco situados e, de outro, concomitantemente ajudando a êles próprios, ensaístas e professores, para que se despojem das contradições que lhes afastam de um programa de cultura realista e, portanto, de nós.

Por outras palavras, estamos no aceso de uma luta. *Estudos Universitários* se inicia com uma posição marcada, mas crê não poder torná-la vitoriosa se parte em busca de uma coerência cartesiana, ainda impossível na atualidade brasileira, pelas razões acima alegadas. Isso significa dizer que cada número de *Estudos Universitários*, ao ser lançado, não estará pronto para ser imediatamente tomado como um todo de posições realistas e situadas. Por causa das contradições que cada número apresentará será necessária a atenção demorada do leitor, já mesmo porque seria absurdo, para a mentalidade crítica que desejamos ajudar a despertar, se pretendêssemos insinuar julgamentos antecipados.

A luta por uma cultura brasileira desalienada, autenticamente situada, não pode ainda deixar de conter flagrantes contradições, notadamente em um órgão como êste, cujos colaboradores não estão previamente unidos. Não apreciamos as contradições; expondo-as, porém, ao julgamento público possibilitaremos a sua diminuição e o seu posterior ultrapasse.

Em uma luta por uma cultura brasileira desalienada se a alguma coisa nos opomos é a um espiritualismo distorcido e a tudo o que o favoreça. Nas contingências atuais, distorções não poderão ser sempre evitados. Confiamos, porém, em que a participação ativa do leitor, por sugestões ou críticas que nos faça chegar, possibilitar-nos-á a coerência que por ora apresentamos apenas como um ponto máximo a ser ainda alcançado.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: UNE INTRODUCTION

Le Brésil d'aujourd'hui nous apparaît comme une vaste structure en processus de transformation. Mais à l'intérieur de toute structure sociale qui change il y a un choc de mentalités. Ce n'est pas chose étrange pour qui connaît les débats menés, au Brésil, dans le

secteur des affaires économiques et politiques, l'allusion à la présence de deux mentalités en choc. L'une malicieusement ou naïvement conservatrice, l'autre engagée dans la transformation nationale, critiqueusement ou par sentimentalisme. Et, au delà d'un niveau stricte-

ment économique, cette discussion veut envisager le problème des élites actuelles, en se demandant sur le rôle des véritables élites. Doivent-elles se conduire avec la peur et l'indifférence traditionnelles, en faisant de leur christianisme appauvri leur grande défense? Ou bien doivent-elles s'engager dans une affirmation positive de la transformation nationale?

Il nous semble évident qu'à cette position, établie ainsi comme un dilemme, correspondent deux conceptions opposées et sous-jacentes de culture, dont nous parlerons ensuite; cela si nous ne prenons pas en considération ceux qui défendent telle position ou telle autre pour des motifs vicieusement personnels, tels la conquête ou le maintien des privilèges et du pouvoir.

Ceux qui sont hostiles ou indifférents à la transformation qui secoue le pays — en écartant toujours ceux qui agissent de la sorte à cause d'intérêts personnels — conçoivent la culture comme une création de l'esprit. Les éléments d'ordre matériel qui y interfèrent ne seraient que des éléments extérieurs dont l'influence sur le contenu de la création n'est qu'accidentelle et arbitraire. Ils ne seraient que des arrangements de coulisses, considérables mais secondaires et "extérieurs" par rapport à une pièce de théâtre. La culture, oeuvre de l'esprit créateur, n'a directement à voir qu'avec les qualités individuelles. Le reste est accidentel et sans importance.

Cette conception entraîne une conduite pratique: du point de vue de la culture peu importe la direction prise par les transformations sociales, car en tout temps un esprit créateur peut engendrer une oeuvre de qualité, et un esprit médiocre peut produire une oeuvre fautive. L'intellectuel ne sera intéressé dans la transformation du pays que d'une façon extérieure et étrangère à son activité, comme s'il serait épris d'une passion sans mérite du point de vue de son activité spécifique.

Voilà les dangers auxquels doit faire face une revue culturelle au Brésil. L'intellectuel brésilien, généralement, incarne cette idée fausement spiritualiste de la culture. C'est ainsi qu'il encourage une vénération aliénée en face d'autres pays ou d'autres temps, en oubliant qu'il est plus facile d'admirer avec enthousiasme ce qu'on fait les hommes de la Renaissance que d'avoir été un homme de la Renaissance. On invente toujours des manières d'échapper dignement au réel.

Ceux qui auront à leur charge la direction de *Estudos Universitários* ont une autre pensée. Pour eux la culture exige préalablement un acte de courage, un effort d'approche du réel, étant donné qu'elle est, en somme, le résultat de l'acceptation par l'homme des défis qui lui sont faits par l'existence des problèmes péculiaires de la région dans laquelle il vit. La culture émerge de l'affrontement quotidien du défi de l'existence, car l'esprit ne s'agrandit pas en cherchant une immunisation.

Ils proposent une conception réaliste: la culture comme une aventure, un risque, comme une anti-fuite, comme l'expression directe de la vie dans laquelle on est inséré, au lieu d'une conception idéaliste, commode et conformiste de la culture, expression d'un isolement. Ils savent ainsi qu'une recherche culturelle ne réussit que si elle renforce la manière d'envisager le problème de l'homme.

Ils défendent pratiquement que ce n'est que par une préoccupation active à l'égard de la réalité brésilienne que nous aurons des conditions pour formuler une pensée brésilienne adaptée: une pensée de celui qui peut considérer sa situation et qui peut aussi la surmonter de façon créatrice.

Dans la perspective de cette conception, la préoccupation à l'égard du Brésil n'est pas quelque chose qui s'exerce de l'extérieur, mais au contraire c'est la condition primordiale pour créer une tradition culturelle d'une qualité que nous ne connaissons pas encore.

Indépendamment de nos lamentations nous devons savoir que le programme ci-dessus n'est qu'un point maximum que nous voulons atteindre. Cela veut dire que cette ligne sera nécessairement compromise par des collaborations plutôt en désaccord avec la conception proposée d'une culture réaliste et engagée, voire même hostiles à celle-ci. Cela arrivera non par libéralisme ou à cause d'un esprit accommodant de notre part. Ces contradictions s'expliqueront par des causes plus sérieuses. D'un côté elles sont inévitables parce que le type de tradition culturelle que l'on prétend féconder ici n'est, pour le moment, qu'un programme tracé pour être encore accompli. D'un autre côté nous aurons comme collaborateurs des gens venus de générations différentes et qui ont des manières différentes de penser la réalité. On demanderait alors si l'acceptation de ces contradictions ne mettrait pas en échec la ligne basique d'orientation de la revue.

Nous n'en croyons pas. Dans la mesure où *Estudos Universitários* puisse conduire au développement d'une mentalité critique dans le public vers lequel elle se tournera immédiatement, le public de Recife et du Nord-Est du Brésil, elle rendra possible d'un côté la naissance d'une pression communautaire contre des essayistes et des professeurs "naïfs", dégagés du réel ou peu engagés, et d'un autre côté, au même temps, les aidera à se dépouiller de leurs contradictions, contradictions qui les éloignent d'un programme culturel réaliste et partant les éloignent de nous.

Nous sommes engagés dans une lutte. *Estudos Universitários* s'initie avec une position définie, mais elle croit que la victoire ne lui sera pas donnée si elle cherche d'être cartésienement cohérent. Cela est impossible dans l'actualité brésilienne, par les raisons que nous avons exposées ci-dessus. Cela veut dire qu'on ne peut pas prendre chaque numéro de *Estudos Universitários* comme un bloc, un tout cohérent des positions réalistes et engagées. A cause de ces contradictions internes le lecteur doit être attentif, d'ailleurs ce serait absurde, étant donné la mentalité critique dont l'épanouissement nous désirons aider, de prétendre insinuer des jugements a priori.

Dans la lutte pour une culture brésilienne non aliénée, s'il y a une chose à laquelle nous nous opposons c'est à un spiritualisme tordu et à tout ce que puisse le favoriser. Dans la situation actuelle on ne pourra pas toujours éviter des distorsions. Nous croyons cependant que la participation active du lecteur, moyennant des suggestions et des critiques envoyées à la revue, rendra possible l'unité cohérente que nous présentons ici comme un but, un point maximum, à atteindre.

INTRODUCING ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Brazil appears today as a vast structure in process of transformation. But no social structure is likely to change without causing a clash of mentalities. Whoever is acquainted with the current debates in Brazil, starting from the sphere of economic and political matters, will not find it strange to speak of the clash of two mentalities: one, cunningly or naively conservative; the other, critically or sentimentally clung to the country transformation. In going past the strictly economic level, the discussion tends to focus the question of our present-day élites, and find out the role to be played by the true ones. Are they to behave according to their traditional unconcern and fears, turning their little Christianity into their much defence, or, instead, are they to struggle for upholding the country transformation?

It seems quite clear to us that this perplexing position concerning the élites role (let us put aside those who defend one or another attitude out of defectively personal reasons, such as the maintenance of old privileges and the seizure of power) corresponds to two opposite and underlying conceptions of culture, which we shall try to summarize in the following lines.

Those who are hostile or indifferent to the transformation that shakes up the country (we go on leaving out those who adopt this attitude out of personal interests) conceive culture as a purely spiritual creation. They maintain that the material elements interfering with it only exercise a haphazard influence on the contents of the creative work. The material elements look like the arrangements behind the stage wings, that is, they are important but secondary, and alien to the intrinsic value of a play. As a product of the creative mind, culture has only to do with the individual qualities, the rest being accidental and irrelevant.

Such a conception determines a practical conduct. From the point of view of culture the course taken by the social changes is of no importance, since at any time a creative mind can conceive a high quality work whereas an ordinary mind brings forth a second-rate work. Therefore, the intellectual's regard for the country transformation ought to be looked upon as something attached to his specific activity from the outside.

It stems from here the danger that threatens all magazines of culture in Brazil. The Brazilian intellectual has often given form to a falsely spiritualistic idea of culture and still encourages the worship of times and places other than his, forgetting, for example, that it is easier to be carried away by Renaissance achievements than to have been a Renaissanceist. We always find a brilliant way of escaping reality.

Those who will edit *Estudos Universitários* hold a different view. To them culture primarily means an act of courage, a quest for the best approach to a given reality. It is, in short, a resultant of the acceptance by man of the challenge received from an existence loaded with problems pertaining to the particular area in which he lives. Culture is what emerges from a daily confrontation with such a challenge, since the spirit does not grow by merely getting immune.

To an idealistic, comfortable and accommodating conception of culture, the editors oppose a realistic conception — that of culture as a risky adventure and not an expression of aloofness, as the anti-escape, the denomination of a life in which one is inserted. This leads them to realize that the pursuance of culture can only succeed when it develops an insight into man. Hence, they do maintain that it is only through an active interest in Brazilian actuality that an adequately Brazilian thought will get into shape, a thought of one who, by learning how to visualize one's circumstance, learns how to transpose that circumstance creatively. According to this conception, being concerned with Brazil is the basic condition to establish a cultural tradition, the quality of which is still unknown to us.

Aside from our complaints, we must bear in mind that the above mentioned programme is but the supreme target to attain. That means that quite often it will be jeopardized by contributions sometimes hostile to the conception substantiated in our goal for a realistic and situated culture. The contradiction will be explained less by a liberal or accommodating attitude than by the incoming ideals pertaining to contributors which represent different generations and diverse ways of reflecting upon reality. Would this hamper the magazine's orientation?

The editors think not. Inasmuch as *Estudos Universitários* develops a critical attitude on the part of the readers to which it turns over, it will make possible the emergence of a pressure on alienated writers and teachers, at the same time as it will also free them from all contradictions which set them apart from a cultural realistic programme.

In other words, we are just amidst a fight. *Estudos Universitários* is launched with a definite position while taking into account a fair chance of not winning this fight completely if starting from a search for Cartesian consistency still unfeasible in the framework of Brazilian reality. So each issue to be presented to the public in the future should not be too readily taken as fully representing the editor's stand. In view of the contradictions to be found in them readers are required to give them the best of their attention, for it would be absurd, concerning the critical frame of mind the editors are helping to awake, to try to impose judgements in advance.

The fight for a de-alienated, authentic, and properly situated Brazilian culture cannot help taking along flagrant contradictions, mainly in the case of a magazine like this, whose collaborators do not necessarily agree on all points of view. We do not appreciate such contradictions. However, by exposing them to public judgement we may decrease them and propitiate their eventual overcome.

In this fight, if we are opposed to anything it is to a warped spiritualism and whatever may favour it. The distortions cannot always be avoided in the present juncture. We do believe, however, that the reader's active participation, through either critical remarks or suggestions, will supply us with the consistency which we present now as the highest point to be still reached.

GILBERTO FREYRE

Prefácio de Uma Tradução

É COM ALGUMA EMOÇÃO que o autor do ensaio *Social Life in Brasil in the Middle of the 19th century* — trabalho universitário de mocidade, escrito em língua inglesa e à sombra da Universidade de Colúmbia, no já remoto ano de 1922 — acaba de revê-lo, na esmerada versão portuguesa realizada pelo Professor Valdemar Valente; e que o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais decidiu publicar — primeira publicação do nosso trabalho em língua portuguesa e no Brasil — como iniciativa da sua secção de História Social e do ilustre Diretor do Instituto, o Professor Mauro Mota.

Mais do que ensaio de História Social é aquêlê trabalho de mocidade, ensaio um tanto *à la* Goncourt — tal o seu modo de ser realista e, ao mesmo tempo, romântico, nunca, porém, novelesco de História Íntima. Tentativa de reconstituição de alguns aspectos menos ostensivamente públicos e menos brilhantemente oficiais, mas, nem por isto menos sociológica e psicologicamente significativos, do viver em família — inclusive o quase secreto viver das alcovas, das cozinhas, das relações entre iaiás e mucamas, entre mucamas e ioiôzinhos, entre pais e filhos já estudantes — dos brasileiros daquela época, ainda de esplendor patriarcal.

Romântico êle é por não lhe faltar um pouco daquela simpatia pelo passado em que os "louvadores dos tempos idos", desde os Românticos, tanto se extremam. Mas essa simpatia moderada pelo sentido de realismo, talvez às vêzes cru, com que vêm sugeridos, em numerosas páginas, aspectos na-

da honrosos para os princípios de higiene seguidos pelos nossos avós e pelos nossos bisavós; e que caracterizava aquêlê viver em alcovas escuras e às vêzes úmidas; que impregnava de desasseio a atividade das escravas pretas nas cozinhas de sobrados, várias dessas cozinhas instaladas em sótãos aonde a água era levada penosamente pelos muleques; que fazia do transporte do excremento das casas senhoris, para as praias, um escândalo de imundície.

Reaparece o velho ensaio, agora em tradução portuguesa, revisto pelo autor; e num ou noutro ponto alterado em pormenores de superfície, nunca em matéria que modifique sua estrutura ou sua substância. Alterações, quase tôdas, de forma; e visando maior clareza de expressão, maior nitidez de palavra, mais exata caracterização de fatos considerados significativos. Daí vários acréscimos da parte do autor.

Reconhece o autor, em esforço de auto-crítica relativamente fácil de ser feito por indivíduo de idade já proecta com relação a trabalho de mocidade, que o seu ensaio de 1922 escreveu-o quase de um ponto de vista único e êste — admite — personalíssimo: o de um neto ou bisneto que procurasse reconstituir parte da vida mais íntima vivida pelos seus avós e pelos seus bisavós, uns na meninice, outros na idade já madura. Mas procurando nessa vida de uns poucos o que fôsse típico do viver, em dado instante do desenvolvimento do Brasil, de Colônia em Império — os meados do século XIX — de grande número de brasileiros: de tôda uma

casta senhoril e em grande parte branca — organizada em vasto sistema patriarcal, impregnado de religiosidade cristã. Sistema sôbre que se apoiava a economia, a cultura, a ética de uma população que dificilmente podia ser considerada povo. Uma população, em grande parte, de extremos: de senhores e de escravos.

O ensaio que agora aparece, em língua portugüesa com o título de *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*, apareceu em língua inglêsa há quarenta anos. Estava então em moda dizer-se da História que o seu valor, para o homem moderno, estava em poder ser Sociologia ou Psicologia ou Economia aplicada ao passado. Isto — Ciência aplicada ao passado — talvez seja um pouco aquêlê ensaio, escrito por quem era então estudante de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Colúmbia; e discípulo do antropólogo Boas, do sociólogo Giddings, do jurista Munro, do economista Seligman, do historiador social Carlton Hayes. Mas o que porventura há, no velho ensaio, de projeção da ciência que vinha sendo então adquirido pelo autor, de mestres tão ínsignes e em universidades de tanto renome, não se extrema nunca em cientificismo. É o que o autor hoje verifica com maior alegria, ao ler trabalho escrito em idade ainda tão verde: não o turva nenhum cientificismo, embora só o pudesse, talvez, ter realizado quem juntasse à sensibilidade ao passado da sua própria gente formação rigorosamente científica em universidades estrangeiras.

Não consegue o autor furtar-se à tentação, ao reler trabalho tão remoto como o que se aventurou a escrever há quarenta anos, em língua inglêsa e a que deu o título *Social Life in Brazil in the Middle of the Century*, de procurar surpreender nas páginas do tênuê opúsculo universário — agora traduzido para a língua portugüesa — sugestões de que se desenvolveram nele, autor, com o tempo e com a experiência, outras preocupações e outros modos de considerar a formação e o *ethos* da sua gente: a brasileira. Pois algumas dessas sugestões estão presentes, bem ou mal desenvolvidas, em alguns dos livros que, já plenamente adulto, vem escrevendo sôbre o mesmo assunto.

Apareceram então pioneiramente, tendo

provocado um interêsse que surpreendeu o estreante. Esse interêsse, quer da parte de mestres acadêmicos — do Professor Clarence Haring, por exemplo (professor da Universidade e *scholar* de formação oxononiana que, no ano em que foi escrito *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, se achava na Universidade de Colúmbia, como substituto do Professor William Shepherd), do Professor William Shepherd — a quem o autor deve principalmente a recomendação para o *scholarship* que lhe permitiu iniciar seus estudos naquela universidade — do Professor Percy A. Martin, da Universidade de Stanford, do Professor Alexander Robertson, de Washington, do naqueles dias Professor Oliveira Lima, da Pontifícia Universidade Católica, também de Washington, — quer da parte de críticos acadêmicos e até antiacadêmicos: Henry L. Mencken, por exemplo. João Lúcio de Azevedo, Antônio Torres. No Brasil, o mesmo ensaio não teria — é certo — a menor repercussão. Mas a verdade é que poucos seriam os exemplares que aqui chegariam, devendo-se também notar que era bem menor do que hoje, naqueles dias, o número de brasileiros conhecedores da língua inglêsa. Era para muitos uma língua mais associada a técnicas e a esportes do que a letras e a ciências.

Por outro lado, os anos que se seguiram ao regresso do autor, do estrangeiro — dos Estados Unidos se transferira para a Europa, onde seus estudos seriam principalmente os antropológicos em museus especializados; e orientados, de Colúmbia, pelo Professor Franz Boas — foram para êle de quase acedia; de desinterêsse quase mórbido por seus estudos realizados no estrangeiro e absurdos, alguns dêles, para o Brasil daquela época — um Brasil talvez mais convencional e, no meu sentido, mais suburbano, que o de hoje; de esforço de reintegração simples, pessoal no meio brasileiro. Esfôrço que implicou, por algum tempo, em repúdio, pelo nativo de volta à sua aldeia, às suas ligações com as universidades ou cidades universitárias estrangeiras com que estivera em contacto. Com Colúmbia. Com Oxford. Com a Sorbonne. Daí seu desprezo pelo opúsculo escrito em inglêso ter sido igual ao desinterêsse que pelo mesmo ostentaram os então secretários dos Institutos Históricos — o Brasi-

leiro e o Pernambucano — a quem foram oferecidos pelo autor exemplares do ensaio, por sugestão de seu mestre e amigo Oliveira Lima.

Era um trabalho de jovem que talvez devesse ter merecido alguma atenção da parte daqueles já provecctos brasileiros. Não mereceu nenhuma. Eles parecem ter enxergado no livreco apenas literatice; e essa, em linguagem inglêsa, que desconheciam. Era um trabalho — devem ter raciocinado — que, para ser histórico, apresentava-se paupérrimo em suas citações de datas e de nomes próprios; e a que faltava, por outro lado, para ser considerado tentativa de interpretação sociológica de história, um mínimo de solemnidade nas citações de sociólogos, dentre os então conhecidos no Brasil. Sendo assim, como poderia um trabalho tão diferente dos convencionais ser tomado a sério em sodalícios então dominados por intelectuais tão caturras? Se o ensaio merecera a aprovação de mestres universitários nos Estados Unidos isto não surpreendia. Um dos caturras, quase imitando certo personagem de Eça, chegou a perguntar certa vez ao autor: “Mas existem mesmo universidades de alta categoria intelectual nos Estados Unidos?” A idéia predominante entre muitos dos intelectuais brasileiros da época, a respeito daquele país, era ainda sumária. Admitiam apenas o brasileiro que tivesse, em escolas dos Estados Unidos — ou antes, em suas oficinas — estudando Engenharia, Mecânica, Agricultura. Donde o autor raramente se ter confessado, naqueles dias, aos seus compatriotas, individuo de formação universitária que estudara, nos Estados Unidos, Ciências Políticas, Jurídicas, Sociais. Que recebera lições de juristas como John Bassett Moore, de sociólogos como Giddings, de economistas como Seligman, de antropólogos como Boas, de helenistas como Zimmern — êste, de Oxford, Ou que não havia estudado com anglo-saxões nem Engenharia nem Mecânica nem Agricultura, porém Ciências Políticas, inclusive algumas Jurídicas e várias Sociais. Entre as Sociais, a Antropologia Cultural e a História Social. Entre as Políticas, a Economia. Entre as Jurídicas, a Diplomacia e o Direito Internacional.

Foram êsses estudos na Universidade de Columbia, que o levaram — numa época

em que a grande universidade estava ainda quente da presença, entre seus mestres, de Charles A. Beard, o autor de *Economic Interpretation of the Constitution* e conservava entre seus catedráticos, um mestre de Sociologia como Giddings, um professor de Economia como Seligman, jurista do saber de John Bassett Moore e de Munro — a interessar-se não só pela interpretação econômica como pela interpretação sociológica do passado humano; e não só pela chamada “economic data” como pelas “histories of every day life” que para êle, desde então, passaram a constituir parte considrável não só da Antropologia como da História Social.

Estava-se na Universidade de Columbia, nos dias do autor de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* aluno graduado da sua Ficuldade de Ciências Políticas — Políticas, Jurídicas e Sociais — sob o impacto da renovação intelectual que ficaria conhecida por “New History”. Segundo a “New History”. — nisso semelhante à renovação de estudos histórico-sociais que vinha sendo empreendida na França por Marcel Bloch e seria continuada por vários dos seus discípulos, um dêles o homem Mestre Fernand Braudel — ao estudo do passado humano fazia-se necessário aplicar critérios diferentes dos convencionais — isto é dos cronológicos, dos concentrados apenas no estudo dos fatos políticos e guerreiros. Êsses critérios novos, sugeriram-nos os avanços em Psicologia, em Antropologia, em Economia, em Sociologia, em Geografia, em Ciências Políticas e Jurídicas, na própria Biologia.

Havia, é certo, o perigo de um generalismo que, em vez de corrigir excessos de especialismo, conduzisse o estudo do passado humano ao excesso oposto. Mas havia também um possível meio-térmo entre tais excessos. Não fôra através dêsse meio-térmo que Beard escrevera sua logo clássica *Economic Interpretation of the Constitution*? E que Turner traçara sua também logo clássica *The Significance of the Frontier in American History*? Que Thomas e Znaniecki produziram sua monumental *The Polish Peasant in Europe and America* (1920)? Que D. H. Kulp traçou sua *Country Life in South China* (1925). Robert S. Lynd e Helen M. Lynd, seu *Middletown* (1929) e G. T. Robinson sua *Rural Russia under the Old Re-*

gime (1932)? Que Thurman Arnold veio a escrever o seu *The Folklore of Capitalism* (1938), Max Radin, o seu *The Manners and Morals of Business* (1939) e Nortense Powdermaker, *After Freedom: a Cultural Study in the Deep South* (1939)?

O que se firmou, naqueles dias, na Universidade de Colúmbia, foi principalmente isto: a consciência de ser necessário a estudos mais profundos do passado humano que os convencionais, o critério cultural — “cultural approach” — que os libertasse de várias convenções, inclusive duas, importantíssimas: a etnocêntrica e a de se separarem arbitrariamente no sentido de uma sociedade, aspectos especiais do seu comportamento, para análises inteiramente isoladas, através de um especialismo pseudo-científico. Tal libertação verificou-se em grande parte, através da Antropologia Cultural. Como sugere a Professora Caroline F. Ware, na introdução à obra coletiva *The Cultural Approach to History*, (1940), o estudo de sociedades primitivas — grupos, de ordinário, pequenos — permitiu ao cientista social especializado em Antropologia antecipar-se aos demais cientistas sociais na realização de pesquisas sociais — e histórico-sociais — em que as culturas analisadas passaram a ser consideradas como todos ou complexos, para que fôssem assim compreendidos os aspectos particulares dessas culturas; e também como culturas válidas em relação a si próprias aos seus próprios valores — e não aos do sistema ocidental de cultura a que estivesse passivamente ligado o analista.

À base de estudos antropológico-culturais é que, em vários dos mais recentes estudos sociais, vêm sendo considerados como que gestaltianamente os complexos socio-culturais que constituem uma cultura contemporânea; ou que caracterizaram uma época dessa cultura, quando cultura já histórica. Daí serem falhos, para quantos seguem semelhante critério, os estudos econômicos, por exemplo, ou políticos, ou sociológicos, a que falte o sentido como que gestaltiano da configuração total da sociedade, da economia, do tipo de governo considerado; o conhecimento das origens e do desenvolvimento dessa economia, dessa sociedade ou desse tipo de governo.

O autor de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* — agora *Vida*

Social no Brasil nos Meados do Século XIX — ao reler hoje esse seu trabalho de extrema juventude (1922), muito se regosija com o fato de que nele madrega, pioneiramente, um critério gestaltiano de interpretação sociológica de uma época do passado social brasileiro, que como critério de reconstituição e de interpretação de um momento histórico em que se considere o aspecto intimamente sexual desse momento talvez não se encontre, tão específico, em trabalho anterior ao seu, publicado em qualquer língua. Esse critério éle o desenvolveria no seu “*Vida Social no Nordeste brasileiro (1825-1925)*”: aspectos de um século de transição”, publicado em 1925 na obra coletiva, comemorativa do 1.º centenário do *Diário de Pernambuco*; e nos seus trabalhos, porventura mais sistemáticos, além de mais densos, do que esse, *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambo* e *Ordem e Progresso*.

É um critério que se inspira na “*New History*”, sem dúvida; e que se apoia, em grande parte, nos estudos de Antropologia do autor com o Professor Franz Boas, na Universidade de Colúmbia; e nos seus contactos, em Oxford, com os então recentes estudos de História Social empreendidos por ingleses. Mas não deixa de ter suas originalidades: uma delas, o modo de vir descendo o autor de tal modo à reconstituição do comportamento íntimo dos grupos que vêm procurando analisar — reconstituição histórica, reconstituição antropológica, e interpretação psicossocial — que alguns críticos anglo-saxônicos, ainda impregnados, ao que parece, de moralismo vitoriano, têm dito do autor que não faz história social e sim história sexual. Ao que um crítico brasileiro já acrescentou não serem os trabalhos do autor de *Casa-Grande & Senzala* nem de Sociologia nem de História nem de Antropologia nem de Literatura e sim pura e simplesmente de pornografia. Tal tendência — tendência senão para a chamada pornografia, para a consideração insistente do fator sexual na formação da sociedade e do *ethos* brasileiro veio a acentuar-se, é fato, em *Casa-Grande & Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*; mas já se esboça em *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century (Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX)*. Talvez já se tenha tornado evidente, do autor que, no seu modo complexo — antropo-

lógico ao mesmo tempo histórico-social — de vir versando os seus temas, não vem imitando, como já sugeriu outro crítico brasileiro, os Lynd; nem qualquer outro autor estrangeiro, embora de vários tenha assimilado sugestões e aproveitado estímulos. Os Lynd apareceram em 1929. O autor de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* (*Vida Social no Brasil nos Meados do Século*) em 1922 já bem ou mal arranhava aquêles temas, servindo-se pioneiramente de critérios e de técnicas de que viria a utilizar-se menos desajeitadamente — talvez — em 1925 e, com alguma amplitude e alguma repercussão, em 1933, em obra da qual se diria na Europa e nas Américas que poderia servir de modelo a estudos europeus e americanos de um novo e necessário tipo. Entre essas técnicas, a de reunir o analista sobre as épocas que vem procurando reconstituir, para as interpretar, todo o documentário litográfico e fotográfico que lhe tem sido possível reunir sobre pessoas, sobre casas, sobre veículos, social e culturalmente significativos. Iniciou-a o autor precisamente em 1922, ao preparar o seu ensaio em língua inglesa sobre os meados do século XIX no Brasil. Com o maior prazer veria tal método de impregnar-se o analista do ambiente característico de uma época, consagrado, alguns anos depois, pela ilustre *American Historical Association*. A qual, ao publicar em 1940 o seu *The Cultural Approach to History*, como que oficializaria a utilização científica de daguerreótipos, de litografias e de fotografias não só para a ilustração como, principalmente, para a preparação de estudos histórico-sociais. Consideraria a mesma Associação tal utilização, pela palavra dos Professores Roy E. Stryker e Paul H. Johnstone, de “as yet unrealized potentialities”; e destacaria o valor da captura, por meio da fotografia documental, de “important but fugitive items in the social scene”. Pois “documentary photographs... can interpret the human and particularly the inarticulate elements”. Principalmente quando nos lembrarmos que “every culture... creates its own landscape”. Não só cada cultura cria sua paisagem — susceptível de ser documentada por fotografias: cria também seus tipos de móvel, de homem, de mulher, de criança, de interior doméstico, de veículo, também suscep-

tíveis de ser documentados em litografias, de valor antropológico-cultural e histórico-social. O autor de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* impregnou-se o mais possível de sugestões da época captadas através dessa espécie de material: daguerreótipos e litografias.

Fazendo-o, talvez tenha se afastado um tanto, aos olhos dos mais ortodoxos cientistas dos estudos sociais daquela época, da disciplina da formação científica. Essa disciplina êle a adquiriu em centro sofisticadamente cosmopolita de saber como a Universidade de Colúmbia. Mas antecipando-se aos mesmos ortodoxos quanto aos rumos que tomariam os estudos dêsse caráter, quer naquele, quer noutros meios de formação rigorosamente universitária de cientistas sociais.

Pois o que agora se diz nesses meios — é de 16 de fevereiro último um artigo no *The Times Educational Supplement*, de Londres, sobre o assunto — é justamente isto: que enquanto “the scientific method, which weighs evidence and deduces general conclusions”... “is appropriately applied to what one might call the outward form of history”... “its inner content”... “the rhythm and purpose which gives the relationship between historical events an organic unity, these can be only understood through the imaginative or intuitive faculty”.

Foi o que procurou, dentro dos seus limites, o autor, em trabalho de estudante, mal saído da adolescência, que agora reaparece sem que o tempo o tenha tornado de todo arcaico: compreender um momento significativo do passado mais que social, íntimo, da gente brasileira, descendo tanto quanto lhe foi então possível descer, pela ciência com o auxílio da intuição, ao “inner content” dêsse passado; ao ritmo que lhe pareceu então ligar os fatos reunidos, através de pesquisas em fontes da época, num conjunto vivamente orgânico.

Relendo o leitor mais pachorrento, com alguma atenção, trabalho já tão remoto como é o ensaio agora intitulado *Vida Social no Século XIX*, talvez concorde com o autor em que em suas páginas se encontra o germen de toda uma série de estudos que bem ou mal — provavelmente mal — vieram a ser por êle realizado, dos trinta aos sessen-

ta anos: *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste, Inglêses no Brasil, Um Engenheiro Francês no Brasil*. Em germen também aqui se encontra o ainda em elaboração *Jazigos e Covas Rasas*, em que se pretende reconstituir e interpretar, sob o mesmo critério sociológico e antropológico seguido naqueles ensaios, o conjunto de ritos de sepultamento de mortos, característicos tanto da convivência como da hierarquia patriarcais no Brasil.

Foi assim aquêlê trabalho de jovem mal saído da adolescência, a antecipação de várias das produções em que se empenharia o homem já feito, como se cumprisse um programa por êle próprio traçado nos seus dias de simples universitário. Antecipação não só daquelas produções, especificamente consideradas: também de todo um conjunto de métodos que se desenvolveriam, com algum pioneirismo, naqueles e noutros trabalhos.

Entre êsses métodos, além da utilização — como já foi recordado — de daguerreótipos, litogravuras, fotografias da época estudada, isto é, das sugestões evocativas e das informações de caráter antropológico e não apenas relativas a pormenores estritamente históricos que essa espécie material é capaz de transmitir ao pesquisador — a utilização de jornais e de revistas, inclusive dos seus anúncios; a utilização, também, de depoimentos de sobreviventes idôneos da época evocada, interrogados, ouvidos e consultados pelo mesmo pesquisador. De vários sobreviventes. Portadores, portanto, de várias verdades e não de uma só; ou de vários modos de contar ou de evocar ou de comentar a verdade por êles experimentada, vista e sentida na meninice ou na mocidade. A verdade ainda verde ou ainda crua: antes de se tornar, amadurecida e tratada por uma arte-ciência semelhante à da culinária, verdade histórica.

Ao mesmo tempo, certo modo como que impressionista, de tentativa de reconstituição do passado mais íntimo e até mais sexual do brasileiro — modo tornado possível pela atitude empática do autor com relação aos fatos e, principalmente, ao elemento humano, uns e outro evocados mais com alguma saudade dos antepassados do que com sistemática repugnância pelo antigo só por ser antigo — já está presente no agora intitulado *Vida*

Social no Brasil nos Meados do Século XIX. Presente e à espera de ser desenvolvido.

Não supõe o autor que o tenha levado a conceber, ainda adolescente, um ensaio como *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* — agora *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX* — um ânimo mais forte que o introspectivo. Ou que o de análise de si mesmo: o de encontrar-se a si mesmo nos seus avós, nos seus antepassados, nos brasileiros de uma época anterior a sua e a dos seus pais. A tanto acredita que o levaram, ao mesmo tempo que a leitura de Montaigne e de Pater — o Walter Pater, autor dessa pequena obra-prima, que tanto impressionou a adolescência do autor, intitulada *The Child in the House* — os estudos de Antropologia alongados nos de Psicologia; e alongados também na leitura daqueles místicos espanhóis, lidos também na adolescência, dos quais continuaria adepto.

Antes de Proust, já Walter Pater comunicara ao autor de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, o gosto pela recaptura daquele tempo que o indivíduo, pela extensão da memória individual em memória familiar e até tribal ou nacional, pudesse surpreender “almost still”; e no qual encontrasse suas origens mais íntimas juntamente com uma melhor percepção daquilo que um intérprete do mesmo Pater, o Professor A. C. Benson, chamaria o contraste — ao mesmo tempo que a semelhança — entre o que somos e o que fomos: “what we are and what we have become with what we were and what we might have been”. Isto, também: o que poderíamos ter sido. Especulações psicológicas sobre o que o indivíduo que se analisa, projetando essa análise sobre o passado da sua gente, poderia ter sido se outro tivesse sido o ambiente da sua meninice; e se outros tivessem sido os ritos sociais de sua formação; e outra, também sua herança não só física como cultural, dos avós ou dos antepassados.

O autor inclui entre as ilustrações que acrescenta agora ao texto revisto e, em alguns trechos, aumentado, da presente edição de *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* — agora *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX* — a reprodução da página em que o engenheiro e arquiteto francês L. L. Vauthier procurou

dar a leitores europeus, em artigo escrito naquela época para a *Revue d'Architecture et Travaux Publics, de Paris*, idéia exata do que fôsse, do ponto de vista arquitetônico, um sobrado brasileiro daqueles dias. Sinal de que encontrara na arquitetura doméstica do Brasil alguma coisa de original e de característico.

O autor adverte que as observações de Vauthier, quer sobre a arquitetura dos sobrados, quer dos engenhos, contidas não só naquele seu artigo, como no seu diário, eram por êle totalmente desconhecidas — pois ignorava então a existência, tanto do artigo como do diário, cujo MS lhe seria anos depois oferecido pelo historiador Paulo Prado, que o descobrira em Paris. Ignorava-os quando escreveu não só o seu trabalho de mocidade universitária, agora reeditado, como quando elaborou, tanto o mesmo trabalho por base, ainda que remota, os seus ensaios *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Só viria a conhecer aquêles artigo de Vauthier no recorrer de suas pesquisas, posteriores à elaboração daqueles dois livros, sobre o mesmo Vauthier e a sua ação de engenheiro e de arquiteto no Brasil. Ação que tendo se iniciado na década 40, com a presença daquele técnico francês no Império brasileiro, prolongou-se durante anos, através dos contactos que Vauthier continuou a manter, por correspondência, com o Brasil e com os acontecimentos brasileiros.

Desconhecido, também, do autor, quer na sua mocidade de universitário, quer quando escreveu os ensaios já referidos, era outro diário precioso relativo, em várias de suas passagens, ao passado patriarcal mais

íntimo do Brasil: e deixado pelo seu parente Félix Cavalcanti de Albuquerque.

O autor deve também insistir, nesta edição brasileira do seu trabalho de universitário, que, para escrevê-lo, se socorreu exclusivamente — dentro dos rigores de técnica característicos de teses e de dissertações universitárias — de fontes da época, explicando-se assim o fato de não citar — a não ser, de raspão, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Carlos de Laet e nem mesmo de raspão, Capistrano de Abreu — escritores que se ocuparam retrospectivamente de fatos, costumes e personalidades brasileiras do meado do século XIX; e de não ter chegado a tomar conhecimento, no estrangeiro, de ensaios, então recentes, como os, aliás, admiráveis, sobre o passado brasileiro sociologicamente considerado, dos seus eminentes compatriotas Gilberto Amado e Oliveira Viana.

A publicação em língua portuguesa de ensaio, escrito há quarenta anos em língua inglesa, repete o autor que muito o alegra. Seus agradecimentos se estendem principalmente ao erudito e paciente tradutor, o antropólogo Valdemar Valente. Mas também ao diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o geógrafo Mauro Mota, a quem se deve a iniciativa desta publicação, acompanhada de umas tantas ilustrações essenciais: reproduções — algumas delas — de originais da coleção de documentário litográfico e fotográfico do autor; outras, de originais de coleção Francisco Rodrigues (Norte do Brasil) e Ribeiro Lamego (Sul do Brasil).

Sto. Antônio de Apipucos, 1962.

RÉSUMÉ

Dans sa thèse universitaire "Social Life in Brasil in the Middle of 19th Century", présentée à l'Université de Columbia par Gilberto Freyre, alors adolescent, thèse qui vient seulement d'être traduite en Portugais, l'auteur, trouve, quarante ans après, les germes de ce qui allait devenir plus tard sa façon d'interpréter le passé patriarcal brésilien, adoptée en des travaux comme "Casa Grande e Senzala (Maitres et Esclaves)", "Sobrados e Mucambos", "Ordem e Progresso". Dès cette époque nul radicalisme soi-disant scientifique. Aux fondements rigoureusement scientifiques se joignait un approfondissement "symathique" de la réalité. Déjà alors l'union

entre la puissance d'observation et la sensibilité intuitive. C'est pour cela que cette thèse n'a pas été reçue au Brésil comme elle a été reçue en des milieux universitaires étrangers.

"Social Life in Brasil in the Middle of the 19th Century" a été écrite sous l'emprise du renouveau intellectuel que l'on connaît sous le nom de "New History", mouvement qui a aperçu l'urgence qu'il y avait de modifier les moyens d'étude du passé humain, jusqu'alors centrés dans l'analyse des faits purement politiques et ayant rapport à la guerre. C'est ainsi que l'auteur a profité du progrès qui, sous de nouveaux critères, se réalisait dans

la Psychologie, dans l'Anthropologie, dans l'Économie, dans la Sociologie, dans la Géographie, dans les Sciences Politiques et Juridiques, dans la Biologie même. L'auteur avoue qu'il est aussi influencé par Walter Pater et par les mystiques espagnols qui lui ont donné des instruments plus aigus pour pénétrer dans la réalité historique.

Le travail universitaire dont nous parlons

porte ces deux empreintes. L'auteur accomplit la tâche d'interpréter l'histoire, le passé brésilien, d'une façon "sympathique" (il emploie en Portugais le mot empático). Il retourne à la familiarité de ses aïeux, en les rendant intelligibles dans le processus historique. Il méprise ainsi une méthode exclusivement scientifique et abstraite.

ABSTRACT

In *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, — a thesis submitted to Columbia University by the then young Gilberto Freyre and only now translated into Portuguese — the author finds again, forty years later, the germs of what would become his approach to Brazilian patriarchal past, adopted thereafter in works like *Masters & Slaves*, *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso*. Already at that time no scientificist radicalism was present in his mind: side by side with scientific accuracy one may feel a penetrating insight into reality, a coupling of observation with intuitive responsiveness. For that reason, it was rather difficult, if not impossible, for his essay to find in Brazil of that time the same acceptance given to it by foreign University centres.

Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century was written under the impact of the intellectual renewal that would become known as the *New History*, resulting from a generally felt urgency towards an alteration in the ways of studying the human past, so far restricted to the analysis of merely political and warlike facts. The author was thus affected by the coming new ideas in psychology, anthropology, economics, sociology, geography, political sciences and law, as well as in biology, to which he is deeply indebted, not to mention the influences of Walter Pater and the Spanish mystics. Under these his university activities developed. Hence the Brazilian past, of a good measure of empathy through which he manages to bring his ancestors back to life.

CELSO FURTADO

Reflexões Sôbre A Pré-revolução Brasileira

O presente e o futuro

EM MEUS CONTACTOS com a juventude universitária, de todo o Brasil, tenho observado que crescentes ansiedades dominam os espíritos. Generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e de que, sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham fôrças insondáveis. E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente dessas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência. Se bem que muitas vêzes indecisa ou insegura, a juventude está confiante. E está exigindo de todos nós definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro.

Prevalendo-me da oportunidade, que tive recentemente, de visitar várias universidades brasileiras, vou permitir-me fazer algumas reflexões em tórno de questões, que me foram formuladas por homens e mulheres jovens, que concluíram os seus cursos superiores. Apresento estas reflexões como um depoimento pessoal, franco, para que possamos continuar o diálogo, muitas vêzes interrompido quando apenas havíamos contactado o essencial.

A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil. A análise econômica se limita a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de

que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada beneficiou três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram dêsse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se, em têrmos relativos o seu padrão de vida, em confronto com o dos grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu numéricamente em têrmos relativos, sem contudo melhorar apreciavelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois com o grande crescimento do emprego urbano nos serviços, os operários presenciam a ascensão de outros grupos sociais de rendas mais altas.

E não sòmente no que respeita à concentração da renda, o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, êsse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Por outro lado, na ausência de uma política que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vêzes premiou de preferência os investimentos supér-

fluos ou aquêles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mãos de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais.

No plano político-administrativo as distorções ainda são mais flagrantes. A ampliação e diversificação das funções do Estado, causa e efeito de desenvolvimento, não tendo sido acompanhadas das necessárias reformas de base no próprio Estado, aumentou enormemente o coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Por outro lado, a atuação crescente do Estado no campo dos investimentos, conjugada àquela ineficiência, criou condições propícias à apropriação ilícita de capital à custa do povo. Os grandes contratos de obras públicas passaram a ser fonte corrente da acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Govêrno.

É compreensível a indignação da juventude diante desse quadro: aí estão supostos representantes do povo eleitos pelos empreiteiros de obras públicas, aí está a aliança da máquina feudal com as verbas orçamentárias produzindo parlamentares, que sòmente poderão sobreviver se forem instrumentos dóceis de seus financiadores.

Poder-se-ia objetar que antigamente era pior: as eleições eram formais e uma oligarquia decidia por conta própria o que se chamaria vontade do povo. Mas essa objeção já não vale para os jovens de hoje. Todos sabem que, se as coisas são tão transparentes em nossos dias, é porque está a nosso alcance poder mudá-las. Que, se sabemos onde estão os vícios do sistema, somos coniventes se não tratamos de erradicá-los.

E aí está a outra face — o lado positivo — do desenvolvimento: êste trouxe para dentro do país os seus centros de decisão, armou-o para auto-dirigir-se, impôs-lhe a consciência do próprio destino, fê-lo responsável pelo que êle mesmo tem de errado.

No fundo de nossa intranquilidade presente encontraremos esta verdade simples: sabemos onde estão os erros do nosso desenvolvimento desordenado, sabemos que está a nosso alcance poder erradicá-los ou minorá-los, e temos consciência disso. Não é por

outra razão que nos sentimos responsáveis e intranquilos.

Uma filosofia da ação

Mas não se limitam os jovens de hoje a diagnosticar a realidade presente. A análise dos processos econômicos sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação. Em verdade, essa mesma análise aponta para a necessidade de ação. A consciência de que somos responsáveis pelo muito do errado e do anti-social que aí está, cria um estado de intranquilidade que sòmente pode ser superado pela ação.

Esta é o segundo ponto no qual gostaria de me deter: a necessidade de uma filosofia que nos oriente na ação. Muita gente, aqui e fora do Brasil, me tem perguntado por que existe tanta penetração de marxismo na atual juventude brasileira. A razão é simples: o marxismo, em qualquer de suas variantes, permite traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação. Devemos abordar êsse assunto com absoluta franqueza, se pretendemos manter um diálogo eficaz com a juventude idealista e atuante desta época. Que vem a ser o marxismo de grande parte de nossa juventude? Creio que podemos enfeixá-lo em umas poucas atitudes, independentemente de análise que as fundamenta:

a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria.

b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica*, portanto em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e

c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.

O último ponto conduz a uma atitude positiva e otimista, com respeito à ação política, que bem corresponde aos anseios da juventude.

Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de tôdas as peias que o es-

cravizam socialmente, permitindo que êle se afirme na plenitude de suas potencialidades, por outro, descobrimos uma atitude otimista com respeito à auto-determinação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo, pois colocando o homem no centro de suas próprias preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo, somente pode ser alcançada, mediante a orientação racional das relações sociais.

Qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno. Suas raízes mais vigorosas vêm do humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino, e seu otimismo congênito emana da Revolução Industrial, que deu ao homem o controle do mundo exterior.

Se pretendemos manter um diálogo fecundo com a nova geração, devemos entender-nos sobre o que realmente é fundamental. Relegaremos para um segundo plano aquilo que é simplesmente operacional, e por definição, tem que estar subordinado aos fins colimados. Por exemplo: não seria possível atribuir mais que um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à empresa privada. Estamos todos de acordo em que a empresa privada é uma simples forma descentralizada de organizar a produção e que deve estar subordinada a critérios sociais. Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais da produção e a forma de organização desta empresa privada, medidas teriam que ser tomadas para preservar o interesse social. Por outro lado, à medida que se vai alcançando maior abundância na oferta de bens, isto é, os estágios superiores do desenvolvimento, menor importância vão tendo as formas de organização da produção e maior o controle dos centros do poder político. Dêstes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado.

Cabe portanto perguntar: quais são os objetivos fundamentais em torno dos quais poderemos nos unir. Esses objetivos devem

ser admitidos como irredutíveis, ligados a nossa própria concepção da vida. Creio que é de absoluta importância que estabeleçamos com clareza esses objetivos, pois do contrário confundiremos meios com fins, ou transformaremos em nossos fins aquilo que para outros são apenas meios. Temos o direito de fazer esta reflexão, com respeito aos fins últimos que colimamos, independentemente de tomada de posição com respeito ao problema da preeminência russa ou americana com respeito aos destinos do mundo. Subordinar o futuro de nossa cultura às conveniências de ordem tática de um ou de outro dos grandes centros de poder militar moderno é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais. Devemos considerar como um dado da realidade objetiva contemporânea o impasse entre os polos do poder político-militar. Ao considerar como um dado, estamos admitindo fora de nosso alcance modificar de forma significativa a relação de forças. Qualquer que seja a nossa posição, devemos reconhecer que a solução última dêsse impasse não será antecipada, pois a guerra, meio único capaz de determinar essa antecipação, continuará a apresentar-se como atitude de desespero, de perda total de fé no futuro do homem. A eficácia máxima de qualquer modificação em nossa posição, do ponto de vista do grande impasse, sempre será reduzida.

O reconhecimento de nossa própria impotência num mercado dominado por um impasse supremo, impõe-nos o dever de tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função de nosso próprio destino de povo e cultura. Em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem como reverso uma maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E como sóe acontecer, essa margem maior de liberdade traz consigo uma consciência mais clara de responsabilidade.

É sobre essa tela de fundo de auto-determinação e consciência de responsabilidade que devemos projetar os objetivos irredutíveis da ação política. Creio que esses objetivos poderiam ser facilmente traduzidos, tomando como base a análise anterior, nas expressões: humanismo e otimismo com

respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.

Tenho usado a palavra humanismo porque a liberdade pode ser entendida também em termos de individualismo do século XIX, em que o individual muitas vezes se contrapõe ao social. Mas não tenhamos dúvida de que o que está no centro de todas as aspirações e idéias da juventude atual é um autêntico humanismo. O que indigna a juventude é o aspecto anti-humano de nosso desenvolvimento. É o fato de que o contraste entre o desperdício e a miséria se torne mais agudo dia a dia. Aí estão as populações rurais que vivem sobre a terra mas não podem plantar para comer e passam fome quase todos os dias do ano. Aí estão cidades capitais com dez por cento da população registrada nos hospitais como tuberculosa. E sabemos que tudo isso pode ser remediado, que já desapareceu de grande parte do mundo. Portanto, o que está no centro das preocupações dos jovens é o homem, o que os angustia e o seu aviltamento, e a consciência de que somos corresponsáveis por essa abjeção.

O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Contudo, constitui um fim em si mesmo, um elemento irreduzível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Estamos na posição antitética da lenda do bom selvagem. Não nos seduzem as miragens de "uma nova Idade Média". Não nos comovem as inquietações daqueles que vêm no progresso técnico as sementes da destruição do "homem essencial". É específico da nova geração esse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por ele mesmo, o desafio final às suas potencialidades de ser superior.

Os fins e os meios

Alcançamos aqui o ponto central de nossas reflexões: definidos os objetivos autênticos, como concertar-nos para a ação? Como

prevenir que a luta por objetivos intermediários ou secundários nos faça perder de vista os fins verdadeiros? É este um problema extremamente complexo, pois a experiência histórica dos últimos decênios criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade. Essa falsa alternativa tem sido apresentada por contendores de ambos os lados da controvérsia, isto é, em defesa da liberdade ou do bem estar das massas.

Com efeito: é fato mais ou menos evidente, que o rápido desenvolvimento material da União Soviética, até há pouco país subdesenvolvido, baseou-se, parcialmente, em métodos anti-humanos. As apropriações dos excedentes agrícolas, destinadas a financiar o desenvolvimento industrial, foram feitas *manu militari*, mediante coletivização compulsiva e repressão violenta de toda resistência. Para justificar esse método drástico, criou-se a "teoria" de que o camponês é fundamentalmente individualista e que a única forma de superar esse "individualismo" é impor a coletivização. É a teoria da salvação pela punição. Ora, sabemos todos que a produtividade agrícola decorre principalmente do nível técnico da agricultura; que nenhum "individualismo" camponês se pode contrapor à elevação desse nível técnico, e que a renda real do setor agrícola está determinada pelos preços relativos do que produz e do que compra o camponês. A apropriação direta do produto excedente do setor camponês, realizada na Rússia Soviética, decorreu de que era esse o método administrativamente mais fácil. E por essa facilidade administrativa pagou-se o enorme preço em vidas humanas conhecido. Mas ainda mesmo que deixássemos de lado a dolorosa experiência agrária soviética, cabe reconhecer como evidência universal que o rápido desenvolvimento econômico dos países de economia coletivista tem sido acompanhado de formas de organização político-social em que se restringe, além dos limites do que consideramos tolerável, todas as formas de liberdade individual. Essas restrições, se bem que aceitas voluntariamente nas fases de ardor revolucionário, dificilmente poderiam se toleradas como formas normais de convivência humana.

Deve-se, entretanto, reconhecer que, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, o argumento da experiência histórica dos países socialistas, com sua perda de liberdade individual, tem sido de reduzido alcance. Isto porque essas massas, porquanto não tiveram qualquer acesso às formas superiores da vida pública, não podem compreender o verdadeiro alcance do argumento. Ainda mais: a suposta alternativa — liberdade versus desenvolvimento rápido — pode resultar perigosa para a liberdade como aspiração coletiva, pois caberia inferir que a liberdade a que tem acesso uma minoria é paga com o sacrifício do bem-estar das grandes maiorias. Se chegássemos a admitir como uma tese válida que o desenvolvimento econômico dos países socialistas foi a contrapartida do cerceamento das liberdades cívicas, deveríamos também aceitar como verdadeiro corolário de que o preço da liberdade que fruimos é o retardamento do desenvolvimento econômico geral.

Ainda menos eficaz, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, é a versão mais direta do argumentar segundo a qual o desenvolvimento dos países socialistas está sendo obtido com enorme custo humano, inclusive mediante formas de trabalho semi-escravo. É que os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento. É isto porque sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuarem subdesenvolvidos. Quantos milhões de vidas são ceifadas, anualmente, num país como o Brasil, pelo subdesenvolvimento? Quantos milhões de vidas são consumidas, pela fome e pelo desgaste físico provocado por formas primitivas de trabalho, antes de que se alcance a plena maturidade? Quantos milhões de seres humanos por aí estão sem que tenham acesso à alfabetização ou qualquer outra oportunidade de participar nas manifestações médias e superiores da cultura? Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo. Se o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa

seria a probabilidade de que permanecêssemos livres.

Tivéssemos de aceitar como real essa alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre os objetivos últimos, isto é, as metas que orientam o nosso esforço de construção social. A explicação colateral de que essa contradição pode ser superada mediante o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras é totalmente falaciosa, pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas mas também de valores e não podemos estar seguros de que os valores destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã, a menos que aceitemos uma teoria linear, de causalção simples, segundo a qual a cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde necessariamente outro de desenvolvimento dos demais valores. Uma teoria simplista deste tipo seria, entretanto, inaceitável de qualquer ponto de vista.

A Universalidade com que se vem insistindo na referida alternativa, decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aquêles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que, as modificações estruturais na ordem social, necessária a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aquêles que argumentam do lado oposto, deduzem a mesma alternativa do outro fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura. Reconhece-se, assim, de ambos os lados que as transformações sociais são causa eficiente da aceleração do desenvolvimento material em países subdesenvolvidos. De um lado comprova-se que essas transformações, ali, onde têm surgido, vêm de parêlha com a supressão das liberdades fundamentais. De outro, se postula que o método eficaz para lograr tais transformações engendra a rígida ditadura.

A discussão em torno desta matéria, de tão grande importância, tem sido obscurecida por uma grande confusão de conceitos, inconsciente ou propositada. Mais do que

nunca é necessário que façamos clara distinção entre aquêles objetivos últimos, dos quais não nos devemos afastar na luta pelo aperfeiçoamento das formas de convivência social — os quais foram incorporados à filosofia social de Marx, mas constituem elementos de uma concepção do mundo mais ampla e em gestação no Ocidente desde o Renascimento — das técnicas elaboradas para a consecução total ou parcial desses objetivos. O marxismo-leninismo é uma dessas técnicas. Ele postula a inevitabilidade da revolução violenta, liderada por um partido de profissionais da revolução, devendo a nova ordem ser assegurada por um regime ditatorial, o qual perdurará durante um período de transição de duração indefinida. É necessário não esquecer que essa técnica foi forjada e aperfeiçoada na luta pela destruição de uma estrutura político-social totalmente rígida, que era o czarismo. A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas — a China nacionalista e a ocupação japonesa, a Cuba de Batista, são exemplos conspícuos — essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia.

O mesmo, entretanto, não se pode dizer com respeito às sociedades abertas. O exemplo da Europa Ocidental parece ser conclusivo: grandes máquinas partidárias de orientação marxista-leninista ficaram traumatizadas diante de uma realidade político-social em permanente mutação. A explicação desse fato histórico não é difícil: o marxismo-leninismo identifica no Estado — que define como “fôrça especial de repressão” — a ditadura de uma classe, a burguesia. A unidade da ação revolucionária está facilitada pela clara definição de objetivo. Mas, a partir do momento em que o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema composto, representativo de várias classes se bem que sob a égide de uma, aquela técnica revolucionária perde eficácia. A necessidade de discriminar entre o que o Estado faz de bom e de ruim, do ponto de vista de uma classe, exige uma capacidade de adaptação que não pode ter um partido revolucionário monolítico.

Da experiência histórica deste século cabe

inferir que, somente pelo êxito de revoluções de tipo marxista-leninista, foram alcançadas as rápidas e profundas transformações sociais, causa eficiente de um desenvolvimento econômico capaz de estreitar a distância com respeito aos países que começaram a se industrializar no século passado. Mas a experiência histórica também indica que tais revoluções somente tiveram êxito onde a estrutura social era rígida e anacrônica. Seria, entretanto, necessário postular que o único método eficaz para alcançar rápidas modificações sociais é o marxista-leninista para dar consistência lógica à conclusão de que a aceleração do desenvolvimento tem como contrapartida necessária um regime ditatorial ou a exclusão das liberdades individuais. Mas, mesmo que estivéssemos dispostos a postular esta tese, não poderíamos desconhecer o outro fato histórico de que as técnicas marxistas-leninistas demonstraram ineficácia nas sociedades abertas. Assim, não podemos fugir de concluir: a) que as ditaduras não foram criadas pela aceleração do desenvolvimento, mas pre-existiam a esta; b) que a aceleração somente se fez em estruturas anteriormente rígidas (ditaduras); c) que as únicas técnicas de rápida transformação das estruturas sociais, utilizadas até o presente, têm eficácia limitada às sociedades rígidas (ditaduras). O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos êsse objetivo a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrir-se-ão caminho escapando a tôda possibilidade de previsão e controle.

Vou permitir-me fazer mais uma reflexão sobre métodos revolucionários: baseando-se o marxismo-leninismo na substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de vista político, aplicá-lo a sociedades que hajam alcançado forma de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas. Esse regresso se traduziria em termos de sacrifício dos objetivos mesmos que antes definimos como essenciais. Se é verdade que a ampliação da base material trazida pelo desenvolvimento vem facilitar ao homem uma vida mais plena, não o é menos que a forma de organiza-

ção político-social constitui o marco dentro do qual se afirmam as manifestações superiores da vida do homem. Se bem seja provável que no futuro coexistam a total abundância dos recursos materiais e as formas de organização político-social capazes de permitir a plena afirmação dos autênticos valores humanos, no estágio histórico em que nos encontramos assim não ocorre necessariamente. Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Dêste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político. A experiência histórica tem indicado, que quando assim ocorre — caso de alguns países da Europa Central — o socialismo como forma de humanismo se perverte. Não sendo possível passar de uma sociedade aberta para uma ditadura sem criar um clima de frustração social, ocorre uma reversão de valores em múltiplos planos. Não permitindo o regime ditatorial que o homem ocupe o papel que lhe cabe na sociedade, torna-se necessário elevar ao primeiro plano uma série de mitos sociais que se sobrepõem aos verdadeiros valores humanos. Assim, o desenvolvimento material pode seguir paralelamente com a consolidação de uma ordem social baseada em princípios que são o reverso daquilo que estava na essência dos ideais humanísticos revolucionários.

Dualidade da estrutura político-social brasileira

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. À luz da experiência histórica não é difícil explicar porque a classe camponesa, no Brasil, é muito mais susceptível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista, do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que a nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jôgo democrático, as suas

suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquêle formado pelo setor rural. E com respeito a êsse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninista são eficazes.

Chegamos, assim, a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de uma dualidade no processo revolucionário brasileiro. Na medida em que vivemos numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tende a assumir a forma de aproximações sucessivas. Na medida em que vivemos numa sociedade rígida, êsses objetivos tenderão a ser alcançados por rupturas cataclísmica.

Se desejamos atingir o âmago dos problemas que temos de enfrentar, devemos formular claramente a questão: que viabilidade tem a revolução brasileira de se efetivar pelos métodos marxistas-leninistas? Creio que existem duas possibilidades de que isso ocorra. A primeira está ligada ao problema agrário. Não devemos esquecer que mais da metade da população brasileira deriva o seu meio de vida diretamente do setor agrícola. Na medida em que êste se conserve com a rigidez atual, todo movimento reivindicatório, que surja nos campos, tenderá a assimilar rapidamente técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista. Temos assim, na corrente do processo revolucionário brasileiro, um importante setor de vocação marxista-leninista, que em determinadas condições poderá liderá-lo. A consequência prática seria o domínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Os autênticos objetivos de nosso desenvolvimento, anteriormente definidos em termos de humanismo, estariam parcialmente frustrados de antemão.

A segunda possibilidade de efetivação de uma revolução de tipo marxista-leninista está ligada a um retrocesso na estrutura política. Observamos que êsse tipo de revolução é pouco viável em uma sociedade aberta, a menos que seja imposta de fora para dentro, como ocorreu em alguns países

da Europa Central. Contudo, não se exclui a possibilidade de um retrocesso em nossa organização político-social. A imposição de uma ditadura de direita, tornando rígida toda a estrutura política, criaria condições propícias a uma efetiva arregimentação revolucionária de tipo marxista-leninista. Ainda neste caso, entretanto, o mais provável é que o setor agrário viesse a predominar, em caso de revolução social. Sem as condições objetivas determinadas por um retrocesso político-social no país, com a destruição da capacidade de defesa do setor urbano, que já desfruta de formas de convivência política superiores, a única possibilidade de revolução de tipo marxista-leninista decorre da persistência da estrutura agrária anacrônica.

Diretrizes para a ação

Creio que já avançamos suficientemente para nos atrever a inferir alguns princípios que nos possam guiar na ação política. Não teremos dificuldade em nos pôr de acordo com respeito ao objetivo fundamental que é o homem em sua plenitude, libertado de todas as formas de exploração e sujeição. Somos, acima de tudo, humanistas. Esse objetivo somente poderá ser alcançado se nos organizarmos socialmente, para atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, e se esse desenvolvimento for conduzido com verdadeiro critério social.

Na realidade presente brasileira, para levar adiante essa política é mister introduzir com decisão importante modificações em nossas estruturas básicas. Como não nos preparamos para essas modificações e as ansiedades coletivas agudizam-se dia a dia, transformando o desenvolvimento em imperativo político, passamos a viver uma autêntica fase pré-revolucionária. Desta forma, ocupam presentemente o primeiro plano das preocupações políticas as técnicas de transformação social e os métodos revolucionários.

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias. Para evitar a preeminência

de técnicas revolucionárias desse tipo, é necessário:

a) prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social, e

b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país.

Essas diretrizes de ordem geral deverão ser detalhadas em normas de ação específicas. Para evitar um retrocesso social não basta desejá-lo: é necessário criar condições objetivas de caráter preventivo. O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e lançam-se às soluções de emergência ou golpes preventivos. Fôssem as modificações progressivas ou gradativas e o sistema político-social resistiria.

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinária administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.

Que devemos fazer para transformar em

normas de ação êsses desejos e aspirações? Ceio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quicá aos camponeses através de suas organizações incipientes, iniciarem o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. Os problemas mais comple-

xos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupos de especialistas, devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular.

RÉSUMÉ

Le présent et le futur

La conscience que le pays marche vers des changements profonds s'est généralisée dans la jeunesse universitaire brésilienne. Cette jeunesse veut comprendre ce qui se passe et participer courageusement de ces transformations. Elle exige de nous une définition claire des positions prises. Je me permets ici de faire quelques réflexions autour de questions que les jeunes gens m'ont proposées aux universités brésiennes que j'ai visitées récemment.

Une de ces questions se rapporte au coût social démesuré du développement brésilien. Il n'a apporté aucun bénéfice à trois-quarts de la population du pays. L'anachronisme de la structure agraire a provoqué une augmentation relative de la rente due à la terre et de simples opérations de crédit et de change ont concentré de grandes richesses. Sur le plan politique et administratif, ces distorsions sont plus flagrantes. Le coefficient de gaspillage a beaucoup augmenté dans l'administration publique. Le développement de l'action de l'état dans les investissements, uni à l'inefficacité de son machinisme, créa des conditions propices à l'appropriation de capital aux dépens du peuple.

En face de cela, l'indignation de la jeunesse est compréhensible. Mais le développement nous a donné conscience de nos problèmes et apporté au pays ces propres centres de décision. C'est pourquoi nous nous sentons responsables et intranquilles.

Une philosophie d'action

Mais l'analyse du processus économique et social n'a d'autre but que de produire un guide pour l'action. La raison de la pénétration du marxisme dans la jeunesse brésilienne actuelle réside dans le fait qu'il permet de traduire le diagnostic de la réalité en normes d'action. Il signifie, pour la majorité de notre jeunesse, l'adoption d'attitudes qui mènent à une politique de reconstruction sociale. Il est une forme de l'humanisme supérieur parce qu'il désire de libérer l'homme des entraves qui le réduisent à l'esclavage social. Il devient donc impossible de combattre une doctrine qui représente les aspirations de l'homme moderne.

L'important consiste à savoir les buts fondamentaux qui nous unissent, indépendamment d'une prise de position par rapport au problème de la prééminence russe ou américaine. Notre impuissance devant l'impasse mondiale nous donne une grande liberté dans la détermination de nos objectifs. Sur cet écran d'auto-

détermination et de conscience de la responsabilité, nous devons projeter les buts irréductibles de l'action politique. Je crois qu'ils se traduisent dans les expressions humanisme et optimisme. En d'autres mots: liberté et développement économique.

Les fins et les moyens

Les objectifs définis, comment partir pour l'action? L'expérience historique créa l'apparence d'une option forcenée pour les pays sous-développés entre liberté individuelle et développement matériel rapide. Le développement de l'Union Soviétique a été possible, partiellement, grâce à des méthodes anti-humains. Si cette alternative était réelle, nous serions en face d'une contradiction fondamentale entre les objectifs qui orientent notre effort de construction sociale et les moyens pour les atteindre. Le sacrifice d'une génération est aussi un problème de valeurs et nous ne sommes pas sûrs qu'elles puissent être reconstruites demain. Cette alternative provient d'une fausse déduction. D'un côté on démontre que les transformations rapides sont accompagnées de la suppression des libertés; de l'autre on postule que la méthode efficace engendre la dictature rigide.

Le problème est obscurci par une grande confusion d'idées, consciente ou faite exprès. Il faut distinguer entre les buts ultimes et les techniques. Le marxisme-leninisme est une de ces techniques. Elle a été forgée et perfectionnée dans la lutte contre une structure sociale tout à fait rigide. L'expérience a démontré qu'elle peut être de grande efficacité (Chine, Cuba). Il n'en est pas de même par rapport aux sociétés ouvertes. Le cas de l'Europe Occidentale paraît être conclusif: à partir du moment où l'état n'est plus l'expression d'une dictature de classe mais un système composite, elle perd son efficacité. Mais, d'autre part, l'expérience confirme aussi que seules les révolutions du type marxiste-leniniste produisent de profondes transformations sociales et, en même temps, qu'elles ont réussi à peine où la structure sociale était rigide ou anachronique. Il faut donc développer des techniques qui rendent possibles ces transformations sociales rapides dans les cadres d'une société ouverte. Avoir atteint des formes supérieures d'organisation politique est une conquête au moins aussi définitive que d'avoir réalisé le grand développement matériel. Parfaire une chose en dépit de l'autre est une rétrocession, et l'expérience a démontré que,

au moins dans le cas de l'Europe Centrale, le socialisme se détériore et crée une situation de frustration sociale. Nous croyons donc que le développement matériel peut se faire parallèlement avec la consolidation de l'ordre sociale démocratique.

Dualité de la structure sociale et politique brésilienne

Il est aisé de comprendre pourquoi le paysan national est plus susceptible aux techniques marxiste-léninistes. C'est que notre société est ouverte pour la classe ouvrière et fermée pour la classe paysanne, où la structure sociale se maintient rigide. Il y a donc une dualité réelle dans le processus de la révolution brésilienne.

Quelles sont vraiment les possibilités de la révolution brésilienne à devenir marxiste-léniniste? Il semble qu'il y en a deux: la prédominance, dans la révolution brésilienne, du secteur agraire, sensible au marxisme-léninisme ou bien une rétrocession dans la structure politique. Une dictature de droite, en rendant rigide la structure politique, suscite des conditions pour une révolution du type marxiste-léniniste dans laquelle le secteur agraire dominerait.

Guides pour l'action

Le vrai humanisme sera poursuivi dans la mesure où nous nous organiserons socialement pour réaliser des transformations économiques rapides avec critère social. En vue de la réalité brésilienne et pour mener à but cette politique, il faut introduire avec décision d'importantes modifications dans les structures fondamentales. Pour prévenir les techniques révolutionnaires et une possible rétrocession dans le système politique, il faut créer des conditions pour un changement rapide et effectif dans la situation agraire du pays et donner une plus grande élasticité aux structures sociales et politiques. Il faut modifier le machinisme administratif de l'Etat, le système fiscal, la structure bancaire, discipliner l'action du capital étranger. Il faut surtout avoir un plan de développement économique et social au niveau de nos possibilités et en accord avec les exigences du peuple.

Pour transformer en normes d'action ces principes, il faut organiser l'opinion publique pour qu'elle se manifeste organiquement. Le pays est mûr pour commencer à réfléchir sur sa propre destinée. Les programmes de renouvellement de la représentation populaire doivent surgir des débats généraux et des manifestations de l'opinion publique.

ABSTRACT

The present and the future

The feeling that the country is approaching a stage of profound changes is now widespread among Brazilian university students. These youngsters are eager to understand what is going around and want to participate courageously in these transformations. They are out to ask us accordingly to state clearly what our positions really are. The author, therefore, decided to commit to paper some reflections on a number of questions the students have propounded him at several universities he has recently visited in Brazil. One of these questions relates to the exceedingly large social cost of Brazilian development. It has not meant the least benefit to three quarters of the country's population. It has favoured a steadily increasing social and geographic concentration of profits. An anachronistic agrarian structure has brought about a corresponding relative increase of the land rent at the same time that simple credit and exchange operations have resulted in the accumulation of rather large fortunes. These distortions are even more conspicuous at political and administrative levels. Public administration has consistently grown more depleted in later years. The development of State control over investments, together with its rather incompetent organization, has brought forth favourable conditions for the appropriation of capital at the expense of the people.

The youngsters' exasperation is thus understandable. Our development drive, however, has given us full conscience of our problems as well as most of the legal channels to solve them. But this is precisely the reason why we feel responsible for the country's doom.

A philosophy of action

Clearly enough the analysis of the social and economic process serves no other end but to provide some sort of guidance for quick action. The reason why Marxism is so widespread among Brazilian students is that it makes possible a diagnosis of our reality in terms of action. It means, besides, to the greater majority of Brazilian youngsters, the adoption of measures and attitudes which lead directly to social reconstruction. It is also some form of higher humanism because it is aimed at liberating man from those age-long constraints that turn him into a social slave. It turns out then to be impossible to fight against a doctrine that represents the aspirations of modern man.

The important point consists of knowing the fundamental ends that should tie us together, independently from any taking of positions as regards the problem of a Russian or an American ascendancy. Our underdeveloped condition itself in the face of the present world ideological deadlock imparts us a considerable amount of freedom in the determination of our objectives. It is based upon this background of self-determination and of full conscience of our responsibility that we must plan the irreducible aims of our political action. The author believes that these aims express themselves as forms of humanism and optimism. In other words: freedom and economic development.

The means to these ends

Once these aims have been defined the question follows: how to get on with action? Historical experience has induced the appearance

of a need for forced option on the part of underdeveloped countries between individual freedom and quick material development.

Development in the Soviet Union has been rendered possible partly due to the recourse to fairly inhuman methods. If that alternative would be a real one, we would be facing a fundamental contradiction involving the aims that inspire our effort towards social construction and the means to accomplish it. The sacrifice of a generation is also a question of values once we cannot be sure whether it may be restored tomorrow or not. It seems that this alternative is a rather false one, stemming from wrong deductions. On the one hand it is easy to show that rapid transformations come usually along with the suppression of individual rights, whereas, on the other, it is postulated the implantation of some sort of rigid dictatorship as a result of the method's efficacy.

The whole question is veiled in a bewildering maze of mixed ideas. One must definitely draw the line between the ultimate aims and the techniques to be used. Marxism-Leninism is one of such techniques. It has been built and perfected in fierce fight against a social structure of a rather rigid nature. Experience seems to show that it is a very effective technique (China and Cuba). We cannot say the same as to an open society. The case of Western Europe seems to be a very conclusive one: as soon as the State evolves from a mere expression of dictatorship toward a composite system, this technique loses, so to say, its effectiveness. However, it should be born in mind the fact that experience also confirms that only those revolutions of a Marxist-Leninist type seem to be able to set forth profound social transformations and that preferably in rigid and anarchic social structures. Techniques should be then developed in order to render possible these rapid social transformations within the framework of an open society. The attainment of superior forms of political organization means just as much as the accomplishment of full-scale material development. Putting one into effect at the expense of the other looks like a drawback, mainly when one takes into account the deterioration of Socialism in Western Europe after creating a situation of hindrance. The author believes that material development

may be accomplished at the same time that a democratic social order is set up.

Dual character of Brazilian political and social structure

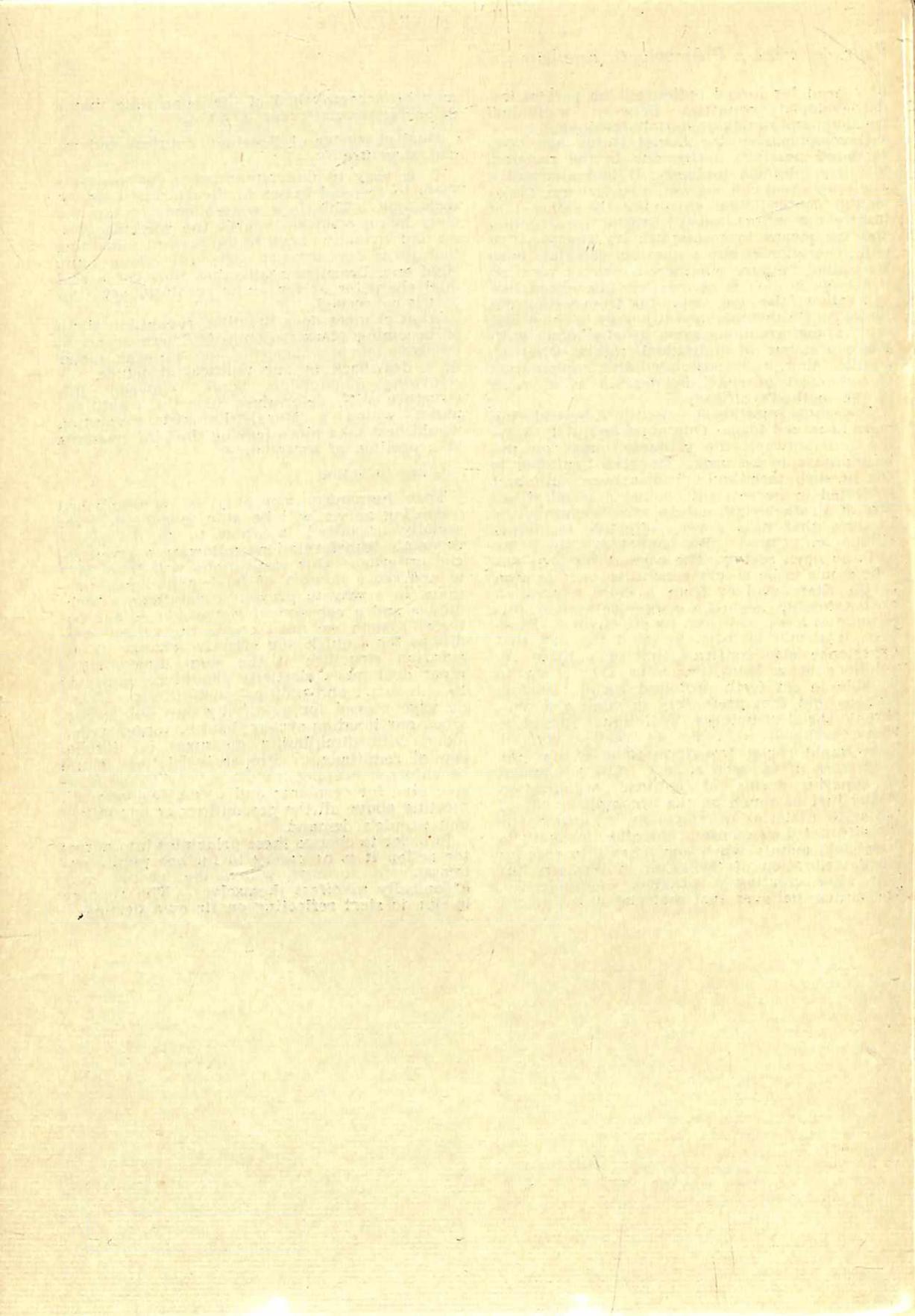
It is easy to understand why our peasants seem to respond better to the Marxist-Leninist technique. This is a consequence of our society being open as regards the working classes and virtually closed to the peasant something that turns our agrarian structure into a quite rigid one. Brazilian reality has thus got a real dual character as far as its revolutionary process is concerned.

What chances does Brazilian revolution stand of becoming Marxist-Leninist? There seems to be two: the prevalence of the agrarian sector or a drawback in our political structure. A rightwing dictatorship, while rendering this structure stiff, determines just the conditions under which a Marxist-Leninist revolution would best take place leaving thus the peasants in a position of ascendancy.

Clues to action

True humanism can only be accomplished according as we will be able to get ourselves socially organized in order to fulfill speedy economic transformations following a given social criterion. Our institutions will thus have to undergo a number of fundamental modifications. In a way to prevent revolutionary techniques and a consequent regression of our political system we must create the proper conditions for a quick and effective change in our agrarian structure at the same time that a great deal more elasticity should be imparted to our social and political institutions. Hence an urgent need for modifying our Public Services, our taxation system, banking organization along with disciplining measures on foreign capital remittances. Proper legislation should be enforced keeping in view a very comprehensive plan for economic and social development, meeting above all the possibilities of our milieu and people's demand.

In order to change these principles into norms for action it is necessary to further public enlightenment through which the people may organically manifest themselves. The country is ripe to start reflecting on its own destiny.



Um Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco¹

1. *A possibilidade brasileira de uma lei estadual de Reforma Agrária anteceder à lei federal de Reforma Agrária.* — A Federação significa conteúdo, e conteúdo intangível, de nossa Lei Fundamental de 1946 (artigos 1.º e 217 § 6.º). Assim, são autônomos os governos estaduais brasileiros, não sendo negada essa autonomia pelo primado do governo federal do Brasil.

Isso significa que, se a lei federal se situa em uma posição hierarquicamente superior à das leis estaduais ("Federal law fractures State law"), inexistindo, contudo, lei federal sobre um assunto de competência secundária dos Estados-membros (supletiva ou complementar), as leis estaduais têm autonomia de regulá-la, desde que, naturalmente, se ponha de acordo com a Constituição Federal. E essa regulação estadual poderá impor para o Estado-membro de que se trate princípios genéricos que seriam ou poderiam ser conteúdo da lei federal, enquanto esta última não tenha vigência e confirme ou revogue esses princípios genéricos.

Dêse modo, o Estado de Pernambuco pode aprovar, de logo, lei de Reforma Agrária, firmando inclusive os princípios gerais da Reforma, a que se ligam, necessariamente, as medidas específicas para Pernambuco. A lei federal que se venha a aprovar confirmará ou revogará esses princípios que, até ela, terão plena vigência, se não revogados por lei estadual².

Compete, porém, exclusivamente, à União, legislar sobre direito do trabalho e desapro-

priação (art. 5.º, XV, *a* e *g*). Assim como sobre imposto de renda e proventos de qualquer natureza, incluídos, pois, os rendimentos derivados da agricultura (art. 15, IV). Ainda, cabendo de modo exclusivo à União legislar sobre direito civil (art. 5.º, XV, *a*), cabe-lhe, exclusivamente, regular a locação rural e a parceria agrícola. Finalmente é federal, de maneira exclusiva a legislação sobre instituições de crédito (art. 5.º, XV, *k*).

2. *Os princípios jurídicos básicos da Reforma para a atualidade brasileira.*

1) Não há propriamente uma Reforma Agrária do Direito das Gentes ou do Direito Constitucional — apesar desses Direitos fixarem seus princípios mais gerais —, dada a natureza necessariamente local, específica, de sua realização. Vimos também que a Reforma implica necessariamente a intervenção estatal, variando apenas o grau energético dessa intervenção.

Ora, se a realização da Reforma Agrária é necessariamente local, a intervenção do Estado para sua realização será sobretudo, em nosso Estado Federal, a intervenção dos municípios. Serão pois municipais as entidades encarregadas da realização mais direta da Reforma Agrária no Brasil.

Esse municipalismo é, aliás, de todo acorde com o espírito da Carta Magna de 1946, que procura maiores recursos financeiros para os municípios.

Naturalmente que aquelas entidades municipais encarregadas da realização da Reforma Agrária se haverão de articular em

entidades estaduais dessa realização, assim como estas em uma entidade federal: em organização federativa, cabe à União a chamada soberania e aos Estados-membros autonomia constitucional relativa. Mais ainda se acentua a necessidade dessa articulação municipal-estadual-federal pelas deficiências materiais e humanas da maior parte dos municípios brasileiros quanto à realização de uma Reforma Agrária. Note-se mais que a *sindicalização rural*, de enorme relevância em uma Reforma Agrária jurídica, dependerá necessariamente de iniciativa federal, pois é o Direito do Trabalho competência legislativa exclusiva da União.

Um primeiro princípio, portanto, da Reforma Agrária para a atualidade brasileira: *a realização dessa Reforma se fará, sobretudo, por entidades municipais que serão, logicamente, especializadas em questões agrárias.*

II) a) Mas, se a realização da Reforma Agrária é necessariamente local, e se queremos a produtividade das terras para valorização do homem brasileiro, outras consequências surgem.

A primeira é que, de acordo com as condições locais, a terra deve ter uma área mínima, que possibilite, ao menos a existência digna do seu cultivador e família.

A segunda é que as terras devem ser necessária e racionalmente aproveitadas, segundo as condições locais, sendo possível, dentro do regime constitucional vigente, impossibilitar aquilo que localmente se considere a grande propriedade improdutiva ou deficientemente produtiva.

Note-se de logo: a nacionalização das empresa agrícola, se bem que possibilitada, para casos particulares, pela Constituição, não é medida a adotar-se de imediato, por não haver ainda uma mentalidade brasileira favorável a tal mudança, de sorte a receiar-se a improdutividade econômica dela.

Em suma: *nem o minifúndio, nem o latifúndio tidos por economicamente negativos em sua consideração que é necessariamente local.*

b) O estímulo legal, no Brasil, das *cooperativas agrícolas* voluntárias, é da maior importância, devendo-se procurar, gradativamente, o seu predomínio sobre a pequena propriedade individual, de base estreitamente fa-

miliar: a conjugação de esforços humanos, de capitais e de técnica que implicam, quer dizer uma maior racionalidade quanto à produção agro-pecuária. O cooperativismo agrícola pode significar a propriedade associativa ou de grupos, forma intermediária quanto aos limites extremos que são a pequena propriedade individual e as terras públicas, previstos pela Constituição Federal.

c) A *carga tributária* racionalmente planejada, pode ser, em nossa sistemática constitucional atual, o grande instrumento da produtividade das terras, impossibilitando o latifúndio economicamente negativo e estimulando a agricultura racionalizada. Principalmente o imposto territorial rural.

Já a desapropriação de terras, assunto de competência legislativa exclusiva da União (art. 5.º, XV, g), dado o índice acentuado de energia conservadora predominante entre nós, será racionalmente, no Brasil atual, instrumento secundário de Reforma Agrária.

II) Ainda, se o aumento de produção agrícola é necessidade vital, é diretamente ligado à produtividade das terras o dever de *proteção, conservação e recuperação do solo.* Isto representa um outro princípio jurídico da Reforma Agrária para a atualidade brasileira, princípio genérico, sim, mas cuja realização vai naturalmente também depender de condicionamento agrário local. Princípio que se entrosa na idéia básica da *aplicação local de técnicas agro-pecuárias científicas*, devendo-se favorecer a agricultura de *assistência técnica pública.* Demais, a *colonização estrangeira de terras públicas*, com o sentido de educar agricolamente os nacionais, é conveniente nos *limites* da Constituição de preferência pelos brasileiros e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados (art. 156 da Constituição Federal).

IV) Segundo a Constituição, lei federal deverá regular exclusivamente a matéria civil da *locação rural* e da *parceria agrícola*, (art. 5.º, XV, a), no sentido genérico de proteção aos não-proprietários produtores de riqueza agro-pecuária. Já o arrendamento das terras públicas, poderá ser regulado por lei de Reforma Agrária do Estado-membro a que pertençam as terras, quanto às condições específicas do arrendamento.

V) Outra medida de Reforma Agrária

imediate para o Brasil é o *crédito agrícola* levado a uma política de melhoramento qualitativo e quantitativo, como instrumento fundamental do processo produtivo que é. As instituições de crédito são de competência legislativa exclusiva da União (Art. 5.º, XV, k, da Constituição Federal).

VI) *A legislação do trabalho e da previdência social* — quer dizer, respectivamente, a regulação das relações de trabalho entre patrão e trabalhador e a normação referente à genérica proteção aos trabalhadores — deve-se aplicar aos camponeses, dentro do espírito constitucional brasileiro de valorização do trabalho humano. Se compete à União legislar sobre direito do trabalho (art. 5.º, XV, a), quanto à previdência social, a competência federal para legislar não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar (art. 6.º), de modo que, de acordo com o que já expusemos, o Estado-membro brasileiro poderá anteceder-se à legislação federal de previdência social rural.

3. *Os princípios jurídicos básicos da Reforma Agrária para a atualidade de Pernambuco.* — Os princípios jurídicos de Reforma Agrária para a atualidade pernambucana significarão, antes de tudo, logicamente, a adaptação local que for possível dos princípios nacionais básicos. Inexistente a lei federal de Reforma Agrária, lei estadual de Pernambuco deverá regular genericamente para a realidade estadual.

Assim:

I) A intervenção dos municípios pernambucanos no domínio econômico, para a realização da Reforma Agrária, se fará por entidades municipais especializadas, em articulação com uma entidade também especializada, ligada à Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, entidade que funcionará como Instituto Agrário e com a responsabilidade do planejamento e controle geral da agricultura do Estado.

Essas entidades executoras serão disciplinadas em sua organização e funções pela lei agrária estadual, que especificará as suas receitas.

II) a) O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco (I.P.A.E.P.) determinará a *área mínima da pequena propriedade*, abaixo da qual não é possível a

existência digna e desenvolvimento do agricultor e sua família, assim como decidirá se existe, ou não, exploração intensa e racional dos imóveis rurais, exploração esta que se procurará pela lei agrária estadual.

b e c) O *imposto territorial rural* será colocado efetivamente ao serviço da produtividade das terras, servindo ao mesmo tempo de fundo bem importante à execução pernambucana da Reforma Agrária. Esse imposto será, então, modificado pela Lei Agrária de Pernambuco, no sentido de ser superada a situação presente, onde os imóveis improdutivos destinados à especulação representam vantagens enormes para seus proprietários, sendo tremendamente lesados o fisco e a comunidade à carência de um critério objetivamente seguro de arrecadação.

Pernambuco, na verdade, no que toca à cobrança do imposto territorial rural, ainda insiste no sistema de tomar-se como base o valor venal, referindo-se embora ao critério da área do imóvel: "A base do cálculo do imposto é dada pelo valor venal do imóvel, ou pela sua área, ou por ambos esses critérios concomitantemente, excluídas sempre as benfeitorias". (art. 250 da lei n.º 2.617, de 27 de novembro de 1956: Código Tributário do Estado de Pernambuco). O artigo 248 do mesmo Código estabelece que a taxa do imposto é proporcional e progressiva e que sua arrecadação se fará de acordo com tabela anexa. Note-se que a base de cálculo do imposto pela área é meramente subsidiária: "O lançamento do imposto efetuar-se-á à vista das declarações de propriedade imobiliária feitas pelos proprietários possuidores ou ocupantes das terras, pelos inventariantes quando o lançamento deva constar em nome do espólio e, subsidiariamente, pelo que apurarem os chefes das repartições arrecadoras locais sobre a área e o respectivo valor venal". (art. 251). O Código dispõe, no Capítulo VI, sobre a revisão do lançamento e do valor venal, a proceder-se de dois em dois anos.

Ora, é bem de notar que sendo o Brasil marcado pelo latifúndio e conseqüente concentração de poderio econômico privado, o Fisco tem sua ação facilmente fraudada, salientando-se entre nós a inexistência de cadastros da propriedade territorial ou de cadas-

tros atualizados. Apresentam-se, para efeito do imposto, valores desatualizados, o que significa que o tributo se reduz do que seria seu montante, pela evasão fiscal. Impõe-se, então, um critério objetivo de cobrança do imposto, respeitando-se, naturalmente, as peculiaridades locais do imóvel rural para efeito da taxação. Observe-se que o levantamento cadastral das propriedades é obra acentuadamente custosa.

O sistema de taxas por hectare, ou outra unidade de superfície, possui, indubitavelmente, segurança objetiva quanto à arrecadação. Parece ser a melhor medida, desde que se combine a extensão do imóvel à sua localização e exploração, para efeito de determinar-se o índice das taxas, que variarão pela diferente localização e exploração (qualidade das terras, tipos de cultura, produtividade) dos imóveis. Isenta-se a pequena propriedade, a definir-se legalmente como múltiplo da área mínima explorável que se determine pelo IPAEP.

A propriedade cooperativa agrícola, dada a sua alta produtividade, será estimulada por redução substancial quando ao imposto territorial.

Estabelecer-se-á um adicional sobre o imposto de transmissão da propriedade rural *causa-mortis e inter-vivos*.

Os índices de taxação e desconto da tributação rural de Pernambuco serão determinados após pesquisa, não só da realidade rural do Estado, como ainda da mentalidade sobre Reforma Agrária dos legisladores pernambucanos.

Quanto à desapropriação como medida da Reforma Agrária, já vimos que ela é instrumento secundário para o Brasil atual, bem mais conservador que reformista. Demais, inexistindo ainda lei federal ordinária que regulamente especificamente o caso de desapropriação por interesse social, e sendo a legislação sobre desapropriação competência exclusiva da União (art. 5.º, XV, g, da Carta Magna de 1946), segue-se que, quanto a êsse meio da Reforma Agrária, a legislação estadual de Pernambuco terá de limitar-se a aplicar a desapropriação por necessidade pública e por utilidade pública, casos êsses constitucionais regulados pelo decreto-lei n.º 3.265, de 21 de junho de 1941.

III) A lei agrária estadual incentivará

a aplicação local de técnicas agro-pecuárias e procurará que se faça a proteção, conservação e recuperação do solo, mediante reduções correspondentes do imposto territorial rural. Quando se trate de distribuição de terras públicas, os cultivadores serão obrigados a conservar a produtividade das terras e a seu cultivo racional. A lei agrária estadual regulamentará ainda a assistência técnica pública à agricultura do Estado, bem como disporá sobre a colonização estrangeira limitada e educativa de terras públicas.

IV) A lei agrária estadual especificará, na área de sua competência, o arrendamento das terras públicas, obrigado o arrendatário a conservar a produtividade das terras e a seu cultivo racional.

V) Competindo exclusivamente à União legislar sobre instituições de crédito (art. 5.º, XV, k da Constituição Federal), a agricultura estadual terá de contar com as instituições federais existentes, em seu regime atual, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, de que se beneficiará especificamente as cooperativas agrícolas, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Nordeste do Brasil (relacionado com a seca do Nordeste).

VI) A legislação agrária estadual pernambucana disporá sobre a previdência social rural.

Os princípios jurídicos de Reforma Agrária pretendidos para Pernambuco dependerão todos da observação da realidade rural do Estado e do exame da mentalidade sobre Reforma Agrária dos legisladores pernambucanos, afim de que a Lei Agrária seja aceitável e aceita de modo imediato. Serão condicionados por essa dupla observação não só os princípios jurídicos esboçados, que se regulamentarão pelo projeto de lei estadual ao sópro da dupla realidade apontada, como princípios outros de menor importância, a ajustarem-se igualmente ao mesmo exame realístico.

A observação social positiva da realidade se fará por aplicação de questionários racionalmente preparados, no intuito da verificação dos princípios e do melhor modo de regulamentação deles.

A observação da realidade rural pernambucana, necessariamente seletiva, como toda

observação científica, pois não é possível observar tudo, se fará por amostragem probabilística com estratificação prévia.

4. A *Constituição do Estado de Pernambuco e o problema da Reforma Agrária*. — Quanto à Reforma Agrária, a Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 25 de julho de 1947, apresenta-se com uma maior preocupação que a Lei Magna federal.

Assim, é estabelecido o princípio genérico de que “a propriedade da terra acarreta o dever de seu aproveitamento”, falando-se de uma *tributação progressiva* das terras úteis não aproveitadas ou, mesmo, de *desapropriação* delas (art. 155, § 1.º).

Nota-se a olhos desarmados que se trata de princípio cardeal de Reforma Agrária para comunidades onde, como a brasileira, há preponderância de energia conservadora. Princípio da substância da Constituição, pois insusceptível de reforma, sob pena de destruição da ordem constitucional vigente, pelo afetar-se seu espírito.

O artigo 46, inciso VI, da Constituição do Estado, firma normas para decretação do imposto territorial. Estabelece-se que o ônus tributário será *fortemente progressivo* sobre as terras incultas nas proximidades das zonas de maior densidade demográfica e ao longo das vias de *comunicação* (art. 46, VI, § 1.º, I). Preceitua-se que se devem levar em conta para a progressão do imposto, em razão direta, a *extensão cultivável ou utilizável não aproveitada* (excetuam-se do cálculo as terras ocupadas por matas) e o *valor total das terras de um mesmo proprietário*, excluídas as benfeitorias, não podendo, porém, para as terras cultivadas, a taxa percentual do imposto exceder 4 vezes a inicial (art. 46, § 1.º, II e III). Isenta-se a propriedade de área não excedente a vinte hectares e se reduz de 50% o imposto sobre propriedade de área não excedente a 40 hectares, quando o proprietário não possui outro imóvel, e, no caso da isenção, desde que o proprietário resida na propriedade, explorando-a com o trabalho próprio ou de sua família (art. 46, VI, § 1.º, IV e V).

No sentido de uma realização municipal da política agrária, determina a Constituição do Estado que 50% do que arrecadar

do imposto territorial o Estado entregará ao Município onde estiveram as propriedades tributadas, para aplicação em benefício de ordem rural (art. 46, VI, § 2.º).

Ssrá apenas de censurar ao constituinte pernambucano a falha técnica da regulação nem sempre fundamentalmente genérica da forma da tributação e, portanto, algo casuística. Assim é que normas mais racionais de tributação serão aceitáveis, podendo-se efetuar a êsse propósito a reforma da Constituição sem que se lhe esteja necessariamente alterando a substância.

O artigo 155, em seu parágrafo 2.º, isenta de todo e qualquer imposto a pequena propriedade que a lei estadual defina, se único bem imóvel do proprietário e por êste pessoalmente explorada.

A Constituição do Estado preocupa-se, demais, tipicamente, com a assistência estadual ao trabalhador agrícola, devendo o Estado zelar pelos direitos destes, e com a assistência técnica agro-pecuária, em colaboração com os Municípios, e sobretudo em favor dos pequenos e médios agricultores e criadores (arts. 157 e 159, VI): com a ampliação de benefícios do Estado às cooperativas agro-pecuárias “e elevando ao máximo o rendimento dessa forma de assistência financeira, de preferência aos pequenos agricultores e criadores, de modo a propiciar-lhes trabalho rendoso e eficiência produtiva” (art. 159, III); com a fixação do homem ao campo, estabelecendo o Estado plano de colonização com o aproveitamento de terras públicas ou desapropriação de terras não aproveitadas (art. 159, IV); com a preferência, assegurada pelo Estado, dos nacionais posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, para aquisição até 25 hectares (art. 159, V); com a criação pelo Estado de “campos de cultura experimental, de acôrdo com as peculiaridades regionais” (art. 159, IX); com o incentivo estatal do cultivo das plantas nativas úteis e da cultura do algodão (art. 159, VIII e XII); com a conservação das matas e o reflorestamento, promovidos pelo Estado (art. 159, XIII); com o estímulo e financiamento estatais da construção de silos “nos Municípios das zonas agrícolas” (art. 159, XVI); com o propiciamento estatal da construção de açudes e poços tubulares (art. 159, XVII); com a desa-

propriação estatal prévia de terras beneficiadas obras de açudagem realizadas pelo Estado, "destinando-as à revenda ou doação em lotes não superiores a dez hectares, aos pequenos agricultores, na forma estabelecida em lei" (art. 159, XX); com a desapropriação estatal para colonização, "mediante revenda ou doação", das faixas de terras não aproveitadas ao longo das rodovias ou estradas de ferro (art. 159, XXI); com a promoção estatal do "agrupamento, em cooperativas, dos produtores de açúcar banguê, de preferência para fins de criação de usinas, refinarias ou destilarias" (art. 159, XXII).

O Estado "organizará planos de transportes rodoviários que abranjam principalmente as zonas do agreste e do sertão, com o fim de amparar os pequenos produtores e facilitar o abastecimento dos centros de consumo" (art. 159, estabelecendo-se pela Lei Magna do Estado que "o combate à monocultura será previsto em legislação especial, que deverá exigir o plantio de cereais em área mínima proporcional à grande área ocupada por um só lavoura" (art. 158).

5. *O critério da pesquisa de campo: amostragem probabilística com estratificação prévia de Municípios e amostragem não probabilística de propriedades agrícolas.* — O geógrafo Mauro Mota, diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, opinara que a amostragem de pesquisa de campo tendente à verificação de uma Lei Agrária para o Estado de Pernambuco deveria, logicamente, atender às zonas fisiográficas do Estado, marcadas cada uma por fisionomia própria: Mata, Agreste e Sertão.

O prof. Antônio Carolino Gonçalves, estatístico do Instituto, tendo em vista os recursos materiais da pesquisa, traçou esboço de estratificação, sugerindo que os municípios fossem classificados em grupos, de acordo com a sua população agrícola ativa, na base de dados fornecidos pelo I.B.G.E. Essa estratificação precederia o sorteio de municípios em cada grupo.

Consultado o prof. Antônio Bezerra Baltar, de Economia e Humanismo, concordou ele essencialmente com os modos de ver anteriores. Assim é que a estratificação se faria em cada um das unidades fisiográficas, Mata, Agreste e Sertão, de acordo com o número crescente da respectiva população

agrícola ativa, estabelecendo-se 3 grupos de municípios em cada zona fisiográfica. Em seguida, far-se-ia a seleção aleatória de um município por cada grupo, em um total, pois, de 9 municípios.

Este foi o critério adotado pelo autor.

Tal orientação significa, precisamente, o que se chama *amostragem com probabilidade proporcional ao tamanho*, sendo "tamanho", no caso, o número de população agrícola ativa³, pois como se vê dos quadros seguintes, o número de municípios é correlacionado inversamente com o "tamanho" da população agrícola ativa e, assim, a probabilidade de escolha de um dado município em cada grupo é correlacionada diretamente ao "tamanho" da população.

O acadêmico Pedro Motta de Barros, auxiliar da pesquisa, encarregado de proceder à estratificação, apresentou os quadros que se seguem:

Estratificação prévia para uma amostragem aleatória

Divisão ternária dos Municípios pernambucanos, conforme as zonas fisiográficas do Estado, seguindo-se um critério populacional de agrupamento em cada uma, segundo a ordem ascendente de sua população ativa no ramo principal da *agricultura, pecuária e silvicultura* (pessoas presentes, de 10 anos e mais, homens e mulheres). Desprezaram-se para efeito de cômputo, os três Municípios da Zona da Mata (Recife, Paulista e Olinda) que apresentam um índice de pessoas ocupadas principalmente no ramo das indústrias de transformação superior ao índice de pessoas ocupadas, como atividade principal, no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura. Os dados foram colhidos no vol. XVII, tomo I (referente ao Estado de Pernambuco) do Censo Demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1955, pág. 80 e 82.

ZONA DA MATA

Grupos: De 3.752 a 9.211 (A-1); de 9.211 a 14.670 (B-1); de 14.670 a 20.129 (C-1)

N.º de Municípios p/grupos: A-I:23; B-I:5.
C-1:1. Total: 29

Grupo A-1

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Gameleira	3.752
2	Moreno	3.853
3	Jaboatão	4.395
4	Maraial	4.455
5	Ribeirão	4.758
6	Serinhaém	5.089
7	Catende	5.302
8	Rio Formoso	5.759
9	S. Lourenço da Mata	5.854
10	Barreiros	5.981
11	Escada	6.635
12	Igarajú	6.710
13	Carpina	6.761
14	Macaparana	6.971
15	Aliança	7.012
16	Goiana	7.396
17	Cabo	7.600
18	Ipojuca	7.671
19	Quipapá	7.716
20	Vicência	7.737
21	Amarají	7.789
22	Paudalho	8.482
23	Timbaúba	9.026

Grupo B-1

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Bonito	10.341
2	També	10.505
3	Palmares	10.693
4	Nazaré da Mata	10.779
5	Água Preta	11.222

Grupo C-1

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Vitória de Santo Antão	20.129

ZONA DO AGRESTE

Grupos: De 1.877 a 10.378 (A-2); de 10.378 a 18.879 (B-2); de 18.879 a 27.382 (C-2)

N.º de Municípios p/grupos: A-2:14; B-2:12; C-2:5. Total: 31

Grupo A-2

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Alagoinha	1.877
2	Palmeirinha	2.856
3	Jurema	3.479
4	Sanharó	3.785
5	Agrestina	3.944
6	Lagedo	4.379
7	Lagoa dos Gatos	5.838
8	Taquaritinga do Norte	5.982
9	Orobó	6.507
10	S. Joaquim do Monte	5.982
11	S. Caitano	8.405
12	João Alfredo	8.442
13	Angelim	9.753
14	Canhotinho	10.162

Grupo B-2

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Brejo da Madre de Deus	10.397
2	Belo Jardim	10.455
3	Correntes	10.790
4	Vertentes	11.041
5	Gravatá	11.565
6	Bom Jardim	12.055
7	Pesqueira	12.400
8	Altinho	13.032
9	Panelas	13.758
10	Surubim	14.004
11	Glória do Goitá	14.970
12	S. Bento do Una	15.855

Grupo C-2

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Bezerras	19.683
2	Limoeiro	19.979
3	Bom Conselho	21.611
4	Caruaru	22.025
5	Garanhuns	27.382

ZONA DO SERTÃO

Grupos: De 2.122 a 6.234 (A-3); de 6.234 a 10.346 (B-3); de 10.346 a 14.460 (C-3)

N.º de Municípios p/grupo: A-20; B-3:3; C-3:4. Total: 27

Grupo A-3

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Arcoverde	2.122
2	Jatinã	2.373
3	Parnamirim	2.469
4	Coripós	2.572
5	Cabrobó	2.834
6	Sertânia	3.975
7	Salgueiro	4.026
8	Floresta	4.450
9	Petrolândia	4.650
10	Bodocó	5.122
11	Pedra	5.123
12	Inajá	5.264
13	Manissobal	5.371
14	Petrolina	5.448
15	Exú	5.812
16	Tabira	5.906
17	Triunfo	5.980
18	Afogados da Ingazeira	5.979
19	Custódia	6.148
20	Serrita	6.195

Grupo B-3

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Araripina	7.935
2	Serra Talhada	8.765
3	Ouricuri	10.151

Grupo C-3

N.º de ordem	Municípios	População agrícola ativa
1	Buíque	10.867
2	Flôres	11.404
3	S. José do Egito	11.916
4	Águas Belas	14.460

Os Municípios selecionados aleatoriamente dentro de cada grupo de cada zona fisiográfica foram os seguintes:

Zona da Mata: Gameleira (A-1), Bonito (B-1) e Vitória de Santo Antão (C-1).

Zona do Agreste: Sanharó (A-2), Surubim (B-2) e Limoeiro (C-2).

Zona do Sertão: Sertânia (A-3), Serra Talhada (B-3) e Buíque (C-3).

Em virtude da carência de recursos materiais da pesquisa, decidiu-se aplicar 50 questionários por Município, distribuídos em 5 propriedades agrícolas quaisquer, em um total, pois, de 10 questionários por propriedade. E, em cada propriedade, 9 questionários foram respondidos por trabalhadores e 1 por proprietário, numa proporção aproximativa da nossa situação estadual de latifúndio⁴.

Como se nota, a amostragem de propriedades agrícolas foi não probabilística. Naturalmente, tal amostragem longe está do rigor da amostragem probabilística, porém circunstâncias incontornáveis impuseram a sua adoção. Assim, demais da insuficiência de recursos da pesquisa, a inexistência de cadastros da propriedade territorial ou de cadastros atualizados e a urgência de tempo pela necessidade urgente de uma Lei Agrária para o Estado.

A aplicação dos questionários foi confiada a agentes de estatística do I.B.G.E., orientados por Cláudio Souto, do I.J.N.P.S. Esses agentes foram os que se seguem:

Gameleira: Manoel Pereira Júnior

Bonito: João Geminiano Soares Pereira

Vitória de Santo Antão: Pedro Gregório

Ramalho da Silva

Sanharó: José Prazim de Oliveira

Surubim: Firmo José do Nascimento

Limoeiro: José de Oliveira Melo

Sertânia: Aubry de Lima Barros

Serra Talhada: Eliseu Alves Gondim

Buíque: Josué Lima Filho.

6. O resultado do inquérito rural.

A aplicação do questionário se procedeu pelos seguintes motivos:

1.º) para conhecer-se da receptividade dos trabalhadores e proprietários do campo quanto às diretrizes essenciais do projeto da Lei Agrária do Estado de Pernambuco;

2.º) e, secundariamente, pela eventual pos-

sibilidade desses trabalhadores e proprietários apresentarem alguma razão fundada no sentido de alterar-se de algum modo essencial o projeto da Lei Agrária. Neste sentido é que, no questionário, à resposta negativa (“não”, “ruim”) foi associada necessariamente a pergunta “por que?”

Sabido que se aplicaram 450 questionários, segundo o critério exposto anteriormente, os números que se seguem às diferentes respostas exprimem a receptividade ao projeto de Lei, do modo seguinte:

Questionário para proprietários e agricultores

A — Ação Fiscal

1 — Para que o Governo auxilie a agricultura, é preciso que tenha recursos especiais para isso. Daí a necessidade de imposto sobre as propriedades agrícolas. Pergunta-se agora:

a) Há idéia de que não se deve cobrar imposto da pequena propriedade. Concorde? Sim 354 — Não 80 — Por que? Não sei 15.

b) Pensa-se que as terras quanto menos exploradas tanto mais devem pagar imposto. Concorde? Sim 344 — Não 57 — Por que? Não sei 48.

c) As cooperativas podem significar a exploração da terra por grupos de proprietários. Pensa-se que são mais produtivas, porque nelas há união de esforços para a exploração da terra. Julga-se que devem pagar menos imposto. Concorde? Sim 272 — Não 41 — Por que? Não sei 131.

2 — Pensa-se que o Governo não deve ser enadado na cobrança do imposto sobre as propriedades agrícolas, para que tenha melhores meios de auxiliar a agricultura. Que acha disso? Bom 390 — Ruim 16 — Por que? Não sei 34.

3 — Para que o Governo não seja enganado, deve-se modificar o sistema de cobrança do imposto sobre a propriedade das terras. Pensa-se que o critério de cobrança do imposto deve ser objetivo, quer dizer,

deve-se cobrar o imposto com base na *extensão* da propriedade, na sua *localização* e no seu *grau de exploração*. Isto significa que é querer, ao mesmo tempo, que as terras mais valiosas paguem mais imposto, e as intensivas e tecnicamente exploradas paguem menos imposto. Concorde? Sim 328 — Não 27 — Por que? Não sei 92.

4 — Pensa-se que o Governo, levando em conta as informações dos proprietários, é quem deve avaliar o montante do imposto. Se os proprietários se acharem lesados, terão direito de reclamar. Julga-se este o critério mais seguro, a fim de que o Governo não seja enganado. Concorde? Sim 287 — Não 35 — Por que? Não sei 124.

5 — Se “SIM”, dê sugestões: 49.

6 — Que acha o sr. de um pequeno aumento no imposto de transmissão da propriedade, desde que haja um compromisso efetivo do Governo de auxiliar a agricultura? Bom 304 — Ruim 105 — Por que? Não sei 37.

7 — Pensa-se que as propriedades que usarem boas técnicas de agricultura e criação, e que procurarem proteger, conservar e recuperar o solo, devem pagar menos imposto. Concorde? Sim 357 — Não 38 — Por que? Não sei 48.

B — Orientação técnica

1 — O Sr. se interessa pela introdução de técnicas atualizadas de exploração agropecuária? Sempre 347 — Às vezes 43 — Nunca 15 — Por que? Não sei 41.

2 — Que acha o Sr. da idéia do Governo dar instrução e orientação técnica sobre como melhor explorar a lavoura e o gado? Bom 398 — Ruim 13 — Por que? Não sei 36.

3 — Que acha o Sr. de o Governo tomar medidas para melhorar a produção das terras? Bom 433 — Ruim 10 — Por que? Não sei 3.

4 — Pensa-se na criação de um Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco,

compósito de técnicos especializados, a fim de orientar as Prefeituras Municipais do Estado no auxílio à lavoura e à criação. Que é que o Sr. acha dessa idéia? Boa 266 — Ruim 66 — Por que? Não sei 116.

C — Crédito e Assistência Social

1 — Que acha o Sr. de o Govêrno facilitar empréstimo aos agricultores? Bom 426 — Ruim 4 — Por que? Não sei 15.

2 — Que tipo de empréstimo o Sr. prefere? Oficial 276 — Por que? Particular 38 — Por que? Indiferente 129.

3 — Pensa-se que o Govêrno deve auxiliar os agricultores em matéria de alimentação, saúde, habitação, diversões, defesa jurídica, etc. Que acha disso? Bom 434 — Ruim 6 — Por que? Não sei 5.

D — Disposição das terras

1 — Pensa-se em se proceder à desapropriação de terras incultas para se submeterem elas à responsabilidade dos que se disponham à exploração, a menos que o próprio dono dessas terras (quando não excedam o tamanho médio) se comprometa a fazer o mesmo. Que acha disso? Bom 346 — Ruim 40 — Por que? Não sei 63.

2 — Pensa-se que o Govêrno deve proceder à desapropriação, contra o pagamento do preço justo em dinheiro, de terras que apresentem as seguintes características: 1) Terras úteis não aproveitadas; 2) Terras que, por serem pequenas demais, não garantem a subsistência e o desenvolvimento do agricultor e sua família; 3) Terras beneficiadas com obra de açudagem do Estado. Concorda com isso? Sim 292 — Não 64 — Por que? Não sei 91.

3 — Julga-se que o Govêrno deve controlar a maneira de serem loteadas as terras, sejam as públicas, sejam as particulares, com o objetivo de evitar prejuízos à agricultura. Que acha desse plano? Bom 316 — Ruim 53 — Por que? Não sei 78.

4) — Pensa-se que, quando se trate de terras do Govêrno, de qualquer modo como seja

organizada a exploração delas, os agricultores devem ficar obrigados: 1) a iniciar as atividades agrícolas dentro de 3 meses; 2) a residir com sua respectiva família na terra que couber a êles para exploração; 3) a ter explorado essa área, de modo racional e intensivo, no prazo máximo de 2 anos. Concorda com isso? Sim 307 — Não 47 — Por que? — Não sei 95.

5 — Que acha de o Govêrno entregar ao cultivo de alguns colonos estrangeiros uma parte de suas terras para que os nacionais aprendam com êles a cultivar melhor? Bom 271 — Ruim 107 — Por que? Não sei 69.

6 — Dada a necessidade de abastecimento dos núcleos urbanos, que acha de o Govêrno tornar obrigatória a lavoura numa pequena área das médias e grandes propriedades situadas perto de cidades com mais de 10.000 habitantes? Bom 327 — Ruim 50 Por que? Não sei 72.

7 — O Govêrno poderá estabelecer que, se o proprietário das terras referidas no quesito anterior não quiser cultivar essa pequena área, o mesmo Govêrno a arrendará a quem se comprometa a cultivá-la, sendo que o proprietário receberá a taxa de arrendamento. O proprietário, findo o prazo do arrendamento, poderá comprometer-se à exploração racional da área de lavoura obrigatória, êle próprio. Concorda com isso? Sim 322 — Não 33 — Por que? Não sei 89.

E — Associações, Cooperativismo

1 — Que acha o Sr. de o Govêrno incentivar as associações agrícolas em geral, especialmente as cooperativas? Bom 379 — Ruim 20 — Por que? Não sei 42.

F — Contrôle de preços

1 — Que acha o Sr. de o Govêrno controlar os preços agrícolas? Bom 331 — Ruim 82 — Por que? Não sei 33.

Como se nota, a apuração do inquérito, procedida pela acadêmica Zuleide Aureliano, revela acentuada receptividade ao projeto de

Lei Agrária do Estado de Pernambuco. Nem um só dos dispositivos do projeto sofreu recusa.

De outro lado, nenhuma razão fundada defluiu do inquérito no sentido de invalidar-se qualquer dos dispositivos do projeto. A título de exemplo, poderemos transcrever as objeções ligadas a uma pergunta que se tenha sorteado (do questionário), assim a pergunta E, 1: "Não gosto de cooperativas", "em nossa zona as associações agrícolas já são bem incentivadas"; "só têm servido para o núcleo eleitoral"; "porque pode servir à política do socialismo vermelho e trazer brigas constantes".

Objeções quase sempre ingênuas, como seria provavelmente de esperar do nível educacional geral do homem do campo brasileiro.

Quanto à aplicação dos questionários, houve, além das limitações normais aos inquéritos sociais, a falha relativa ao fato de terem sido deixadas perguntas em branco pelos informantes. Mas a margem dessa falha é insignificante — apenas 97 perguntas se deixaram de responder entre 10.800 perguntas formuladas (respondidas, pois, 10.703 perguntas) e, assim, os resultados do inquérito não se chegam propriamente a alterar.

Estando ausente do Estado o economista Paulo Maciel, do I.J.N.P.S., recorreu o autor aos préstimos do economista Francisco Oliveira, da SUDENE. E o projeto de Lei Agrária do Estado de Pernambuco, onde não se desconsideram contribuições anteriores, muito especialmente a de Coutinho Cavalcanti, deve ao desinteressado e dedicado esforço daquele economista pernambucano a retificação ou a consolidação de várias de suas diretrizes.

7. O projeto de Lei Agrária do Estado de Pernambuco

PROJETO N.º... — 1960

"*Institui a Lei Agrária do Estado de Pernambuco*"

A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco decreta:

Art. 1.º — A Lei Agrária do Estado de Pernambuco se realizará no sentido da maior

produtividade econômica e da valorização do trabalho humano.

Art. 2.º — A execução da Lei Agrária se fará por entidades municipais especializadas, em articulação com o Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, sediado no Recife, ao qual caberá o planejamento e controle geral da agricultura do Estado e da política de preços agrícolas.

Parágrafo único. O Instituto se ligará à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco e se organizará autarquicamente.

Art. 3.º — São membros do Conselho Deliberativo do Instituto:

I — Um representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, especialista em agricultura;

II — um representante da Secretaria de Educação e Cultura, especialista em educação rural;

III — dois representantes da Secretaria de Saúde e Assistência Social, especializados em problemas sanitários e assistenciais do campo.

IV — um representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;

V — um representante da Secretaria do Interior e Justiça, especializado em problemas jurídicos agrários;

VI — um representante da Secretaria da Fazenda;

VII — dois representantes das atividades agrícolas dos trabalhadores e proprietários;

VIII — o Presidente do Instituto.

§ 1.º — Os representantes dos itens I a VII serão nomeados pelo Governador do Estado, por indicação das entidades representadas. O seu mandato se estenderá até o término do mandato do Governador.

§ 2.º — O Presidente do Instituto será de livre nomeação e demissão do Governador do Estado.

Art. 4.º — A Secretaria Técnica, composta preferentemente de especialistas de renome internacional ou nacional, ou de magistério universitário, compete a função planejadora do Instituto.

Parágrafo único — Os membros da Secretaria Técnica trabalharão em regime de tempo integral.

Art. 5.º — Aos membros do órgão deliberativo do Instituto de Política Agrária do

Estado de Pernambuco compete elaborar o Regimento Interno do Instituto.

Parágrafo único — Esse Regimento deverá ser submetido à aprovação do Secretário de Agricultura e especificará as Divisões Técnicas do Instituto.

Art. 6.º — A receita do Instituto se constituirá, além dos proventos de seu domínio, do Fundo Agrário Estadual, e de dotações orçamentárias que a Assembléa Legislativa do Estado determine.

§ 1.º — O Fundo Agrário Estadual se formará do imposto territorial rural e do adicional estabelecido por esta Lei sôbre o imposto de transmissão da propriedade rural.

§ 2.º — Do Fundo Agrário Estadual 50% (cincoenta por cento) se destinará à realização municipal da Lei Agrária, segundo critério de distribuição que o Instituto determine, e na forma do art. 46, § 2.º, da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 7.º — O imposto territorial rural variará de acôrdo com a extensão, localização e exploração do imóvel.

Parágrafo único — Isenta-se, na forma do art. 155, § 2.º, da Constituição Estadual, a pequena propriedade, que é a de extensão até o duplo da área mínima economicamente explorável que se determine pelo Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco.

Art. 8.º — O impôsto territorial rural se deverá lançar em proporção progressiva à extensão total das terras de um mesmo proprietário, do modo seguinte:

<i>Extensão</i>	<i>Impôsto</i> (% sôbre o valor médio apurado do hectare em cada Município)
1) Até 20 vêzes a extensão da pequena propriedade	0,6%
2) Até 50 vêzes a extensão da pequena propriedade . .	1,2%
3) Até 100 vêzes a extensão da pequena propriedade	1,8%
4) Mais de 100 vêzes a extensão da peq. propriedade	2,4%

§ 1.º — Quando as propriedades utilizadas se situem dentro de 10 (dez) quilômetros a partir do perímetro urbano das cida-

des de mais de dez mil e menos de cem mil habitantes, ou ao longo das vias de comunicação, o imposto será duplicado. Se as cidades forem de mais de cem mil habitantes, o imposto será quadruplicado.

§ 2.º — As propriedades intensiva e racionalmente exploradas, segundo se considere pelo Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, e na forma do art. 46, § 1.º, II, da Constituição do Estado, estarão isentas dos acréscimos do parágrafo primeiro, e caso as cidades tenham população igual ou inferior a dez mil habitantes, ou as propriedades se localizem além de dez quilômetros a partir do perímetro urbano, ou afastadas das vias de comunicação, terão uma redução de 50% (cincoenta por cento) no impôsto.

§ 3.º — As terras úteis não aproveitadas pagarão seis vêzes mais o imposto, e caso se localizem nas proximidades das zonas de maior densidade demográfica e ao longo das vias de comunicação, doze vêzes mais o imposto.

§ 4.º — As propriedades em racionalização progressiva de utilização terão no impôsto as reduções que se seguem:

1) — Proteção ao solo	10%
2) — Adubação	10%
3) — Irrigação	10%
4) — Uso racional	10%
5) — Melhoramento de espécies	10%
6) — Benefícios aos trabalhadores	10%

Art. 9.º — A propriedade cooperativa da terra terá uma redução de 50% (cincoenta por cento) quanto ao imposto territorial rural.

Art. 10.º — Estabelecer-se-á um adicional de 10% (dez por cento) sôbre o imposto de transmissão da propriedade rural, *causa mortis e inter-vivos*.

Art. 11 — O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco organizará e convocará uma Convenção Estadual de Política Agrária, a fim de que os Municípios acordem, entre si e com o Estado, quanto à regulação dos órgãos municipais executores da Lei Agrária e quanto ao seu entrosamento com o Instituto para fins desta Lei.

Parágrafo único — Os Municípios comprometem-se a estabelecer um Fundo Agrário Municipal, atribuindo-lhe 50% (cin-

centa por cento) da quota do imposto de renda que a União lhes concede de conformidade com o artigo 15.º, VI, § 4.º, da Constituição Federal.

Art. 12 — As entidades municipais executoras da Lei Agrária farão um levantamento das terras passíveis de desapropriação, do modo seguinte:

- 1) — As úteis não aproveitadas;
- 2) — As de dimensão inferiores à área mínima economicamente explorável;
- 3) — As terras beneficiadas por obra de açudagem do Estado.

Parágrafo único — Quando se trate de imóvel inculto e de extensão igual à pequena propriedade ou superior até 20 (vinte) vezes a extensão dela, as entidades municipais executoras da Lei Agrária notificarão o proprietário, concedendo-lhe o prazo de um a três anos para ajustar suas terras à produtividade econômica.

Art. 13 — O loteamento de terras, quer público, quer particular, será feito de acôrdo com as técnicas agro-pecuária científicas, a critério do Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, devendo o loteamento particular ser aprovado preliminarmente pela entidade municipal executora da Lei Agrária.

Art. 14 — Quando se trate de distribuição de lotes pelo Poder Público, a aquisição é exclusiva dos agricultores não-possuidores ou possuidores em área inferior à mínima economicamente explorável:

§ 1.º — A preferência para aquisição ou arrendamento se fará na seguinte ordem:

- 1 — o proprietário das terras desapropriadas, desde que sua atividade seja preponderantemente agrícola;
- 2 — os que nelas trabalhavam;
- 3 — os que tenham cursado experimentalmente sobre agricultura, computando-se o grau desse curso;
- 4 — os que tenham prática agrícola, computando-se o grau dessa prática.

§ 2.º — Serão preferidos, em cada classe, excetuada a primeira, os habitantes das zonas empobrecidas, os desempregados e os chefes de família numerosa.

§ 3.º — A aquisição individual será até

3 (três) lotes, mas será facilitada a aquisição mais ampla em condomínio.

Art. 15 — Quando se trate de terras do domínio público, de qualquer modo que se organize a exploração delas, os agricultores estarão obrigados:

- 1 — a iniciar em três meses as atividades agrícolas;
- 2 — a residir com sua família na área agrícola que lhes couber para exploração;
- 3 — a explorar essa área, racional e intensivamente, no prazo máximo de dois anos.

Art. 16 — As terras do domínio público são inalienáveis, permitindo-se, no entanto, a venda sem lucro de terras desapropriadas quando os recursos financeiros não bastem para as despesas da desapropriação.

Parágrafo único — Sob aprovação do Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, a venda poderá ser feita com redução até 30% (trinta por cento) do valor de custo e benfeitorias.

Art. 17 — O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco organizará fazendas-modêlo, com os objetivos de educar a população do campo em técnicas agro-pecuárias científicas, de melhoramento racional das condições do agricultor e de atender ao consumo dos centros urbanos vizinhos.

Parágrafo 1.º — As fazendas são autônomas, nos limites do plano público genérico de sua organização.

§ 2.º — O plano municipal de organização de fazenda-experiência deve-se aprovar pelo Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco.

§ 3.º — Em cada fazenda-modêlo haverá, pelo menos, uma unidade educativa agrícola.

§ 4.º — Assegurar-se-á, em cada fazenda-experiência, a reserva florestal.

Art. 18 — O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, em virtude da necessidade sócio-econômica de ser atendido, em limites mínimos, o abastecimento urbano, decidirá sobre o critério e a área da lavoura obrigatória nos imóveis agrícola de exploração pecuária ou não intensiva e racionalmente explorados, que se situem próximo a cidades.

§ 1.º — Em nenhum caso, a área de lavoura obrigatória será superior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, nem

a propriedade distará mais de vinte quilômetros do perímetro urbano, assim como as cidades deverão ter sempre mais de dez mil habitantes.

§ 2.º — Os imóveis obrigados devem apresentar a área igual ou superior a cinco vezes a pequena propriedade.

§ 3.º — Se a lavoura obrigatória não fôr cumprida dois anos após a decisão do Instituto, a área obrigada será arrendada pela entidade municipal a que couber a realização da Lei Agrária, recebendo o proprietário através dela a taxa de arrendamento, deduzidas as despesas de administração até o máximo de 3% (três por cento).

§ 4.º — A entidade municipal realizadora da Lei Agrária localizará a área arrendável, podendo-se recorrer dessa localização ao Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco.

§ 5.º — A prorrogação do arrendamento, ou nôvo arrendamento, não se fará sem que o proprietário seja notificado pela entidade municipal realizadora da Lei Agrária com antecedência de pelo menos seis meses, cessando o arrendamento se o proprietário comprometer-se à exploração racional da área arrendável.

§ 6.º — A venda do imóvel, ou da área arrendada, não prejudica o arrendamento.

Art. 19.º — Compete às entidades municipais realizadoras da Lei Agrária a organização e execução dos serviços de assistência técnica, supondo a execução um planejamento anterior aprovado pelo Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco.

§ 1.º — Quanto à assistência técnica, as entidades municipais contarão com o auxílio dos serviços especializados da Secretaria de Agricultura.

§ 2.º — As entidades municipais contíguas, quando necessário, deverão unir esforços e recursos para uma assistência técnica comum.

§ 3.º — Terão preferência, quanto à assistência técnica, os membros de cooperativas agrícolas, na forma do art. 159, VI, da Constituição do Estado.

§ 4.º — O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco, auxiliado pelas entidades municipais realizadoras da Lei Agrária, planejará, executará ou incentivará o associacionismo, especialmente em sua mo-

dalidade cooperativa, para o que dispenderão um e outras pelo menos 5% (cinco por cento) dos respectivos fundos agrários.

Art. 20 — Os Poderes Públicos são obrigados a prestar assistência financeira aos agricultores, ouvido o Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único — Os membros de cooperativas agrícolas terão preferência para empréstimo.

Art. 21 — A previdência social rural se fará pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agricultores do Estado de Pernambuco, a ser organizado autarquicamente por lei específica.

Art. 22 — A Secretaria de Educação e Cultura providenciará para que seja instituído nos cursos primários rurais, dentro do prazo de dois anos a contar da publicação desta Lei, o ensino de noções fundamentais de agricultura.

Art. 23 — Os Poderes Públicos facilitarão a instalação no Estado de indústrias de fertilizantes, de rações balanceadas, de inseticidas e fungicidas para a agricultura, de máquinas e motores agrícolas, e análogas.

Art. 24 — O Instituto de Política Agrária do Estado de Pernambuco opinará e proporrá sôbre empréstimos no exterior para benefício da agricultura do Estado.

Parágrafo único — Quando se trate de exploração de terras públicas, poderá ser admitido, a critério do Instituto, trabalho estrangeiro, a título limitado e educativo.

Art. 25 — Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação, prazo em que o Poder Executivo a regulamentará.

1 O Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco a que se refere o presente estudo foi apresentado na íntegra à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco pelo Deputado Souto Dourado, aguardando discussão na Assembléia.

Embora, por efeito da Emenda n.º 5 da Constituição Federal, de 21 de novembro de 1961, publicada no Diário Oficial da União de... 22/11/1961, se institua nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros, tendo mesmo passado à competência dos municípios o imposto territorial rural e o sôbre transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedade (art. 29, I e III, da Emenda n. 5), essa alteração não invalida o Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco, de espírito *municipalista*, e cujo artigo 11 soa: "O Instituto

de Política Agrária do Estado de Pernambuco organizará e convocará uma Convenção Estadual de Política Agrária, a fim de que os Municípios acordem, entre si e com o Estado, quanto à regulação dos órgãos municipais executores da Lei Agrária e quanto ao seu entrosamento com o Instituto para fins desta Lei".

As alterações trazidas pela Emenda Constitucional n. 5 ao Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco são, na verdade, ligeiras. Apenas se modificarão, do Projeto, os parágrafos 1.º e 2.º do art. 6.º, o artigo 10.º e o parágrafo único do art. 11.

O artigo 6.º do Projeto passará a ter a seguinte redação em seu parágrafo único, eliminado o parágrafo 2.º:

Art. 6.º...

Parágrafo único. O Fundo Agrário Estadual se formará, por compromisso dos Municípios, de 30% do imposto territorial rural, e do adicional estabelecido por esta Lei sobre o imposto de transmissão *causa mortis* da propriedade rural.

O artigo 10.º do Projeto se redigirá do seguinte modo:

Art. 10.º Estabelecer-se-á um adicional de 10% sobre o imposto de transmissão da propriedade rural *causa mortis*.

Já o parágrafo único do artigo 11 sofrerá a modificação que se segue:

Art. 11...

Parágrafo único. Os Municípios comprometem-se a estabelecer um Fundo Agrário Municipal, atribuindo-lhe 35% da quota do imposto de renda que a União lhes concede de conformidade com o artigo 15, parágrafos 5, 6, e 7 da Emenda n.º 5 da Constituição Federal.

Note-se finalmente que a Lei de Revisão Agrária do Estado de S. Paulo (Lei n.º 5.994, de 30 de dezembro de 1960) não teve a sua realização comprometida pela Emenda Constitucional n.º 5, apesar da dificuldade óbvia trazida por essa Emenda: "Transferida aos municípios, pela Emenda Constitucional n.º 5, e competência para lançar e arrecadar o imposto territorial rural, vêm as comunas do Interior, em número crescente, adotando a filosofia básica, da Revisão Agrária, de dar função social àquele imposto e, mais ainda, buscando a orientação do Governo do Estado quanto a sua efetivação" (Mensaje apresentada pelo Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1962, Edição do Estado de São Paulo, pág. 145).

² De verdade, "acompanhando... os princípios da constituição de Weimar, a nossa car-

ta admite, em seu art. 6.º, a "legislação estadual supletiva ou complementar", sobre matérias do art. 5.º, n.º XV, letras b, c, d, f, h, j, l, o, r... Uma al capacidade jurídica de atuação destina-se a suprir as lacunas existentes na legislação federal, ou a completá-la, quando necessário, mediante o poder legiferante das unidades federadas. No caso da legislação supletiva seja permitido mencionar o ponto de vista, de todo procedente, de que cabe apenas à União estabelecer as normas gerais, como o acentua BUEHLER, comentando o inciso correspondente de Weimar: "o Reich, de si mesmo, só pode ditar os princípios e as linhas diretoras, mas nunca descer a pormenores". O governo nacional edita as leis essenciais sobre o assunto, a cujo modelo uniforme deve submeter-se a legislação supletiva do Estado-membro. Enquanto não existe a respeito lei federal, a legislação estadual é aplicada, mesmo em se tratando de norma fundamental, pretendendo GIESE e ANSCHUETZ possuir a unidade federada uma competência para legislar, desde que não legisle a União. Por consequência, as normas gerais derivadas do Estado-membro terão validade até que o governo federal supra as deficiências e lacunas da lei nacional, formulando as suas próprias regras, quando deixará de ter validade a norma estadual em colisão com a federal". (Pinto Ferreira, Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno, tomo II, Konfino, Rio, 1955, págs. 764-765).

³ Veja-se Thomas Boyd Jabine, O Uso de Amostragem Probabilística nas Ciências Sociais, Conferência no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, dezembro de 1957, Boletim do I.J.N.P.S., n.º 6, Recife, 1957, sobretudo págs. 44-46.

⁴ Segundo o recenseamento geral de 1950, para o Estado de Pernambuco, sabido que os imóveis de propriedade de entidade pública são apenas 2.828, corresponde a cerca de 172.268 proprietários — pois é este o número total dos responsáveis pelos imóveis, sejam proprietários, arrendatários, ocupantes ou administradores —, 864.836 pessoas presentes, de 10 anos e mais, homens e mulheres, na agricultura, pecuária e silvicultura (738.038), indústrias de transformação (120.637) e indústrias extrativas (11.161) — fora as presentes em outras atividades, como prestação de serviços (100.483) e transportes, comunicações e armazenagem (32.608). (I.B.G.E., Estado de Pernambuco, Censo Demográfico, Série Regional, vol. XVII, Rio, 1955, tomo 2, pág. 1, e tomo 1, págs. 80-81).

RÉSUMÉ

Dans un commentaire initial, l'auteur remarque que l'amendement n. 5, de la Constitution Fédérale brésilienne n'altère que légèrement le Projet de Loi Agricole pour l'Etat de Pernambuco, lequel était déjà de base municipal. Trois articles à peine doivent se modifier dans le Projet.

Au début de son étude, il cherche à démontrer la possibilité juridique qu'une loi d'un Etat membre a de précéder la loi fédérale de Réforme Agricole.

L'essai s'occupe ensuite des principes juridi-

ques fondamentaux de la Réforme Agricole pour l'actualité brésilienne et pour l'actualité de l'Etat brésilien de Pernambuco. La Constitution de l'Etat de Pernambuco est aussi étudiée du point de vue de la Réforme Agricole.

On expose alors le critère de la recherche développée, qui fut celui d'un échantillon probabilitaire avec une préalable stratification des municipalités et échantillon non-probabilitaire des propriétés agricoles. Il s'ensuit une exposition des raisons de l'application d'un questionnaire préparé exprès (son principal but fut celui

de connaître la réceptivité que le projet de loi a eue), le texte du questionnaire, ses résultats essentiels, et une vue d'ensemble sur les conclusions de cette enquête rurale.

On présente, enfin, le texte du Projet de Loi

Agraire pour l'Etat de Pernambuco, élaboré en 1960 comme résultat d'une étude faite pour l'Institut Joaquim Nabuco de Recherches Sociales, Recife (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais).

ABSTRACT

In a prefatory note the author observes that the Amendment 5 to Brazilian Federal Constitution modifies only slightly the Land Reform Bill for the State of Pernambuco which has been municipalistic for a long time. Only three items in the Bill will be altered.

Beginning his article, the author tries to demonstrate that it is possible for a State Land Reform Act in Brazilian Federation, to precede the Federal Land Reform. Afterwards, he deals with the basic legal principles of Reform as envisaged according to the conditions prevailing in Pernambuco and in the whole of Brazil as well. He also studies the State

Constitution of Pernambuco regarding Land Reform.

Then he explains the field work criterion, which was one of a probabilistic sampling of land holdings. He exposes next the reasons for the application of a specifically organized questionnaire (its main reason was to appraise the acceptance to the Bill), and discloses its text, its essential results, and an appraisal of these.

At last he presents the text of the Land Reform Bill for the State of Pernambuco, drawn in 1960 as a result of a survey made for the Joaquim Nabuco Institute for Social Research.

PAULO FREIRE

O Professor Universitário Como Educador

No MOMENTO EM QUE O HOMEM, discernindo o tempo, conseguiu "atravessá-lo", jogando para um passado até então incorporado a seu presente quase eterno, grande parte das forças mágicas, atuantes, que o comandavam, deu um passo decisivo na história da cultura. Iniciou-se aí, em termos de ensaios tímidos, a sua individualização. E enraizou-se nesta, a sua atividade docente.

Esta atividade docente, de que jamais se afastou é um dado de sua própria existência. Ela está essencialmente ligada à sua qualidade espiritual, que o faz um ser capaz de discernir e transcender. Que o faz capaz de relações com o seu mundo, de que decorre o acrescentamento que lhe traz.

É este acrescentamento, manifestação de seu espírito criador, de sua possibilidade de inventar e reinventar, que o leva a projetar-se num domínio exclusivamente seu — o da História e o da Cultura.

Aí é que êle se distingue precisamente do outro animal, que na verdade nada acrescenta a seu mundo. É que o outro animal "está apenas no mundo" e não "com o mundo".

Dáí que os seus contactos com o mundo não sejam propriamente *relações*, que implicam em incorporações conscientes, em respostas plurais. Em integração e não apenas em acomodação ou simples ajustamento.

Não importa aqui discutirmos as variações que no tempo e no espaço, a partir daqueles ensaios primitivos da atividade docente, tenha ela apresentado. O que nos importa nestas considerações preliminares é sub-

linhar a atitude puramente humana desta atividade. É o seu empenho em preservar e transmitir a experiência criadora do homem — seu acrescentamento ao mundo. Na medida, porém, em que esta experiência criadora do homem é transmitida sistematicamente, deve êste esforço de transmissão, precisamente porque humano e portanto espiritual, ser também formador e não simples e puramente informador ou catalogador.

Tôda vez que a atividade docente se tem perdido em formalismo tem comprometido a essência mesma da comunicação humana. Na verdade, a atividade docente há de ser, sob pena de trair a "abertura" ontológica do homem, eminentemente comunicativa. Se perde o sentido de comunicação e se reduz a comunicados (1), perde igualmente a atividade docente a significação formadora que a natureza humana lhe reclama. Contradiz a força espiritualmente criadora do homem, que o distingue totalmente do outro animal. A atividade docente que não comunica e que não seja em si mesma uma forma também criadora e recriadora tende a estagnar-se pela sua inautenticidade.

Pode parecer, a partir destas considerações, uma contradição o título do artigo que ensaiamos escrever. Na verdade, ao se falar de atividade docente, seja ela do professor universitário — o que é o nosso caso — do médio ou do primário, estará implícita a sua ação educadora. Isto é o que se surpreende da análise da essência desta atividade. Determinadas condições históricas, econômicas, culturais de modo geral, em tempos e espa-

ços diversos, têm comprometido a essência formadora desta atividade e a têm por isso mesmo, reduzido a procedimentos agressivamente formais.

Esta e outras manifestações do agir humano não podem por isso mesmo ser vistas sem uma análise das condições consubstanciadas no clima cultural próprio em que se realizam. Daí a necessidade — a urgência mesma — da análise de algumas destas condições culturais no hoje brasileiro, ao discutirmos o papel do professor universitário como educador.

Hoje, mais do que ontem, a sociedade brasileira reclama de seu professor universitário sua identificação com o educador.

O professor se faz educador autêntico na medida em que é fiel a seu tempo e a seu espaço. Sem esta fidelidade, mesmo bem intencionado, se compromete sua atividade formadora. É que não pode haver formação do educando se o conteúdo da formação não se identifica com o clima geral do contexto a que se aplica. Seria antes uma deformação.

Isto nos leva à discussão dos contrastes entre valores de certa cultura e valores essencialmente humanos — universais. Como tôda antinomia educativa, esta não é conciliável. Não se verificou esta conciliação com o transplante feito pelos jesuitas de uma educação que, na Europa, respondia aos desafios de uma sociedade post-renascentista, para uma sociedade como a nossa de então, escravocrata, latifundiária, sem classe média, sem vida, sem vida urbana, sem diálogo.

Somos uma sociedade que, transitando acerbamente de forma "fechada" para forma "aberta" apresenta um jôgo de contradições. Estas contradições se aprofundam na medida em que a sociedade brasileira, captando novos temas, equacionando problemas, tentando a sua solução, vai buscando a superação dos temas passados. Vivemos exatamente a passagem de uma época para outra. Assistimos, às vêzes atônitos e ingênuos, ao choque de que participamos também, entre o "velho" que pretende preservar-se e o "nôvo" em luta por se afirmar. Daí a existência, no hoje da passagem, de algo que, estando *nela* não é propriamente *dela* e por isso não se adequa a seus temas, ao lado de algo que não está apenas

na passagem, mas é *dela* e por isso adequado a seus temas.

Esta adequação ou inadequação aos temas implica necessariamente numa integração ou numa não-integração com os anseios naturais e próprios da época. Numa posição orgânica ou inorgânica. Numa fidelidade ou infidelidade à época.

Uma das notas fundamentais da sociedade brasileira que transita é exatamente a democratização fundamental em que nos inserimos.

Com ela, a emersão do povo na vida política nacional. A tomada de consciência de nossos mais agudos problemas. Nela e ao lado dela, nossa desalienação cultural — a nossa ânsia de nos vermos a nós próprios, de nos conhecermos, de assumirmos o papel de "sujeito de nossos pensamentos", a renúncia à posição de objeto.

É exatamente esta democratização fundamental que abrindo-se em leque, leva a sociedade que dela se nutre, à democratização política, à social, à econômica e à cultural.

Não há porém democratização fundamental que, instalando-se em sociedade fechada, ponto de partida de trânsito ou da passagem de uma época para outra, que não ponha em relêvo posições inatuais pela sua inadequacidade com os novos anseios. Por outro lado, é a própria democratização, que se inicia em aprendizado, que exige a ênfase de uma educação para a criticidade. De uma educação para a responsabilidade social e política. O processo de democratização repele como inorgânica tôda educação assintencionalizadora. Tôda educação que não seja essencial e humildemente dialogal, pois, somente esta, enraizando-se numa matriz racional e gerando razão responde à essência da democratização. Não que o diálogo democrático, nascente da razão e gerador de razão, somente com o qual exercitamos a nossa capacidade decisória, deva converter-se numa forma anti-espiritual de negação da fé. "Minha insistência em que nós é que fazemos as decisões e carregamos a responsabilidade, diz Popper que não deve ser tomada como implicando em que não possamos ou não devamos ser auxiliados pela fé ou inspirados pela tradição ou pelos grandes exemplo" (2).

"O que chamo de verdadeiro, continua,

é o racionalismo de Sócrates. É a consciência das próprias limitações, a modéstia intelectual dos que sabem quantas vezes erram e quanto dependem dos outros, até para esse conhecimento" (3).

O professor de quem a sociedade brasileira precisa no hoje de seu trânsito há de ser aquele que jamais traia a sua missão de educador da juventude. Há de ser aquele que jamais se deleite com sua "sabedoria", às vezes inautenticamente livresca, apresentada em aulas que funcionam quase como se fôssem cantigas de ninar. O seu papel há de ser outro. E não há tempo a perder numa opção a ser feita: ou se insere criticamente no trânsito de sua sociedade e se faz um mestre *do* momento, ou permanece ingênuo, como professor *no* momento. Ou adere ao diálogo criador e comunica ou se minimiza como simples veículo de ingênuos e inoperantes comunicados. Ou se julga humildemente um companheiro de seu estudante, a quem ajuda a ajudar-se na busca de conhecimento, com quem também busca esse conhecimento ou corre o risco de seu esvaziamento. Um professor no momento, raramente sai do óbvio e se arrisca numa aventura intelectual. Teme o novo. Escleroso-se em temas e estilos superados. Assusta-se com a rebeldia do jovem, em que vê sistematicamente a desordem. Sua insistência em viver apenas no momento sem se integrar nele e se fazer dele, não o permite perceber os fundamentos desta rebeldia. Rebeldia que antes devia aparecer-lhe como um desafio a exigir-lhe resposta adequada. Resposta formadora, resultante da análise da própria rebeldia, a ser feita por ele e seus alunos. No momento mesmo em que se iniciasse esta análise se começaria a conscientização do problema e se marcharia para a sua exata compreensão. Mais uma vez, caímos na única atitude, para nós legítima do professor que seja um mestre *do* momento nacional: a do diálogo, a da criticidade. Seria talvez óbvio falar-se do perigo que corremos numa sociedade desalienanda, por isso mesmo em busca de criações autênticas, de nos assustarmos com elaboração criadora que, rompendo a rotina, alimente uma sã "aventura do espírito".

Um professor universitário que não corra esse risco ou que se assuste com quem o corra

"está fadado a morrer de frio", pois, somente no exercício de sua atividade espiritualmente criadora e recriadora pode o homem aquecer-se e sobreviver intelectualmente. As universidades brasileiras cumprirão sua fundamental missão na medida em que seus professores nos integremos às novas condições do país e nos tornemos na verdade o que devemos ser: educadores e não transmissores de comunicados.

Se cabe à universidade a formação de elites, estas têm de estar em consonância com o seu momento. Têm de ser formadas com a suficiente capacidade de crítica de que resulte a possibilidade de reconhecimento do que há de autêntico e inautêntico, de valor e desvalor no jogo das contradições profundas que caracterizam a nossa atualidade. Não será então com a mera transferência de fórmulas passadas, com a insistência em doações intelectuais, que prepararemos uma juventude que é "do trânsito". Mas, com a formação de atitudes adequadas ao "otimismo crítico" de uma sociedade desalienanda, de que decorre uma nota de esperança fundada no conhecimento crítico das situações dramaticamente problemáticas.

A formação e o exercício desta atitude estão a exigir que se encontre no professor universitário o educador lúcido, responsável e humilde, de quem precisamos hoje mais do que nunca. Estão a exigir da Universidade uma crescente e corajosa abertura a seu mundo para que se faça uma instituição autêntica de seu tempo. Para que, preocupando-se real e verdadeiramente com o universal, não se sinta em contradição ao se preocupar com o local regional. Não somos pessimistas quanto à generalização do professor-educador na universidade brasileira. Quanto à preponderância de professores "do trânsito". A Universidade de Brasília é um testemunho.

A Revista *Estudos Universitários*, para que escrevemos este artigo, pela sua abertura ao diálogo, pela sua linha de integração ao novo clima cultural do país, pelas suas formulações, constitui, ao lado de outros exemplos, uma busca de autêntico em que se empenha a Universidade do Recife.

1) "Sem diálogo, forma autêntica de "comunicação", não há criticidade, fundamento da "integração". É na comunicação que se exercita a própria criticidade. (Jaspers). A comunicação que não venha da razão e não provoque

razão é mero "comunicado", impôsto ou doado. É domesticação. Por isso é que a comunicação só é verdadeira quando há interação dos polos que se "simpatizam" através do objeto da comunicação. Aí existe racionalidade e o homem não se domestica. Na compulsão, ditado — ou na simples doação, inexistente a interação. Um dos polos se apropria do objeto da comunicação e, negando possibilidade ao outro para seu "tratamento" deixa-o passivo e "acomodado". Domesticado. No "ditado" ou na doação de que resulta o comunicado — se estimula a irracio-

nalidade. A acomodação. No diálogo, a racionalidade, com que o homem se humaniza".

Freire, Paulo — Escola Primária para o Brasil — in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos vol. XXXI — n.º 82 — 1961 — pág. 17.

2) Popper, Karl, A sociedade democrática e seus inimigos, Itatiaia — B. Horizonte, pág. 82.
3) idem, pág. 450.

RÉSUMÉ

L'activité d'enseigner, donnée essentielle de l'existence humaine, a commencé au moment même où l'homme est devenu un individu, c'est à dire, à partir du moment où une dimension spirituelle apparaît en lui et il devient capable de discerner et de surmonter son monde.

D'où une première conclusion: étant cette activité intrinsèquement liée à la dimension spirituelle de l'homme, elle n'est pas réalisée quand on lui donne un caractère de simple information et non une fonction formative. D'où, comme un corollaire, l'activité d'enseigner perd son sens quand elle devient formaliste.

S'il est évident, abstraitement parlant, que tout professeur doit être un éducateur, des circonstances historiques, économiques et culturelles ont mis en échec cette équation, à des époques et en des lieux différents, le professeur devenant plutôt un formaliste.

Une deuxième conclusion à propos du rôle du professeur universitaire brésilien comme éducateur: il faut considérer les conditions de notre époque qui détermineront le caractère de ce rôle, s'il sera authentique ou s'il sera formaliste.

Un regard historique sur la société brésilienne nous mène à cette conclusion: elle a connu en profondeur la dissociation dont nous parlons. Cependant, au moment où la société brésilienne, auparavant "fermée", est en transition vers une forme "ouverte" de société, il est urgent d'identifier le professeur universitaire et l'éducateur, sous peine de mettre en échec cette transition. Cette intégration ne réussira pas si le professeur universitaire ne comprend pas les causes

qui entraînent la rupture des structures traditionnelles, et s'il n'est pas critique ouvert aux changements en cours. L'identification dont nous parlons ne sera pas accomplie que si le professeur aime dialoguer avec ses élèves et fait de son métier une pratique du dialogue, ce qui conduira à la démocratisation fondamentale du pays.

Au moment actuel les professeurs sont divisés en deux groupes: ceux qui rejettent et ceux qui acceptent cette position. Les premiers sont dans l'époque de transition, dont nous avons parlé, parce qu'ils ne peuvent pas être dehors. Les autres sont liés idéologiquement à cette époque de transition, ils sont les professeurs de la transition nationale, qui veulent bâtir une société ouverte. Nous voyons une division nette de ces deux groupes dans leur position vis à vis de la rébellion de la jeunesse brésilienne. Les premiers n'y voient que du désordre systématique, sans essayer d'étudier les sources de cette rébellion, afin de pouvoir lui donner une direction critique. Le second groupe accepte cette fonction d'orientation.

Une dernière conclusion: l'Université brésilienne ne remplira pas sa mission qu'en formant des professeurs-éducateurs. Autrement, les cadres dont la formation lui appartient, n'étant pas capables d'engendrer une conscience adaptée au moment actuel du pays, perdront une direction indûment détenue. Ainsi l'Université brésilienne ne pourra subsister qu'en formant des professeurs "de la transition", au sens expliqué ci-dessus.

ABSTRACT

Teaching activity, an essential trait of human existence, started right at the moment when man became an individual. That is, from the time when a spiritual dimension took over his conscience, making thus possible an understanding of his world which he learned to transcend.

Thence a first conclusion: as an activity intrinsically tied up to this spiritual dimension of human beings, it will not take place if exerted as merely providing for information and not directed at the shaping up of a wholesome cultural character. As a corollary, it seems to follow from this that teaching activity will of necessity lose any sense whenever it is rendered formalistic.

It stems from this particular aspect the clearly obvious nature of the title given to this article. It happens however, that although

the teacher should be an educator prior to anything else, historical, economic and cultural conditions have somehow undermined this equation turning him into a formalist rather than one whose main job is to convey information. Hence a second conclusion: it should be born in mind, while discussing the rôle of the Brazilian university professor, the specific conditions of his time and environment, which are the determining factors of his behaviour, be it authentic or a purely formalistic one.

Close examination of Brazilian society, from a historical standpoint, leads us to infer that the dissociation between the university teacher and the educator has consistently been deeply rooted in our educational system. Now that our society changes rather rapidly from its former "closed" state to an "open" one, the identification of both of them is an ever

pressing need. Without it this changing process itself will be impaired. However, it will not take place if the university teacher does not have an open mind towards a greater understanding of the causes of breakdown of our traditional structures and also if he does not favour putting into action new ideas and new ways of doing things. This identification will be inevitably rendered unattainable unless teachers turn their office into some sort of dialogue in which both his personal conduct and the way he leads his students will definitely contribute to the democratization of the country.

Depending on whether he accepts or not this basic need for greater integration in a changing social structure, the university teacher in Brazil may have to choose to be among: a) those who *are in* this social transit merely because they cannot stop a historical process, and b) those who *make* this social transit, so to say, with their own hands precisely because they cannot help but doing this. So, Brazilian university teachers happen to be divided in these two groups, as far as the students revolutionary positions are

concerned. As a result, those in the former group regard these positions as something systematically anarchical, rather than viewing them as a challenge to the analysis of a social problem of a very concrete nature. They fail to lead the students to the right solutions to this problem, leaving thus this task to the teachers who place themselves in the latter group.

The final conclusion is then reached: Brazilian university can only accomplish its highest ideals if the teacher and the educator become one and the same person serving the purpose of interpreting Brazilian reality. Being its primary job the forming of the *élites*, once these fall short of bringing about a through understanding of present day national life due to their lack of a working critical attitude, they will increasingly tend to be displaced from their position of leadership which they unduly occupy.

Therefore, Brazilian university will only be able to survive to the extent in which it will be able to form teachers who are in the so-called "transit".

VAMIREH CHACON

Rumos da Renovação Brasileira

POR QUE NUNCA SE FALOU tanto em reformas de base", no Brasil, e elas não vêm?

Esta pergunta com freqüência morde o subconsciente de muita gente, ou mesmo explode em ostensivas impaciências.

Por que???

Não vamos descobrir a pólvora num limitado e modesto ensaio... Apenas levantemos um pouco o véu; entreolhemos o aparentemente oculto.

Já se conhece a profunda distância que separa as élites — econômicas, políticas, religiosas e intelectuais — das massas. Num país em que um magro 1/3 sobrevive à passagem entre o segundo e o terceiro anos primários, onde a maioria tem de abandonar a escola para trabalhar, ou ajudar no precário trabalho dos pais, o restante continua sofrendo o processo de triagem econômica em que só um pequeno grupo emerge nas Universidades. As necessidades da demanda de força de trabalho, tènicamente especializada, não são satisfeitas. Só nos últimos tempos, a industrialização vem forçando a ampliação das escolas de medicina e engenharia e a criação de outras novas, como as de geologia. Entretanto, o sôpro renovador não atingiu em cheio tódas as escolas técnicas, de nível superior, nem muito menos as de nível secundário. No setor agrícola, então, a quase ausência de especialização científica reflete as contradições internas do desenvolvimento brasileiro.

Enquanto isto, continua crescendo a população, numa escala nem de longe suprida pela expansão da agricultura em câmara

lenta. O ex-primeiro ministro Tancredo Neves, em aula inaugural dos cursos da Universidade de Minas Gerais, em 1.º de março do ano corrente, mostrou-se alarmado diante da enorme responsabilidade da presente década.

E não é para menos.

Estamos elevando nossa taxa média anual de crescimento demográfico a ponto de já atingirmos mais de 3%. Apesar de tudo, se registram "progressos na higiene e saúde públicas" do Brasil. E quanto mais se registram, maior será a taxa demográfica. Outro tanto digamos sôbre a alfabetização: crescerá, evidentemente, a pressão da crescente consciência política das massas e suas exigências de vida mais próspera.

Em 1980, contaremos o dôbro da população atual: 140 milhões de habitantes:

O raciocínio primário ligará o fato apenas ao satisfatório tamanho geográfico do país. O mais arguto, porém, ligará o fenômeno a outro mais digno de apreensões: a renda nacional bruta do Brasil cresce, na realidade, sob o pêso, cada vez maior, da expansão demográfica e, assim, a aparência otimista que emana da sua superioridade sôbre a Austrália e os Estados Unidos (5,5% contra 4,1% e 4,3%), se esvai diante da sua fraqueza em relação à França (8,2%), Japão (8,7%), Alemanha Ocidental (8,3%), etc.

Estes os fatos por trás das tiradas sentimentais, sob pretexto de "Cristianismo", ou outro.

Não se venha argumentar a impossibilidade, ou inconveniência, de abordar tais te-

mas em público, devendo-se dar preferência aos efeitos, mais sonoros e demagógicos, como a fome, que às causas, sob pena de cair em academicismo político.

A referida atitude conduz ao extremo oposto.

Desde que não são apontadas as causas e condicionamentos internos e externos que impedem a sua superação, passa a reinar um nôvo tipo de demagogia, mais simpática porque recente e pouco desmascarada: a demagogia reformista.

Porque cada grupo pensa numa "reforma" ser a favor da reforma agrária. O clero, os militares, os comunistas, as profissões chamadas liberais, os burocratas, os estudantes, os camponeses e até alguns latifundiários candidatos a postos eletivos. Entretanto, ela não vem. E se vier, tudo indica que será uma solução de compromisso, de pouca rentabilidade econômica e grande política. Pelo menos durante algum tempo para os seus patrocinadores.

Por que isto ocorre?

Porque cada grupo pensa numa "reforma" diferente dos demais e não se dá ao trabalho de discutir o assunto com as massas. Desperta-lhe o desejo, latente aliás, da "reforma" e tenta capitalizá-la politicamente.

O esquema é simples. E vai continuar funcionando, revezando os líderes em desgaste, porém servindo os seus objetivos até o ponto de rutura, que culminará no desvario, onde os jacobinos predominarão pela dialética própria das revoluções violentas.

Qual o comportamento de "direita" e "esquerda" na mencionada situação?

"Direita" costuma ser vagamente identificada com "reação", isto é, conservação do "status quo". "Esquerda" com "mudança", quase "social change", como diriam os sociólogos anglo-saxônicos.

Contudo, os termos são obviamente ambíguos.

Setores da "direita", ou "centro", conforme mais duvidosamente intitula a si própria, como a "Ação democrática", estão também de acordo com reformas, como a agrária.

E a "esquerda" rejeita, com frequência, propostas de "reformas", sob o argumento de que não são "autênticas", ou "suficientemente radicais".

Aqui parece residir a verdadeira separação

entre "esquerda" e "direita": todos sabem da necessidade de mudança no Brasil atual. O seu teor interessa menos que a sua pressa. Que elas, as reformas, venham, mesmo abalando os sacrossantos e infinitos direitos individuais, ou não venham, pois antes ruim que pior, tal aparenta ser a medíocre antitese ideológica que separa "esquerda" de "direita", no presente estágio do desenvolvimento brasileiro.

Quem está certo, afinal?

Sucede que o problema não é tão fácil como um esquema preto e branco. Inclui-se porque quem vai decidir o assunto não são os "esquerdistas" ou "direitistas" que pensam liderar o processo social, e sim as massas que representam seu suporte.

À medida que as reformas forem sendo, bem ou mal, feitas, vai haver muito jôgo de posições: cada vez maior número de indivíduos figurará na "direita", à medida que se radicalize a luta. Contudo, chegará um ponto em que os radicais se deterão para melhor controlar o poder e procurarão eliminar os mais radicais inoportunos. Tal foi o caso do guilhotinamento de Babeuf, na Revolução francesa, e a liquidação dos anarquistas, na Revolução russa.

Isto na hipótese do desenvolvimento brasileiro efetuar-se num quadro violento. A outra possibilidade seria o domínio, em círculos concêntricos em expansão, das manchas desenvolvidas sob o regime da chamada iniciativa privada.

Todavia, qualquer caminho enfrentará o desafio da necessidade de organização e eficiência, para superar a demanda de bens e serviços da população. Ela continuará a fazer sentir sua crescente presença nas decisões políticas e econômicas nacionais. Cada vez menos se poderá fazer, ou deixar de fazer, algo, sem a direta participação das massas. O populismo, como força imprecisa e emocional, vai se tornando a maior realidade diante dos partidos brasileiros. Populismo que precisa cristalizar-se em fisionomias definidas, para poder ultrapassar a si mesmo. O Neoliberalismo keynesiano e o Marxismo podem servir de oportunos catalizadores desta transformação. Sem dúvida, para realmente alcançarem as massas, eles precisam ser explicados em termos acessíveis e pedagógicos. O Neoliberalismo expressando-se

na coexistência da propriedade privada dos meios de produção com o chamado "Bismarckismo", definido por Hélio Jaguaribe (*Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Editora Fundo de Cultura, (Rio de Janeiro — 1962) como um dirigismo nacional, "além de uma arbitragem entre as classes". Aliás, o desenvolvimento brasileiro econômico vem se efetuando sobretudo nesta perspectiva bismarckista, que atingiu o auge sob o governo Kubitschek, quando as empresas privadas foram, mais do que nunca, financiadas pelo Estado, diretamente através do Banco do Brasil, BNDE, etc., ou indiretamente mediante isenções fiscais, facilidades cambiais, etc.

As próprias organizações estaduais, ou mistas, como o Banco do Brasil, Petrobrás, CHESF, SUDENE, Cia. Nordeste de Industrialização, Companhia do Vale do Rio Doce, Volta Redonda, etc., convergem para a iniciativa privada, ajudando-a, ao fornecerem crédito, orientação, energia e matéria-prima, numa proporção que nenhuma empresa particular poderia fazer.

Entretanto, as contradições internas e os agudos desequilíbrios do desenvolvimento bismarckista-keynesiano no Brasil, pois na realidade Keynes apenas teorizou uma tendência prática já em marcha por conta da necessidade da iniciativa privada superar as crises que culminaram na época em que a *General Theory* foi escrita (1932-53), aquelas contradições e desequilíbrio ameaçam a estabilidade da experiência entre nós.

Surge, então, o fascínio marxista-leninista, de início com uma tentação lírica e escatológica, porém, em seguida, como uma eficiente técnica de desenvolvimento, cujo alto preço humano as massas se inclinam a pagar, conforme frisou muito bem Celso Furtado, na conferência *Reflexões sobre a Pré-Revolução Brasileira*

Entre os dois caminhos práticos, tocando músicas de ritmos cada vez mais definidos, ouve-se uma melodia imprecisa: a Revolução cristã, que não pretende ser apenas aquela Revolução eterna a que se refere Chesterton, e sim também uma Revolução político-econômica. Surge, então, a necessidade da pergunta: de que consta, em termos de organização da empresa, a tal "Revolução"? Se ela aceita os termos bismarckistas-keynesia-

nos e os marxistas, ao mesmo tempo, ou um em prejuízo do outro, prova que deseja apenas extrapolar das atribuições especificamente cristãs (religiosas e éticas), para pretender, de modo indébito e oportunista, apossar-se das conquistas alheias e com elas se fantasiar como um nôvo Falstaff. Sim, porque a área própria do Cristianismo, espiritual e ética, se baseia sobre o temporal, ao qual informa sobrenaturalizando, porém nunca pelo avêso: temporalizando o eterno, o que confundiria o Cristianismo com uma técnica de organização econômica, como o Bismarckismo-Keynesianismo ou o Marxismo-Leninismo.

Dois oportunos exemplos, de comportamentos cooperantes e caracterizados, dos credos religiosos com o Estado são o dos Estados Unidos, na faixa neoliberal, e a Polônia, na área socialista. Em ambos os casos, Igreja e Estado em setores definidos.

Para provar a ambigüidade atual do termo "Revolução", basta lembrar as recentes declarações do vice-presidente dos Estados Unidos, em San Juan de Porto Rico, em 27 de julho do corrente ano. Declarações transmitidas à imprensa mundial, inclusive recifense, pela 'Associated Press': "... os Estados Unidos olham, com absoluta confiança, o futuro de Porto Rico, pois demonstrou que *uma revolução completamente bem sucedida* pode efetuar-se *por meios completamente pacíficos*". "O exemplo de Porto Rico faz com que os Estados Unidos tenham confiança de que a América Latina pode conseguir *o progresso através de uma revolução pacífica*". (Os grifos são nossos).

Qual é a "Revolução" de Porto Rico, recomendada, segundo o orador, para toda a América Latina?

Evidentemente Neo Liberal, baseada na propriedade privada dos meios de produção, com a ajuda do Estado keynesiano, pois só alguns obcecados, como Hayek, Mises e Robbins, teimam em atacar o Intervencionismo estatal auxiliar da iniciativa particular. Galbraith mostra, com muita ironia, como até as administrações nominalmente ultraliberais, na realidade terminam conservando as técnicas keynesianas dos seus antecessores: casos comuns, por exemplo nos Estados Unidos. (*Economia e a Arte da Contrové-*

sia, Editôra Fundo de Cultura, Rio de Janeiro - 1959, p. 117).

Idêntica aspiração neocapitalista enuncia, sem rebuços, o tão citado diretor supremo da CEPAL, Raúl Prebisch: "Um eminente latinoamericano me relató no hace mucho que al conversar con una gran personalidad de los Estados Unidos le hacía ver cómo el sentido de capitalismo no siempre coincide en Latinoamérica con la significación que tiene en los países avanzados. Al explicarle las diferencias había señalado que hay ciertas formas represivas de capitalismo en América Latina que son las que motivan aparentes actitudes anti-capitalistas. Esas formas regresivas, había añadido, nada tienen a ver con el tipo de capitalismo no sólo técnico sino socialmente avanzado de los grandes países". "En efecto, nuestro gran problema en el fondo es llegar en Latinoamérica a esas formas de capitalismo eficiente y socialmente avanzado". (Producir y vivir dependen de Latinoamérica, *Combate*, N.º 14, Janeiro-Feveiro - 1961. San José da Costa Rica, p. 28).

Pode, então, alguém, em pretensão tom doutoral, invocar: "Porém Prebisch é um grande sujeito!!!" Ao que responderíamos que não se trata da "grandeza do sujeito", porém o espírito que êle confessadamente transmite ao seu trabalho, o que nos interessa aqui.

Aliás, esta filosofia neoliberal anima o grupo *Combate*, sediado na Costa Rica e editor da revista acima citada, compondo-se do ex-presidente José Figueres, do atual presidente Rómulo Bettancourt e do talvez futuro Haya de la Torre, entre outros.

E o próprio Plano Diretor da SUDENE se aproxima muito mais do Keynesianismo-Bismarckismo, que do Marxismo-Leninismo, o que explica os freqüentes ataques e desconfianças que aquele órgão recebe da extrema direita e extrema esquerda, como se tem visto amiúde na imprensa de ambos.

Idêntico Keynesianismo vem animando os novos programas dos chamados Partidos socialistas "democráticos" da Europa ocidental, começando pelo trabalhista inglês, que recebeu memorável espinafra do comunista britânico John Eaton, em livro traduzido em português sob o título *Marx Contra Keynes* (Editôra Fundo de Cultura, Rio de Janeiro), e atingindo a Social-Democracia

alemã que pendurou no cabide a tradição de Marx, Engels, Lassalle, Karl e Wilhelm Liebknecht, Bebel e outros, preferindo aderir a um Intervencionismo estatal supletivo da iniciativa privada, no espírito da legislação anti-truste estadunidense, conforme se constata no Programa de Bad Godesberg, de 1959, ainda hoje vigorante como plataforma daquele Partido, e encontradiço em tradução castelhana.

Inclusive a França, com três ou quatro Partidos políticos que se pretendem socialistas, produziu Mendès-France, com o seu livro ultra-keynesiano *Ciência Econômica e Ação*, também acessível em português, os inefáveis S.F.I.O., Paul Ramadier, autor de *Les Socialistes Et L'Exercice du Pouvoir* (por enquanto só em francês, na editôra Robert Laffont, em 1961) e Jules Moch, autor de outras tantas obras teóricas "pró-ocidentais" e, sobretudo, de obras práticas como a principal responsabilidade pela adoção do Plano Marshall e pela brutal repressão aos comunistas, só comparáveis a Guy Mollet, e seu "Socialismo" teórico e prático, na agressão a Suez, em 1956, em companhia do conservador Eden...

Idêntico roteiro keynesiano segue a *Matéria et Magistra*, sobre a qual Jean Kanapa, destacado dirigente do PC francês escreveu: "Essa terminologia empregada pelo Vaticano leva a evocar inevitavelmente a teoria de J. Schumpeter, apologista social-democrata do "neocapitalismo", que pôs em circulação essa idéia da "difusão da propriedade". Mas, por acaso pode surpreender alguém essa afinidade ideológica entre a Igreja e a social-democracia contemporânea? Para dizer a verdade, ela se verifica há tempos (na França, com Léon Blum). Hoje, um novo passo foi dado: os principais partidos social-democráticos do Ocidente capitalista proclamaram sua abdicação total do socialismo, como o provam os novos programas que adotaram em vários países. E a Igreja abençoou essa abdicação". (*A encíclica do Papa João XXIII. Problemas da Paz e do Socialismo*, Janeiro - 1962, N.º 70).

Mesmo que não se goste dos comunistas, ou de Kanapa, o que interessa são os seus comentários em si.

O termo "Revolução cristã" tornou-se, enfim, tão ambíguo, que engloba uma série

de disparidades às vezes até contraditórias: a *Mater et Magistra*, os padres-operários em tôdas as suas fases, "Economia e Humanismo", *Esprit* e *Jeunesse de l'Église*, entre outras.

Muito mais realista foi a postura das Democracias-Cristãs, numa constante keynesiana, culminando na atual unificação econômica do Mercado Comum, provável prelúdio da suspirada unidade política, com os seus heróis, como Schuman, De Gasperi, Adenauer, Erhard, Segni, e mesmo não-católicos como Churchill e Spaak, para não falar no maior de todos: Jean Monnet.

Mais uma vez aparece o imaginário interlocutor a alegar acacianamente: "Poderia ter sido diferente..." Diferente como? De que?

Ter realizado a reconstrução e a unidade da Europa sem Plano Marshall, sem repressão aos comunistas, num clima "socialista cristão" de espontânea e comovida adesão das massas não só ao Neoliberalismo, nem ao Marxismo-Leninismo, porém aos padres-operários, "Economia e Humanismo", *Esprit*, etc.? Financiados por quem? Pela "Igreja"? Qual?

E por que afinal isto não funcionou na prática???

Os condicionamentos das desculpas serão as próprias respostas.

Daí ter sido oportuno a pública adesão de Fidel Castro ao Marxismo-Leninismo, em janeiro do corrente ano, na revista *Cuba Socialista*: "Tôda verdadeira revolução tende a marchar inexoravelmente até o marxismo-leninismo, como única e apaixonante verdade revolucionária, frente à escravidão colonial, à vassalagem imperialista e à exploração do homem pelo homem".

Não estamos, porém, querendo excluir os cristãos das grandes transformações sociais, nem pretendo empurrá-los nos braços dos neoliberais e dos marxistas-leninistas. Apenas sublinhamos que existem técnicas econômicas (planejamento, co-gestão, etc) e técnicas políticas (democracia representativa, etc.) que são neutras em si mesmas, podendo ser usadas, umas mais outras menos, pelos governos sob inspiração neoliberal ou marxista-leninista. O Cristianismo, por sua vez, pode lutar para que estas, e outras técnicas, sejam empregadas sem desrespeito à

dignidade humana, procurando dar o cunho espiritual ao econômico e ao político, e não "politicizando" e "economicizando" o espiritual.

Este, nos parece, o sentido da Doutrina Social da Igreja.

O problema é muito importante porque preocupa vastos e sinceros setores da intelectualidade brasileira, desde a geração de Alceu Amoroso Lima, a de Paulo Freire e, mais recentemente, a de Luiz Costa Lima, cujo artigo *Espanha Alegórica*, publicada no *Jornal do Commercio* do Recife, de 16 de julho p. passado, expressa angústia sintomática. Setores que não, se enquadrando nos equívocos outros referidos, portanto, merecem, atenção.

Os cristãos, ao modo de Luiz Costa Lima, lamentam, alegoricamente comparando a situação espanhola com a brasileira, que a "contra-revolução" franquista se chame de católica, "mas (seja) na verdade apenas garantidora de privilégios ainda feudais e ajudada pela força das nações fascistas e a indiferença superior das chamadas democráticas".

Ora, o predomínio absoluto da ortodoxia católica na Espanha, Portugal e Brasil, desde a Contra-Reforma, isolou-nos da modernidade européia, causando aquêle conseqüente desequilíbrio, conforme Newton Sucupira mostrou aqui mesmo em Pernambuco, em aula inaugural de 1960 na Faculdade de Filosofia do Recife: "Isolado da fermentação cultural que se processava na Europa, Portugal não foi diretamente afetado por êstes três ingredientes básicos na constituição do mundo saído do Renascimento: a ciência positiva, a técnica e o capitalismo". Com efeito, isto que anda pela América Latina, condenado pelas cassandras, com complexo de culpa, como sendo "Capitalismo", não passa de um Semi-feudalismo, com algumas manchas de indústria privada em grande escala, objeto do Imperialismo de economias externas mais fortes. Estamos vivendo agora, com mais de um século de atraso, o que a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos já passaram há muito tempo. Atraso porque a ciência positiva e a técnica ficaram em brancas nuvens na península ibérica e América Latina. Nas palavras adequadas de Newton Sucupira: "Do espírito renascentista em Portugal o que se consolidou foi justamente o aspecto

literário e formalista com desdém por tudo o que fôsse pensamento e ação técnicos. A filosofia que vigorava era uma escolástica decadente, mumificada em comentários, sem a vitalidade do seu élan originário. Enquanto Galileu, Descartes e outros criavam a física moderna, em Coimbra continuava-se a repetir, e isto por muito tempo, a física de Aristóteles. Para se fazer uma idéia dèste alheamento da inteligência portuguesa às grandes conquistas da ciência moderna e a visceral oposição das autoridades universitárias a tudo o que fôsse pensamento moderno, que se leia um edital do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, dirigido pelos Jesuítas, de sete de maio de 1746, onde se determinava que nos 'exames ou lições, conclusões públicas ou particulares se não ensine defensão ou opiniões novas pouco recebidas, ou inúteis para o Estudo das ciências maiores como são as de Renato Descartes, Gassendo, Newton e outros, nomeadamente qualquer ciência que defenda os átomos de Epicuro ou outras quaisquer conclusões opostas ao sistema de Aristóteles, o qual nestas escolas se deve seguir como repetidas vèzes se recomenda nos estatutos dèste Colégio'. Esta proibição se de um plano denota que estas idéias começavam a se introduzir em Portugal por outro lado mostra claramente como decididas estavam as autoridades religiosas, que aliás controlavam as atividades intelectuais, a se oporem a qualquer penetração do pensamento moderno. Portugal permanecia assim inteiramente à margem do desenvolvimento cultural do mundo moderno e de suas idéias filosóficas, predominando no país formas decadentes da Idade Média, sem o que havia de criador desta época, porquanto a estas formas não corresponderiam mais as mesmas condições culturais, concretas e vivas que lhes deram origem".

Na Espanha a situação foi muito pior que em Portugal. Menéndez y Pelayo exclama entusiasmado: "España, evangelizadora de la mitad del orbe; España, martillo de herejes, luz de Trento, espada de Roma, cuna de San Ignacio; esa es nuestra grandeza y nuestra unidad: no tenemos otra". Entusiasmo mística e esteticamente belo, porém pouco fecundo, do ponto de vista econômico.

Desde que também a América Latina vivia sob o comando da península ibérica, conti-

nuamos também imobilizados no tempo, supostamente canonizados pelo isolamento do "modernismo", e suas tentações, porém cada vez mais vulneráveis, à medida que o tempo passava, por falta de vacinas.

A própria democracia representativa, apresentada pelo bloco, chamado "ocidental" e "cristão", como ideal de vida política, é criação sobretudo anglo-saxônica. A França e a Itália, nações líderes da Latinidade, só em tempos recentes vêm enfim aceitando os padrões econômicos e políticos anglo-saxônicos, principalmente no quadro do Mercado Comum. Portugal e Espanha têm ainda um longo caminho a percorrer...

O resultado é que "católicos", chegam ao desplante de reprochar aos protestantes a tese de Max Weber e R. H. Tawney, sobre as ligações entre Calvinismo e Capitalismo, com um pretenso purismo de querer isolar-se da burguesia. Esta gente não percebe que o próprio Marx reconhecia o importante papel do Capitalismo e da burguesia como etapa, e destacava suas enormes contribuições positivas. Desejam, então, alguns católicos, dispendiar esta etapa "suja" e dar um salto do atual Semi-feudalismo, que eles confundem com Capitalismo, para o que? Para a "Revolução" cristã? É de que ela consta, em termos de organização da empresa? Voltamos assim ao início dèste artigo...

Há outros espertos que procuram sair pela porta do "Comunitarismo" de Israel, Suécia, etc. Ora, em primeiro lugar o autor das presentes linhas é insuspeitíssimo para falar no assunto, porque desde 1956, quando voltou da Europa onde estudou em Universidades alemãs e visitou a França e a Suécia, que escreve ensaios a respeito, publicados nas revistas *A Ordem* e ampliados em forma de livro, sob o título *Cooperativismo e Comunismo*, lançado pela Universidade de Minas Gerais em 1959. Nos referidos trabalhos proclamamos nossa adesão ao Comunitarismo, entendido como contróle direto e democrático dos meios de produção por parte dos trabalhadores dos setores primários, secundários e terciários. As críticas de Milovan Djilas e Oskar Lange à "Estatolatria", confirmada na prática pelas experiências de organização da empresa em termos comunitários na Polônia e Iugoslávia, representam outros passos adiantados no Comunitarismo. Entretanto, em

nosso livro e ensaios, destacamos sempre a peculiaridade das referidas tentativas, na França, México, Israel, Suécia, Polônia, Iugoslávia, etc, nas circunstâncias históricas de cada país, em comparação com as tipicidades brasileiras.

Isto é, procuramos sempre enquadrar com realismo e clareza as ideologias e as experiências.

Ordem mental que não se confunde com os espasmos reacionários dos que pretendem conservar o "status quo" ou, mais comodamente, "ignorar" o debate e desviar o assunto.

"Cristãos" que se distinguem dos cristãos, estes unidos na pureza das intenções, por mais que discordem.

Todos estamos, porém, a responder por erros de gerações passadas, acumulados aos nossos.

Entretanto não pretendemos que estas discussões tenham demasiada importância. Muito mais decisiva, e a História o provará, é a tomada de consciência das massas, com a aproximação do momento em que elas tomarão as contas dos líderes, intelectuais e políticos e econômicos, dando um balanço no ativo e passivo das suas idéias e ações.

Haverá, então, muita surpresa.

Não terá sido suficiente a indispensável autenticidade, que falta em muitos. Também a eficiência técnica e científica, de cuja linha a América Latina está longe há bastante tempo.

RÉSUMÉ

Le manque de formation de techniciens spécialisés met en échec la réalisation des réformes fondamentales (des infra-structures) au Brésil. On en parle, elles nourrissent particulièrement le démagogue réformiste et ne sont jamais réalisées.

D'un autre côté ces problèmes fondamentaux s'aggravent de par la croissance démographique du pays, qui n'est pas suivie du développement des ses moyens de production. D'où la possibilité d'une solution violente, avec la victoire finale des radicaux-extrémistes et l'élimination des inopportuns, suivant ce qui arriva aux anarchistes à l'occasion de la révolution russe.

Contre cette hypothèse nous ne voyons qu'une solution valable: poser le problème d'une manière scientifique, capable d'atteindre les masses du peuple, en leur donnant une idéologie.

Au moment actuel, au Brésil, on peut envisager deux façons différentes de poser le problème dans cette ligne. L'une, néo-libérale, un mélange, une coexistence de la propriété privée des moyens de production et d'un dirigisme national. L'autre marxiste-léniniste. La première position est le développement national même, depuis le gouvernement Kubitschek. Cepen-

dant des contradictions internes et de profondes distorsions sont en train de mettre en échec l'expérience parmi nous.

Entre ces deux positions pratiques quelques chrétiens parlent d'une révolution chrétienne, sans qu'ils présentent pourtant cette révolution en des termes d'organisation des entreprises, ce que la rend insuffisante.

Il fallait alors réaliser l'authenticité de leur leaders en des programmes efficaces.

Il arrive cependant que la pensée sociale chrétienne est affectée par l'étranglement qu'a souffert le catholicisme, en tant que porteur de vitalité politico-sociale, depuis la Renaissance, surtout dans les pays ibériques, exactement ceux qui ont colonisé le Brésil et l'Amérique Latine.

Nous avons exposé ici quatre positions: celle des démagogues, celle des néo-libéraux, celle des marxistes-léninistes et celle des chrétiens. Seules la deuxième et la troisième se présentent avec des conditions d'efficacité et au delà d'un stade purement sentimental. Elles seraient cependant de peu d'importance en face d'un phénomène plus décisif: celui de la prise de conscience sociale des masses brésiliennes.

ABSTRACT

The lack of specialized technical personnel impairs the establishment of basic reforms in Brazil. There is consequently much talk about badly needed reforms but, aside from a great deal of sheer demagoguery, very little indeed is being done about them. On the other hand, these basic problems are considerably worsened due to the country's demographic growth always far ahead of its slowly expanding production means. Therefore one may think of the possibility of some violent solution, side by side with the final victory of the radicals and the quick elimination of the ones considered to be out of pace with the times, just as happened to the so-called anarchists in the great Russian Revolution.

Against this quite somber hypothesis there seems to be only one valid way out: putting into equation these problems in a way that the masses will be able to understand them. In the framework of present day Brazilian life this might be accomplished in two ways, one with a neo-liberal taint, combining the co-existence of private property of the means of production with some sort of central Government control, the other being a Marxist-Leninist answer. The former has been appropriated by the development thrust since president Kubitschek's term. However, a number of internal contradictions and severe lack of economic balance has somehow rendered unstable and stumbling the whole experiment.

Aside from these two practical ways of viewing the situation, a number of Christians claim to be feasible some sort of a Christian Revolution, at the same time that they seem to be unable to present it in terms of a well organized scheme, which in the author's views is enough to demonstrate its insufficiency. Its program rather than the unquestionable authenticity of its leaders should be made more effective. It happens however that Christian social thought as a whole seems to be affected by the choking of Catholicism, while being a cause for social and political

vitalization, from the Renaissance onwards and notably in those countries that colonized Brazil and the other Latin American countries.

We thus have four points of view: that of the demagogues, that of the so-called neo-liberals, that of the Marxist-Leninists and finally that of Christians, of which only the two central ones seem to be of any use because free from sentimentalisms. These attitudes, though, mean considerably less, once the taking of social conscience on the part of the Brazilian people is considered.

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Historiografia Ocidental e Cultura Histórica Brasileira¹

TENTAREMOS AQUI APENAS, e em função de circunstâncias, uma colocação do problema, ou, como se diria em linguagem orteguiana, um acesso ou um ataque a êle. O tema é amplo, tanto nas proporções do que o seu enunciado apresenta como nas ramificações e subtematizações que ocorrem; e no momento tal amplitude não poderia ser suficientemente coberta.

Pode-se partir de algumas constatações, como sejam a da atualidade dos problemas da cultura brasileira, a da presença de modelos europeus no trabalho histórico nacional, a da expansão da que se tem chamado cultura ocidental, etc. Por meio destes pontos ficamos remetidos à esteira de uma questão mais radical, a de estarmos ou não incluídos na área da cultura ocidental; questão que, diga-se desde logo, não é apenas de demarcação geográfica. O fato de estar hoje em permanente discussão a tomada de consciência da cultura brasileira tem como um de seus resultados o reavivamento desta pergunta. Tudo o que se disser ou questionar em torno de "autenticidade" ou "autoconsciência" de nosso ser cultural repousará em essência sobre o sentido desta questão.

Aliás hoje o tema da autenticidade do "paideuma" vem sendo debatido em todos os centros culturais da América Latina. Há uma série de pensadores dedicando-se sistematicamente à discussão filosófica dos caracteres culturais do mundo latinoamericano, senão do americano em geral, diante do europeus e como portador de autonomia his-

tórica. Lembre-se, de passagem, que a repercussão de certas obras européias sobre a crise ou a queda de sua própria civilização contribuiu para dar à América a idéia de que poderia ter chegado a sua vez de comandar as coisas no mundo.

Podemos tomar a realidade cultural brasileira como distinta da do restante da América Latina, dadas certas condições passadas e presentes que a peculiarizam. Mas para o problema que queremos apresentar o seu caso é o mesmo do dela, pois a relação do labor histórico latinoamericano com o europeu é de modo geral a mesma que a do brasileiro.

A presença dos padrões europeus na literatura histórica brasileira é por certo incontestável. Métodos, pressupostos, temas, séstros, intenções, fontes, tudo se tende, fatalmente, a partilhar dos países que nos deram o leite da civilização. Recebemos, e ficámos recebendo, tendências e problemas.

Certo que o fato de termos sido feitos por outros povos, no sentido cultural, e de os termos imitado sempre, impõe como necessária a adoção de seus modelos de trabalho intelectual. A questão aqui será a de saber se, diante da atual tomada de consciência cultural do país, não haverá que rever a extensão do fenômeno.

A presença dos estilos europeus de trabalho e pensamento históricos é mais um sinal de nossa inclusão na órbita cultural do Ocidente. Mas a possibilidade de discutí-los será uma brecha para chegarmos ao ar mais livre da lucidez crítica diante do

tema da relação entre nossa cultura e a européia.

A "historiografia" ocidental: esta palavra mesma, vigente hoje em função de certas discussões críticas levadas a cabo por pensadores europeus a respeito da relação entre a realidade histórica e seu conhecimento, nos evoca a diferença entre a historiografia e historiologia (Ortega), bem como o tema croceano da evolução da historiografia como processo de crescimento da conexão entre filosofia e saber histórico.

Não resta dúvida que é grande o fascínio que exercem, sobre os intelectuais de países como o nosso, os trabalhos sobre épocas da vida da Europa, sobre história antiga, ou questões como aquelas, tão sugestivas teoricamente, da divisão da história e da teoria das culturas. Ditos intelectuais, instalados, como que instintivamente, a sua ótica no mesmo plano europeu de uma "história universal" ou da "civilização"; e só um esforço crítico tornará clara a idéia de que tal plano é europeu e provém da visão da história que o ocidente criou para seu uso. No mesmo caso estão, parece, certas explicações da história que se adotam de entre as doutrinas que coexistem no cenário europeu, e como resultado temos interpretações da história nacional fundadas em esquemas extraídos de filosofias européas, filosofias formadas à base de experiências teóricas e concretas especificamente ou pelo menos principalmente européas. Assim foi, provavelmente, com a voga do positivismo tão largamente adotado no Brasil em certa época; assim também, ao menos até certo ponto, como a utilização do marxismo por tantos autores de hoje.

Nestes casos, o grau em que se pode ter por fatal e necessário o transporte de ideários europeus, para explicar como históricas as nossas coisas, não impede de considerar que, quanto mais consciente a cultura nacional do caráter europeu dos mesmos, mais deverá tender a relativizar sua utilização.

Se repassarmos à ligeira o quadro dos elementos e das formas da história européia, quadro dentro do qual se geraram os padrões e as doutrinas que sua ciência histórica emprega, veremos que nos faltam, a nós povos do tipo latinoamericano, componentes e experiências que o ocidente, ou a Europa

se se quer, conheceu em densidade definitiva e que explicam a formação das visões da história hoje conhecidas. Episódios como o renascimento, a ilustração, o romantismo, cada qual projetando de si posições teóricas cuja autenticidade pode ser sentida na razão da ausência de motivações estranhas ao seu próprio *humus* cultural. Vicissitudes revolucionárias com conteúdos ideológicos a um tempo peculiares e universais. O lastro de uma ligação direta e especial frente ao material cultural grego e romano. A continuidade de uma produção humanística e jurídica dotada da tendência e estender-se a outros setores do mundo sobre os quais por isto ou por aquilo se ia impondo a influência da cultura respectiva, e com isso etapas marcantes, com criação de ciências e escolas logo universalizadas.

Enfim, temos vivido ante o desenvolvimento da hegemonia do Ocidente. Dentro deste, contemplamos a imponência de uma formidável tradição historiográfica, que vai dos Commines e dos Guicciardini aos Fustel, Ranke, Meyer, Toynbee. E só quando os próprios europeus vêm com diagnósticos de crise para si próprios, e quando no meio desses diagnósticos se apura a própria conceituação do estilo de vida ocidental como cultura, é que podemos pensar num balanço, numa revisão em que nos situemos. E podemos perguntar se, faltando-nos aqueles episódios fundamentais (porque as nossas cópias e imitações de escolas européas em cada época não têm a consistência do que viesse *sponste sua*), se em sua falta não haverá algo de artificial na adoção dos padrões de ciência que nasceram com eles.

Poder-se-á, inclusive, perguntar se países como o nosso não estão imaturos para o trabalho histórico. Estão na construção de si mesmos e vivem solicitações da hora corrente. Lembre-se a idéia de Nietzsche sobre o perigo da atividade do historiador para o cumprimento das exigências vitais do presente. Mas semelhante equacionamento do problema tem réplica imediata, pois pode pensar-se, igualmente, que a coexistência com uma envolvente cultura amadurecida impõe aos povos em formação o trabalho constante de comparação com esta e de penetração crítica na análise do seu próprio ser histórico. Neste caso, a tais povos ou países con-

virá justamente o cultivo do ponto de vista histórico no campo das ciências sociais. São povos "jovens" no sentido da meditação de Ortega; mas há que lembrar, desde Bentham, que a idéia é duvidosa, e os chamados povos antigos são historicamente mais novos porque menos experientes que os atuais. Estes têm portanto, de certo modo, vocação para as revisões históricas.

Este fato nos impõe uma observação. É que apenas na medida em que se possa ter em vista a relação com as épocas e formas da história do Ocidente em geral, será próprio falar de épocas e formas da história nacional em termos idênticos: arcadismo literário brasileiro em relação com arcadismo peninsular, socialismo político brasileiro em relação com socialismo francês, alemão, inglês, ou russo. Mesmo porque, cabe insistir, são aquelas formas e épocas ocidentais que explicam a gênese das categorias e dos termos com que se faz a ciência histórica em causa.

Aqui o assunto vai ligar-se ao das fontes (em sentido metodológico): muitas das "fontes" da história do Brasil se misturam com fontes de países europeus. Dir-se-á que por motivos óbvios. Mas o fato indica à reflexão o dever de conformar-se com a impossibilidade de uma história "puramente" nacional; sem que, entretanto, retire a necessidade de uma demarcação para seus limites. Talvez esse ponto requeira atenção posterior dos entendidos.

Observe-se, *en passant*, que semelhantes situações deverão ocorrer em geral nos lugares atingidos pela ocidentalização, a qual, por tragédia ou ironia das coisas, vai provocar, com o desenvolvimento de categorias sugeridas por seu contacto, a reação contra sua dominante presença. Daí que na tomada de consciência dos países que querem "desenvolver-se" possa haver algum grau de "ressentimento", no sentido em que a sociologia do conhecimento colocou o termo.

É hoje comum em certos círculos falar-se de *ingenuidade*, senão mesmo de *alienação*, para designar a adesão a-crítica a formas de saber correspondentes a realidades culturais alheias. Semelhante advertência na maioria das vezes traduz a exigência de afirmação nacional ou de autoconsciência histórica para o trabalho intelectual brasi-

leiro. É possível porém que se exagere nisso muitas vezes. O fato de a ciência histórica europeia assentar-se sobre estruturas culturais que não tivemos, não quer dizer que possamos dispensar *totalmente* os seus padrões.

Diante do problema armado por aquela advertência, poderíamos ver o historiador brasileiro num dilema: entre optar por valores europeus atribuindo-lhes qualidade intrínseca, e ficar com os valores nacionais, por motivos afetivos ou alguma espécie de obrigação intelectual. De qualquer modo o sentimento de "dever" optar por tais valores implica uma dimensão vital que já não é a da pura objetividade intelectual. É quando nos referimos a valores históricos europeus, dizemos valores que acarretam para o historiógrafo o apêgo a certos temas, sendo difícil ao intelectual nacional de amplo saber encontrar valores na história pátria vista em si mesma, sem comparações com a alheia e sem referência a ideais herdados da cultura europeia, cujos padrões formaram aquêlê intelectual.

Aliás — isto vai como sugestão — esse critério do modo de usar a formação ocidental, em relação à possível descoberta de valores peculiares na história nacional, poderia servir para uma classificação dos diferentes tipos de historiadores e pensadores sociais do Brasil, passando de Frei Vicente a Oliveira Vianna, por Capistrano e Euclides, e isto, é claro, para não falar de gente viva.

Note-se a isto, que o excessivo rigor, com que se critica às vezes a considerada superficialidade ou a pouca brasilidade de historiadores pretéritos, pode ser temperado pela ponderação daquela variável relação, entre a vivência do material brasileiro e seus possíveis valores e o prendimento a formas europeias de historiar.

De mãos dadas com a advertência contra a ingenuidade e a alienação intelectuais, vem a exigência nacionalizante, que é como o paralelo cultural do nacionalismo político. Para o caso do saber histórico, a sua decorrência seria a postulação de uma metodologia culturalmente peculiar. E se, de fato, só uma sólida tomada de consciência cultural permitirá a um país subdesenvolvido crescer, um dos momentos dessa consciência será a revisão de sua cultura histórica, a

qual deverá estar ao menos parcialmente voltada para a compreensão do ser cultural do país.

Será impossível, entretanto, desconhecer a vinculação à herança do Ocidente. Esta vinculação é o contrapêso da autonomia cultural, seja qual fôr o gráu da possibilidade desta. Não bastará falar em vinculação ao Ocidente de modo amplo e periférico, indicando a área de vida cultural brasileira como parte da órbita de influência das formas ocidentais; temos que ver, através de tôda a história de nossa formação intelectual, as matrizes européias de nossos líderes teóricos e prática, tanto coloniais como imperiais e republicanos. Porisso, a formação do saber histórico de um país como o Brasil não está no mesmo caso que a de um país hoje maduro nos tempos de suas primeiras etapas; pois temos o contacto e a atração de suas produções.

É a relação com os padrões europeus, ou, generalizando, ocidentais, que determina inclusive, para o tipo normal de nossa "intelligentsia", a formação do gosto literário e artístico, a formação filosófica, religiosa, metodológica. Os modêlos polémicos são, direta ou indiretamente, de raiz européia. As modas literárias, a eleição dos temas, a "maneira" intelectual, igualmente.

E mais, a própria concepção de uma "autenticidade" para a nossa cultura, a exigência de fidelidade do trabalho intelectual ao ser e aos valores da comunidade sócio-cultural que, como nação ou coisa que o valha, nos contém, esta é também no fundo uma idéia herdada, um pensamento adotado sobre sugestões passadas e presentes de outros países.

Tudo fatalmente, é certo: já que não poderia deixar de haver a vinculação. O fato é que superá-la ou elidí-la sem mais aquela é impossível, e não será mesmo conveniente ou lógico.

As próprias atitudes nacionalizantes devem e soem vir de uma tomada de consciência que é comparativa e histórica, nutrida portanto de um saber histórico de origem européia, formada e informada pela cultura histórica da qual chega a querer distinguir-se. Tudo isto vale, é claro, para o saber sociológico, jurídico, econômico, etc. Em matéria de história do Direito, por exemplo, é sobre a experiência

européia que se têm formado os conceitos que tôda historiografia jurídica utiliza hoje: a idéia de sistema jurídico, a configuração dos regimes políticos, os institutos dos vários ramos do Direito em suas etapas. Adotados na América Latina os moldes jurídico-políticos dos países colonizadores, a história do Direito que se cultive entre os povos latinoamericanos tem de ter em mira os modêlos da história que a ciência daquêles países usa. Seria quimérico pretender um trabalho da teoria histórica latinoamericana ou brasileira sobre suas próprias instituições de maneira a levantar para elas nomes novos ou novas concepções em matéria de cronologia; o que pode fazer é ressaltar a aplicação dos padrões europeus, e indicar o feitio diferente que a mesma instituição tomou no nôvo clima. Só depois de uma revisão baseada no confronto de tais feitos com os originários modêlos europeus é que se poderia tentar corrigir em algum sentido certas generalizações que realmente são discutíveis, como é o caso ao falar-se de feudalismo brasileiro, federalismo, etc.

A ligação da realidade nacional com uma cultura amadurecida, como já aludimos, impõe à ciência social dos países como o nosso uma permanente comparação com aquela, e mesmo no estudo de si próprio o país do tipo do Brasil não pode omitir a referência a formas, experiências e valores ocidentais gerais. Um sintoma da nossa necessidade de comparar-nos é a mania de fazermos cotêjo de nossa história com a dos Estados Unidos. Junto ao fato de serem, algumas fontes de nossa formação, comuns às da história dos povos atlânticos, está aquela circunstância decisiva de que a nossa formação cultural é direta ou indiretamente européia, tanto no sentido global quanto no dos conteúdos particulares de cada geração.

Tudo isso leva ao tema da relação entre "erudição" européia e "erudição" brasileira, que também equivale no caso à latinoamericana.

Se tomarmos a erudição como tendência ao domínio do máximo possível de fontes para o conhecimento dos temas que se estudam, e se considerarmos a tendência ao seu aumento no Ocidente (que Spengler chamou cultura de leitores), temos de reconhecer a dificuldade, mesmo sem aderirmos ao especialismo estreito que por aí há,

de juntar a massa de erudição histórica ocidental com a americana em formação.

Outro dilema então se apresenta. Pois sucede, depois de certo ponto, que na medida em que o historiador brasileiro ou latinoamericano (tal como o cultivador de ciências sociais em geral) se afana por estar à altura da erudição européia, cujos elementos o atraem, corre o risco de ficar insuficientemente aparelhado quanto aos elementos da vida de seu país, e mesmo de perder contacto com os problemas radicais desta. E na medida em que se aprofundar no estudo desta, corre o risco de não acompanhar suficientemente a cultura européia, de não se "atualizar" (e vem inclusive o problema de ser surpreendido pela crítica que se lhe faça do ponto de vista dessa atualização). Observe-se, não obstante, que falamos de modo muito geral, pois não pode ser rígida a separação entre órbita cultural ocidental e latinoamericana; mas de qualquer modo seria arbitrário dizer "até onde" deve um estudioso nacional conhecer a história européia, a ciência social européia, etc. Acrescentem-se a tudo isso as necessidades de nossos professôres, muitas vêzes versando história geral e nacional, inclusive por imposições da vida real; nosso sempre falado autodidatismo; e outros aspectos. Nem se responde que as duas erudições podem ser distribuídas entre os diversos cultivadores da história: sôbre artificial, essa solução equivaleria a uma distribuição entre estudiosos americanos e europeus. O que importa é a visão dos materiais históricos pelo mesmo espírito.

Nêsse tema da atualização em matéria de cultura européia entre os intelectuais nacionais, se situa o caso da preocupação de estar "up-to-date" e o da exibição de citações e bibliografias. Ambos são muitas vêzes formas de imaturidade, e sempre revelam um lado do dilema pôsto acima. Outras vêzes porém podem ter sentido sério e positivo, podendo-se através de ditas bibliografias compreender a tentativa de diálogo com a cultura ocidental ainda crescente.

De qualquer modo fica ressalvada a necessidade de tomar consciência do problema. A teorização e a investigação históricas são mais necessárias do que aparentemente para os países em transe de desenvolver-se. E neste caso é bom uso para o cultivador de ciências

do homem, entre nós, começar a trabalhar pelo caminho da investigação histórica. De resto, cremos que em nosso tempo a teoria mais viável a fazer-se é mesmo a da história, ou a das histórias.

Convenha-se, então, que o que se chamaria a autoelaboração da cultura brasileira significará a inutilidade de se fazerem construções literárias ou filosóficas sôbre motivações e moldes importados. Mas em história o tratamento da realidade supõe a adoção de métodos e diretrizes que estão ligados a certos temas, os quais se situam em relação a tais métodos e sem os quais a natureza dêste não se entende bem. Assim, por exemplo, o método weberiano leva ao interêsse pelo estudo do capitalismo ou de outra das formas de vida européias; o método do materialismo histórico traz a referência a uma dada imagem das classes sociais, etc. Por trás da influência do método e da doutrina, vem o apêlo de certos assuntos que encantam e atraem, sendo embora estrangeiros, o estudioso nacional. Daí o perigo dos arremedos e dos pastiches.

A partir disso seria possível questionar sôbre até que ponto é possível ou próprio a um brasileiro fazer história sôbre fatos e temas da história do velho mundo. Escrever sôbre Europa feudal, teatro grego, filosofia árabe ou chinesa, cartas inglesas, processo germânico, ópera rococó. Tudo isso será tido por impróprio se a historiografia fôr considerada como autoconsciência de uma comunidade nacional circunscrita. A resposta positiva suporá, implicitamente, que uma concepção antropológica integral ponha de parte o aspecto extremado da concepção das culturas como unidades irreduzíveis; e então o que se questionará será afirmado pela medida em que aquêles temas sejam "universais", isto é, expressadores de situações vitais importantes para a humanidade em geral. E pela medida, também, em que ditos temas se liguem, indistintamente ainda, à história nacional. Também nisso vai a nossa compreensão de sua universalidade.

O estudo das realidades nacionais ligado à assimilação da herança européia poderia levar a ciência histórica dos países do tipo do nosso a corrigir inclusive certos preconceitos europocêntricos da teoria histórica, como por exemplo aquêlo velho e falido esquema das

épocas da história: antiga, medieval, moderna e contemporânea.

No cultivo de temas tomados como universais enquanto propostos por ciências menos "individualizadoras" que a história, a possibilidade de ligar a experiência histórica geral (de onde provêm as categorias) com a realidade nacional se faz mais patente. Assim quanto ao tema da "estratificação social" propôsto pela sociologia, ou ao das formas de governo, propôsto pela ciência política. Passamos por cima da questão da validade destas ciências, de origem européia, para países como o nosso: damos-las por aceita. Se alguém estuda a "burguesia" ou o "proletariado" no Brasil, notará a diferença entre a carga de experiência européia, carregada por tais conceitos, e aquilo que na realidade brasileira lhes corresponde. O mesmo no caso de conceitos como monarquia ou democracia. Se se adota, para estudá-los, a perspectiva histórica, mais fiel a diferenciações, tem-se melhor oportunidade de destacar de seu sentido geral,

estrutural, as suas possibilidades de aplicação às peculiaridades da sociedade nacional, em sua formação e em seus elementos.

A tarefa para um pensamento brasileiro plantado em base histórica será, pois, ao menos em parte, a de relacionar quanto possível o nosso saber histórico ao ocidental, mas distinguindo-os sempre, e adaptando às nossas realidades as categorias que aquêle saber formou sobre as européias. Com isso se integrará a consciência histórica nacional em um plano universal; mas se terão também, nesta hora de graves reformas, andaimes para uma obra nacionalizante autêntica.

E assim, para o prisma dessa atitude, poderá a ciência histórica, sempre *magistra vitae*, ser para a cultura dos países da situação do nosso, e para usar o léxico scheleriano, um verdadeiro "saber de salvação".

- (1) Nota: trabalho lido em 9 de junho de 1962, no Instituto de Estudos Históricos de Pernambuco, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife.

RÉSUMÉ

L'actualité du problème de la culture brésilienne nous mène à la question de ses relations avec ce qu'on appelle la culture occidentale. Dans l'emprise de l'Occident sur la vie culturelle brésilienne se situe nécessairement l'influence de l'historiographie européenne, avec ses modèles théoriques et méthodologiques, sur le travail des historiens nationaux. Il faut cependant signaler que ces modèles européens se sont formés en des conditions que le Brésil, comme tout pays américain, ne connaît que partiellement ou par imitation. Il est aussi difficile de parler, à l'égard de l'histoire brésilienne, des époques dont l'idée a été transplantée de l'Europe jusqu'ici. Cela doit arriver partout, là où l'Occident a eu de l'influence, dans le monde en général, avec ses modèles culturels. Devant cette exigence

actuelle, d'une authenticité pour la culture nationale, les intellectuels brésiliens auront parfois à choisir entre des valeurs d'origine européenne et des valeurs nationales. Mais la prise de conscience même de la culture brésilienne, étant en rapport avec la conscience historique, se nourrit d'un savoir historique influencé par l'héritage occidental. De là, entre autres, notre tendance à "confronter" le Brésil avec d'autres parties du monde. Ce problème est lié à celui d'une probable "érudition brésilienne", en liaison toujours, quand même, à l'érudition européenne. Le problème en général s'aggrave quand augmente la préoccupation méthodologique. La conclusion de tout cela est qu'une tâche de révision s'impose à ceux qui étudient les sciences historiques au Brésil.

ABSTRACT

The actuality of the problem of Brazilian culture leads to the question of its relations to the so-called Western culture. Within the framework of Western influence on Brazilian cultural life lies of necessity the rôle played by European historiography with its theoretical and methodological standards in the work of Brazilian historians. It happens, however, that these European standards were formed under conditions which Brazil, as well as any other Latin American country, only partially or imitatively came to know. It is often the case that one finds it difficult to speak of certain periods in Brazilian history, periods

whose main idea is transplanted directly from Europe to us. It is pointed out that this situation must occur wherever the Western world has made its influence felt by means of its cultural standards. Granted that there is a great need nowadays for authenticity as far as national culture is concerned, Brazilian intellectuals may have to choose sometimes between values of European origin and purely nationalistic values. The taking of conscience of Brazilian culture, though, being referred to the historical conscience, feeds on a historical knowledge influenced by the Western heritage. Thence, among other things, our tendency to

"compare" Brazil with other countries. This particular problem is related to a possible "Brazilian erudition" which is, nevertheless, always tied to the European cultural background as a whole. It generally becomes aggravated

as the methodological concern increases. Regarding those who cultivate the historical sciences in Brazil this problem brings about a need for a complete review of long established principles.

SEBASTIÃO UCHOA LEITE

Teoria do ócio

Conscience signifie mémoire
(Bergson)

I

Entre os rios desta praça
fincada no centro do mundo como uma árvore,
entre o tempo e a qualidade
passa o meu ócio figurativo.

Numa praça
dispersa, alienada e sem raízes.
Para que serves, liberto de tuas prisões,
roendo a corda do nada
nessa incidência fluvial,
ócio prodigioso e sem mistério?
Interrogo-te numa cisma
em que te configuras.

Liberdade de estirar uma perna
por cima das coisas calvas, dos afetos e das razões vitais
Liberdade de sorrir sem razão
deliciado das coisas finitas
entre as ficções do intelecto.
Saindo para alguma coisa ou saindo para nada
pisando as sempiternas fôlhas sêcas
de nosso outono fingido,
Abril e maio são teus ensaios prediletos
entre a paixão dialéctica e a razão pura.

Para que serves senão indagar
a essência da poesia ou a essência da pulha
se são a mesma coisa?
Como distinguir no tempo as ficções do ser?
Para que serves senão finalidade inútil
florescimento estético ou metafísico sem memória.
Enquanto risco as carteiras,
escrevo nas pedras com matéria porosa,
divulgo aos quatro ventos a minha estultícia
e analiso a minha inércia,
o meu pensamento se recorda e recomeça

II

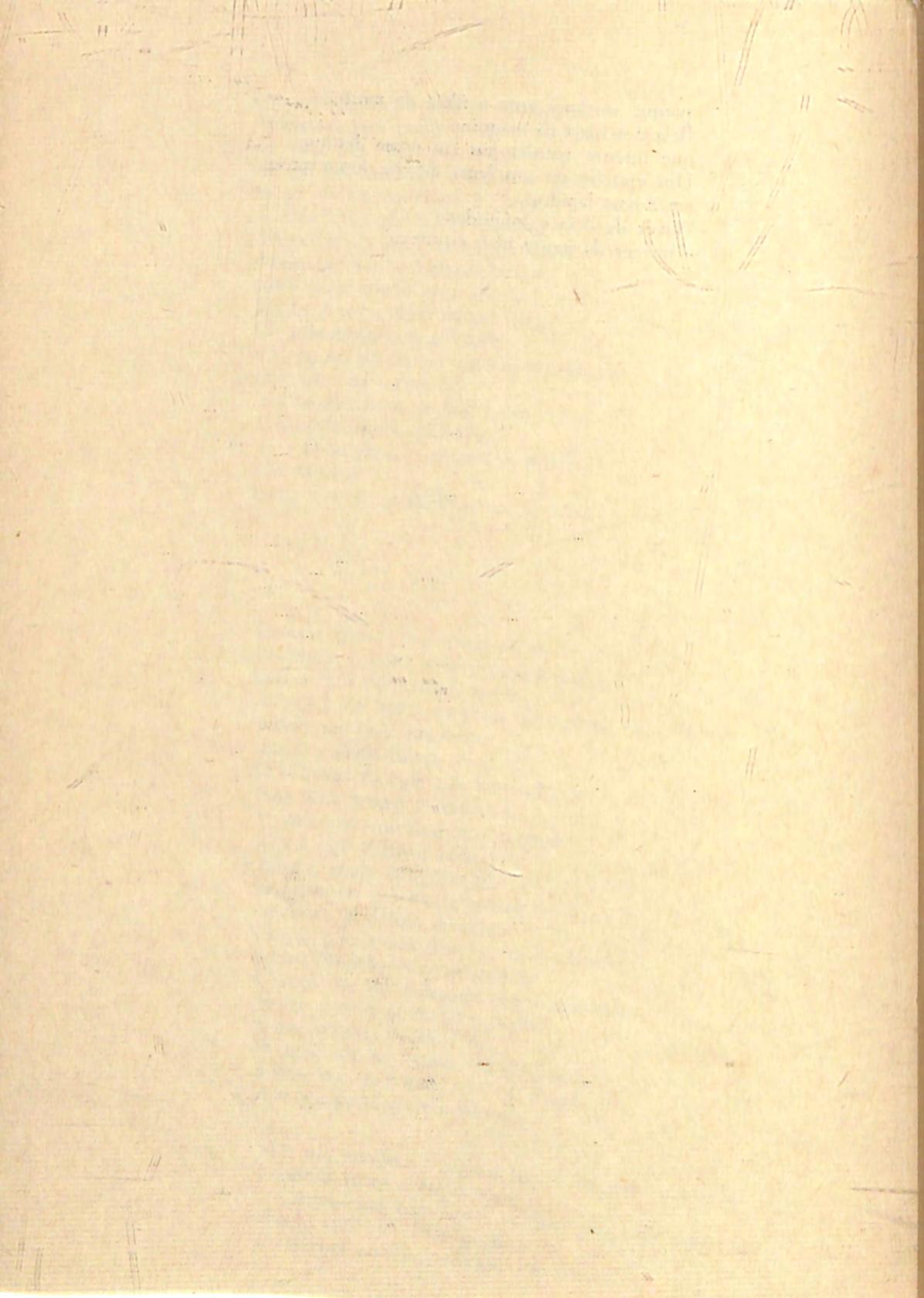
Quantas figurações colho em meu dia?
 Atravessando a ponte e desembocando na foz
 de outro rio mais gorduroso,
 alí vou eu: vista aérea a vôo de pássaro,
 ponto erradio em cinza e creme
 de Boa Vista até Santo António.
 Alí vou eu: objeto de minha razão
 deleite de minha fantasia ociosa,
 outro mito criado pela arte.
 Existe, é certo, uma paixão inútil:
 Os ardentes amam a feiura
 mas outros só podem amar a crueldade.
 Um salto na memória
 cria outro tempo interno e me recria.
 Liberdade funda reflexão:
 uma linha rígida demarca o perfil
 e o enovela
 como a serpente de Piero de Cosimo.

III

Deveria pensar nas coisas efêmeras.
 Incorporo o poste e incorporo a luz
 mas a vida permanece opaca.
 Às vêzes um braço, às vêzes uma perna ou uma nuca
 podem ser mais luminosos
 que o próprio fulcro solar.
 O tumulto da vida não enquadraria
 uma nota serena e reflexiva.
 O concerto universal não é grave
 pois o agir é frivolidade.
 Apenas como advertência
 as fanfarras dos instrumentos de sôpro
 celebram a aleluia do crime
 Praças e avenidas se refletem no flúido
 numa contemplação necessária
 Coração do ser pulsando em movimento,
 só em pensar permanece imóvel:
 o espírito cria imobilidade.
 A água não se recorda de si mesma,
 reflete sem memória, não há tempo
 mas ato puro, eterno presente.

Mas nós pendemos para a frente ou para um lado,
 forçamos porte e dignidade
 e curvamo-nos para apanhar uma ponta de cigarro.
 Assobiamos uma fuga de Bach
 e sorrimos ante a lembrança do futuro

porque sorrimos ante a idéia da morte.
Bela é a fúria da máquina
que intenta apanhar-nos em nosso destino.
Um epitáfio ou um lema deveria inscrever-se
em nossas lápides:
"Viver de ócio e iniquidade
e morrer da morte mais equívoca".



JOÃO ALEXANDRE BARBOSA

Reflexões sôbre Arte, Universidade e Cultura

1. MUITO SE TÊM DESATENDIDO os órgãos universitários brasileiros com relação ao ensino da Arte, em seus cursos especializados, por, na maioria das vêzes, parecerem a êsses mesmos órgãos supérfluos ou mesmo inúteis, excessivos requintes, os estudos sôbre Arte.

Em estrutura social como a nossa, em que uma série de contradições de ordem imediata se afigura como de premente resolução, tais estudos tendem a ser vistos como de preocupação longínqua ou mediata, sem que aos mesmos se dispensem maiores cuidados, ou seriedade, ou ainda importância, em uma perspectiva de superficialidade e ligeireza.

A Arte, em sua concepção como "flor da cultura", prejudica em muito adoção de critérios mais válidos de concretização, em nosso meio, do ensino da Arte, no esquema universitário. Tem-se dela, em geral, a opinião de que pode ser posta de lado e esperar a estruturação mais firme e mais compacta de um corpo social, ainda disseminado e sem orientação. (Segue esta trilha, por exemplo, o pensamento do admirável arquiteto e urbanista que é Lúcio Costa quando, em conferência sôbre Arte e Educação, realizada na Escolinha de Arte do Brasil, afirmava em determinado trecho:

Dáí decorre que as soluções transitórias a que poderão conduzir vossos debates serão meros paliativos em face das soluções definitivas que o problema comporta. Mas, não obstante, elas podem ser, ainda assim, muito importantes, visto que podereis desde já delimitar o terreno de definir os valores essenciais em jôgo, a fim de assegurar bases que sirvam para solução efetiva do problema quando a normalidade fecunda tiver definitivamente suplantado a desorientação em que estamos).

Enfim os arremedos de estudos sôbre Arte parecem satisfatórios para o momento cultural em que estamos radicados, que vivemos, que suportamos.

2. É contra esta orientação (se o fôr tanto) que pretendemos delinear alguns preceitos, na sua maioria óbvios, mas que têm a validade de poder servir de apôio para uma compreensão mais exata e mais concreta também da função da Arte em uma sociedade como a brasileira, buscando a identificação consigo mesma. Delineamento que é, além de tudo, uma procura do autor, exigindo para o seu pensamento um sistema de correção e de lucidez críticas.

3. Enquanto não fôr possível ter da Arte uma visão, não facilmente formalística ou conteudística, mas cultural, e, por isso mesmo essencialmente humana, também impossível será uma sua especificação como elemento, ou dado, ou "etymon" integrador da Cultura. "Etymon" de sugestão humana: isto é denominador ou raiz que integra os elementos de uma atividade humana total e complexa.

4. A obra de arte, quer-me parecer, é sempre uma resposta a uma excitação e, por isso, incapaz de ser apreendida em tôda a sua realidade sem que os elementos excitadores sejam claramente percebidos ou visualizados. De tais elementos, pode-se dizer, preliminarmente, que suportam uma classificação em individuais e sociais, sem que se pretenda uma bifurcação mutiladora, como já veremos.

Os elementos de ordem, por assim dizer,

individual, são aquêles que se estruturam em esquema psico-fisiológico. São elementos germinados no mundo fechado, interior, escuro, da personalidade, enquanto vista sob o ângulo de uma formação orgânica. Vistos nos estreitos limites de um corpo fechado, delimitado por razões especificamente psíquicas ou fisiológicas. Mas esta visão que se diz psicológica ou fisiológica do homem, não pode fornecer tôda a transformação supra-individual, ou tôda a perspectiva da humanidade, que pressiona e modifica os comportamentos entre dois corpos individuais, como excitadores e reatores dêsses mesmos elementos individuais que transparecem em uma ordem comunal. Não importam tais elementos, para uma ordem de cultura, a não ser que considerados como manifestações de uma organização coletiva que imprime as suas influências sôbre categorias, aparentemente isoladas, ou suspensas no ar, sem fixação na realidade cotidiana.

Assim é que, dados individuais ou individualizadores, como temperamento, sensibilidade, inteligência, base de estrutura sexual, só podem interessar a uma compreensão da Arte desde que assumam a feição de um retorquir, em forma estética, a uma preocupação de pressionamento que tais elementos imprimem ao ser criador, ao artista. Mas, evidentemente, tal pressionamento só pode ser verificado desde que êle é inserto em uma ordem social, comunitária, ressaltando, então, como elementos individualizador ou característico.

Estes elementos de ordem psico-fisiológica, portanto, sômente ganham uma dimensão capaz de interessar ao estudo da Arte, desde que venham a ser compreendidos como atuantes dentro de uma escala de âmbito não apenas individual e cerrada, mas globalizadora, em que sejam possíveis as suas vinculações de tipo agora cultural. Por isso, não convence o recuo, através de uma imaginosa e romântica interpretação da Arte e, por conseguinte, de seu estudo ou ensino, diante de tôda a possível complexidade humana que ela pode sugerir. Não se quer com isto, evidentemente afirmar a positividade necessária de uma resposta que à sua cultura dê o artista. O que se quer deixar bem claro é que sempre há de se tratar de uma resposta, seja ela negativa ou positiva,

de aceitação ou rejeição. Resposta esta, então, que exige tôda a participação do conjunto psico-fisiológico. É bem de ver, portanto, que a bifurcação que inicialmente estabelecemos, didaticamente, agora se fende, tem que admitir um brechamento indispensável à sua própria verdade.

Para a visão da Arte, pois, tais elementos que classificamos como individuais e sociais não podem, sob o ângulo de cultura, suportar a visualização bifurcadora, a dicotomia, desde que viriam a negar, vistos assim, a textura da Arte, realizada no seio de uma série de contradições em que se esbatem e se tentam harmonizar ditos elementos.

Daí a afirmação que se faz da Arte como sistema integrador da cultura. (Aqui usamos a palavra sistema na mesma acepção em que foi usada por Antônio Cândido, em sua *Formação da Literatura Brasileira*, vl. 1.º, pp. 18-19, isto é:

Se desejamos focalizar os momentos em que se discerne a formação de um sistema, é preferível nos limitarmos aos seus artifícios imediatos, mais os que se vão enquadrando como herdeiros nas suas diretrizes, ou simplesmente no seu exemplo. Trata-se, então, de averiguar quando e como se definiu uma continuidade de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária).

E já se diz bastante: porque quando se diz sistema e, ainda mais, integrador, se quer acentuar a peculiaridade da Arte como atividade humana, do homem em uma situação, capaz de mais intensa e concretamente indicar os traços culturais mais denunciadores.

A História da Cultura não pode prescindir de tal estudo ou visão, estudo de Arte e de suas explorações, enquanto pretenda uma ampla explicação de motivos ou argumentos humanos que a estruturam.

Não é que se superestime sentimentalmente a Arte: é que, sendo ela um processo contínuo de intensificação da natureza, exigindo de seu praticante uma absoluta inserção na condição humana mais radical, naquilo que há no homem de mais verdadeiro como ser que atua e se deixa contaminar por uma série de aproximações dentro da sociedade, necessariamente carrega consigo tôda a gama de peculiaridades capaz de apontar o essencial da Cultura. (Assim, por exemplo, Antônio José Saraiva, em sua *História da Cultura em Portugal*, vl. 1.º, p. 11, obser-

vava acerca do valor para a História da Cultura de uma das artes, a literária:

...a literatura, que procura os seus temas e símbolos na realidade ambiente, que se alimenta dos sucessos do dia a dia, oferece uma grande variedade de aspectos e uma curva muito sinuosa e flutuante. É ela a principal documentação do historiador da cultura).

Sabemos, por exemplo, que não só as ciências ditas históricas, como a Diplomática ou a Paleografia, podem transmitir ou fundamentar a narração histórica. A Arte deve atuar como elemento possível para enriquecer o conhecimento da Cultura, na medida em que sugere todo o desenvolver não apenas horizontal ou direto, mas o caráter oblíquo de que também se reveste todo o fazer humano. Obliquidade que lhe é essencial e sem a qual a narrativa histórica se desfaz em uma sucessão de fatos ou feitos cronologicamente arrumados mas sem a perspectiva interpretativa que a deve informar. Já se tem mostrado suficientemente, para que se repita mais uma vez, como seria impossível o levantamento integral de qualquer Civilização sem o conhecimento, não simples paralelo, mas fundamental, da Arte que essa Civilização foi capaz de forjar. Mas é preciso também se dizer que este conhecimento não se pode limitar apenas em ver ou apreciar os monumentos artísticos transmitidos, mas que exige para sua afirmação uma como que faculdade em dar a estes mesmos monumentos a sua situação mais precisa quanto possível em relação aos outros instrumentos culturais registrados pelos estudos de Antropologia também física. Um professor dos Estados Unidos já observava o grande perigo que correm os cursos de História da Arte em seu país, tendencialmente mais História do slide do que da Arte. O fazer ver não é suficiente: há necessidade de fazer ver em sintonia com toda a cultura que abriga ou abrigou o objeto, ou obra de arte, que se vê. Daí, por exemplo, já há muitos anos André Malraux vir falando de um "museu imaginário", capaz de uma catalogação instantânea da obra de arte, pictórica e, por aí, a percepção de toda a sua dimensão cultural.

Porque o artista não se engana a si mesmo na medida em que transmite a outrem a sua verdade. Ele a faz mais forte, entregando-se ao contemplador, ao leitor, ao

ouvinte. Na realidade, a sua verdade é de uma ordem diversa da verdade ética, mas jamais é somente sua: é também a visão de de uma ordem comunitária em que se acha situado. Dêste modo, mais se individualiza o criador quanto mais intensifica esta visão.

Tome-se, por exemplo, do artista que foi o também historiador Fernão Lopes. A sua narração, em crônica, dos acontecimentos portugueses de seu tempo, o da Revolução de 1383, a época de D. João I por ele fixada, por preservar os elementos de arte literária que lhe eram indispensáveis na configuração de um momento histórico, tal como a incorporação da herança medieval portuguesa através da oralidade narrativa, de tal modo conduziu a uma intensificação dessa época, desse mesmo monarca, que o seu impressionismo descritivo conduz o leitor de hoje para o núcleo do que de essencial havia na movimentação das massas cidadinas européias, ignorada ou desprezada por um Froissart, por exemplo, na sua maneira rígida de ser historiador. Fernão Lopes, desde que participava como artista e historiador de um tempo, registrava não apenas a dimensão horizontal dêste tempo, mas a sua obliquidade e, por aí, toda a sua verticalidade.

O que queremos acentuar com esta exemplificação é que, como já foi por demais acentuado, seria impossível uma completa compreensão da época de D. João I sem a obra de Lopes, como desta obra histórica se teria uma pálida idéia se se a reduzisse ao que há nela de apenas histórico ou documental. Aqui, a História se distende, se prolonga e se intensifica através da Arte. Como, então, efetuar o ensino da Literatura Portuguesa e, em especial, de Fernão Lopes, sem que se lhe dê toda a dimensão de cultura que ele suporta?

É que, e não é supérfluo repetir, os nossos cursos de Literatura têm sido excessivamente prejudicados pela visão unilateralmente biográfica ou apologética, quando o que se exige é uma figura crítica, um afinar o pensamento e a sensibilidade para os problemas humanos que as obras de arte literária suscitam. Como também os cursos de História da Arte costumam ficar reduzidos a uma série de considerações estáticas (quando muito, anedôticamente descritivas) coladas às reproduções que se projetam diante de alunos não

suficientemente preparados para compreenderem as sutilezas de transformações de estilos, de orientações estéticas, de técnicas, etc. São, muito comumente, cursos sem uma visão cultural capaz de responder às perguntas mais essenciais que as obras de arte põem diante do observador. E, por isso, em geral, cursos que apenas fazem *acrescentar* um conhecimento sem um *aprofundar* maior, sem uma razão para que se justifique o esforço do professor ou do aluno empenhados na catalogação de nomes, datas, acontecimentos desconexos, desligados de ambientes e circunstâncias.

5. Por outro lado, a função que deve desempenhar a Universidade no que se refere ao ensino da Arte, nós a vemos intimamente relacionada com o próprio papel a ser desempenhado pela Universidade dentro de uma determinada cultura.

Em primeiro lugar, a Universidade tem que desenvolver naquele que dela participa a ambição pelo conhecimento concreto de uma realidade que enfrenta certo momento cultural. Não é possível continuar pensando na Universidade como elemento apenas decorativo. Como instituição que apenas dignifica um Estado. Ela tem a sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento que se efetue ou, mais importante ainda, que deixe de se efetuar. De elemento apenas decorativo, ela tem que passar a elemento impulsionador de novas descobertas acerca de uma realidade que se vive. A sua estrutura deve permitir um equacionamento preciso e exato de todas as variações que a sociedade, em que se acha inserta, possa registrar. E dissemos conhecimento concreto por nos parecer que é insuficiente e mesmo pernicioso o conhecimento apenas teórico ou ideal desta mesma realidade.

Não posso entender, por isso, a orientação excessivamente "ilustrada" de nossos cursos de Arte que consomem a maior parte de seus programas em digressões prático-teóricas sobre Arte da Mesopotâmia, do Egito ou de Roma, depois de defeituosas bases estéticas, sem que igual porção caiba ao estudo da Arte Portuguesa ou da Arte Espanhola como fundamentação para pesquisas sobre a Arte Brasileira, ainda tão pouco estudada e conhecida. Parece que esperamos do estudioso estrangeiro, trazido para

estas paragens pelo exotismo da selva americana, que nos dê as armas com as quais enfrentaremos a difícil tarefa de nos conhecermos a nós mesmos.

Em segundo lugar, a Universidade deve existir como órgão transmissor de conhecimentos, fornecendo técnicas adequadas à participação de um número cada vez maior de indivíduos naquilo que a experiência tem acumulado. Não apenas com uma finalidade extensiva: sobretudo intensiva, na aquisição destes conhecimentos. E isto quer significar a possibilidade de um espírito que se faça crítico na meditação dos conhecimentos transmitidos.

6. A Cultura no Brasil, como qualquer uma outra, não poderá prescindir, para a sua organização, de uma visão da Universidade desta ordem. Nem da Arte, porquanto, na medida em que conhecermos melhor os nossos pintores, os nossos arquitetos, os nossos escultores, os nossos músicos, os nossos escritores, melhor conheceremos os fundamentos de nossa Cultura. E, na medida em que os conhecermos melhor, mais capazes seremos de encontrar respostas adequadas para os nossos problemas atuais. Porque, se nos perguntarmos seriamente o que sejam Arte, Universidade e Cultura, veremos que as respostas somente serão possíveis em uma visão situada de nossa experiência histórica com relação a estes termos. Desde que a Universidade responde aos outros dois termos, ela se faz propulsora de uma visão real e concreta de nossa situação. Ao mesmo tempo que ela também perfaz o circuito histórico e se atualiza. E, então, é possível falar do conhecimento de uma Cultura no Brasil. E, então mesmo, é possível falar de um pensamento sobre Cultura Brasileira.

7. Vemos, deste modo, que os três termos — Arte, Universidade e Cultura — são parágrafos de um mesmo sistema histórico, sem os quais não será possível a referência à realidade material e espiritual do País. E não será possível porque somente o afinamento crítico é capaz de possibilitar uma percepção adequada e justa das carências fundamentais de que êle padece.

8. Não só os cursos de Economia podem auxiliar o homem brasileiro na tarefa de elucidação das contradições que agitam a nossa sociedade: a abertura para os problemas que

constituem a atividade artística do homem encaminhará o pensamento para uma visualização globalizadora, total, sintética, desta sociedade no que ela realiza de fundamental. Infelizmente, o espírito de análise (aparentemente crítico, na realidade destruidor e acomodado) tem sido dominante nas reflexões acerca da Cultura no Brasil. A síntese exige ainda correção crítica e uma sobriedade espiritual da qual ainda continuamos, em geral, afastados. Porque não é suficiente a constatação de nossas misérias e carências: essencial é que se reflita sobre a suas origens mais verdadeiras, com a imparcialidade que somente a atividade crítica pode proporcionar.

9. A Arte — dispendo o espírito para uma situação de rigor diante das explorações que propõe a Cultura — não apenas acrescenta, mas intensifica a capacidade huma-

na de inserção nos problemas comunitários. Chamando a si todo o potencial do espírito humano capaz de explicar e julgar, a Arte atrai para si o que possa o homem ter de consciente na apuração de seus sentidos, de suas emoções, elevadas ao plano superior da inteligência e da razão.

10. Parece-nos, assim, que a Universidade, erguida em momento da Cultura Brasileira no qual é a sua própria existência e necessidade que se põe em jogo, tem que existir como eixo irradiador de uma linha essencial: o ser capaz de se dobrar sobre si mesma, na reflexão crítica e racional da estrutura social em que se estabelece.

Para uma melhor afirmação de sua essencialidade dentro de nossa Cultura, a sua finalidade específica deve ficar sendo o apuramento do sentido crítico capaz de espelhar uma esquema mental renovador.

RÉSUMÉ

Le réveil de l'Université brésilienne, qui cherche à s'intégrer effectivement à la société qui l'entoure, n'a pas encore touché l'enseignement artistique: la faute en est à la conception actuelle de l'art. Si on le considère, en effet, comme une fleur de serre, une activité raffinée et étrangère aux problèmes concrets de la société, on ne peut logiquement se préoccuper de son enseignement qu'après avoir réglé les problèmes sociaux et économiques plus graves. C'est contre cette conception donc qu'il faut dès l'abord lutter, en montrant l'insertion culturelle de l'activité artistique, son contenu concret, afin qu'apparaisse la nécessité de formuler sur les bases nouvelles l'orientation de cet enseignement.

Dans cette perspective, l'auteur montre l'art comme un système d'intégration de la culture. C'est affirmer qu'une insertion totale dans la condition humaine la plus authentique est vécue dans la création artistique, est réalisée dans les oeuvres créées. Il n'y a pas de culture sans son expression artistique.

Dépourillé de cette perspective culturelle,

notre enseignement de littérature et d'art est condamné à une vision uniquement biographique ou apologétique, à des considérations statiques et anecdotiques.

Il appartient donc à l'Université brésilienne, au moment où elle se penche sur elle-même et analyse ces propres insuffisances, de favoriser une perspective plus profondément culturelle de l'art et de la littérature. En ce moment où l'Université elle aussi change, il faut que l'on sache que ce ne sont pas seulement les cours d'Économie qui peuvent aider l'homme brésilien à élucider les contradictions qui agitent notre société. La compréhension en profondeur du sens de l'oeuvre l'art, de son degré de pénétration dans la réalité humaine, permettra de monter comment s'y révèle une vision totale, synthétique de la société où elle s'est créée. Cette compréhension donc, niant que l'art soit une fleur de serre, le montre comme moyen de pénétrer et interpréter la réalité, de donner en dernière analyse la meilleure connaissance de ses valeurs, de ses défaillances, de ses désirs et de ses besoins.

ABSTRACT

Brazilian University drive towards a true integration into its community life has not reached yet the Art courses. That results from the prevailing conception of art, which is looked upon as an activity both highly refined and alien to particular community problems. Art curricula should thus follow as a consequence of the solution to more urgent socio-economic issues. Against this notion, then, we must take position in order to make evident the need for a reformulation of those curricula.

According to this prospect, the author considers Art as an integrating cultural system. That amounts to saying that through it an absolute insertion in human condition may very well be accomplished. Culture, without its corresponding Art expression, would become deformed.

Lacking a culturologic view, our Literature and Art courses have been marred by either a biographic or apologetic oneness as well as by static and anecdotic considerations.

It would then fit in the picture the turning of the Brazilian university onto itself while

taking into account its shortcomings in an effort to further our Art and Literature courses and not only those related to economic fields. A deeper insight into the meaning of a work of art will disclose how it is inserted

into a global, integrated, and synthetic visualization of our society. Art will thus be a mean of penetrating and interpreting reality providing, in a nutshell, the best understanding of its values, lacks, demands, and needs.

JARBAS MACIEL

Musicologia: Oportunidade para a Universidade Brasileira

MÚSICA, ANALISADA de um ponto de vista estritamente filosófico — o que equivale a dizer que a generalização de seus conceitos fundamentais foi levada a seus limites extremos — surge como uma manifestação cultural cujas raízes são duplas. Uma ramificação afunda-se nos domínios da atividade estética, ou seja, nos domínios da Arte propriamente dita. A outra ramificação está orientada em direção aos domínios da atividade científica. Música: arte e ciência.

Entretanto, o que se tem observado em sua longa e relativamente lenta evolução histórica é que somente a raiz estética — música como arte — foi desenvolvida com ampla liberdade e, como não deixa de ser curioso observar, com um zelo e um ciúme já tradicionais. A raiz científica da Música tem sido, conseqüentemente, obscurecida, por vezes evitada, segregada até e, por fim, relegada a uma categoria de inferioridade perfeitamente anacrônica. É, hoje em dia, unicamente objeto das atenções e dos cuidados de fabricantes de instrumentos musicais, de engenheiros que dirigem "studios" de gravações eletro-mecânicas na América e na Europa e, finalmente, de um reduzido número de compositores e investigadores que procuram abrir novos caminhos estéticos com a Musicologia. Afora essas exceções, a pesquisa dos fundamentos científicos da Música tornou-se, para o grande público, um verdadeiro "tabu". Ninguém — nem mesmo o filósofo — se sente mais à vontade para discutir, comparar, especular, pesquisar enfim tais questões. E não parece haver argumento capaz de afrouxar êstes preconceitos

centenares arraigados na mentalidade geral. Para os que sustentam semelhante posição — a grande maioria, aliás — Música, como de resto tudo o que cheirar a criação artística em geral, é algo intocável. Santuário que se deve observar à distância. A obra extensa dos grandes compositores é museu indevasável, misterioso e representa um amontoado de conquistas de cujo caráter fixo, imutável e eterno não se pode duvidar, nem mesmo cientificamente. Seria atrevimento, irreverência ou profanação impertinente. É como se todo um considerável setor do pensamento filosófico — a Estética, pura e aplicada — tivesse parado no século XVI e, ignorando Bacon e tôda a grande revolução cultural que êle trouxe e que tem se desenvolvido sem perdas consideráveis de continuidade até os dias atuais, tivesse radicalizado suas posições em tôrno de um obscurantismo medroso, de um alheamento estúpido às tremendas mudanças da realidade histórica e social que aí está, efervescente como nunca, profundamente fértil e trazendo dentro de si os germes poderosíssimos de uma época de grandes conquistas para a Humanidade. Observe-se como os demais campos da investigação filosófica evoluíram e se tornaram independentes, a partir de então, constituindo as chamadas ciências particulares. Novos horizontes seriam, mais tarde, desbravados, como é o caso da Sociologia e, de um modo geral, das Ciências do Homem. Mas não assim com respeito à Estética. Esta nunca se especializou e nem vingou abandonar, de um modo geral, sua posição tradicional que, remontando à pró-

pria Antiguidade Clássica, estacionaria de uma vez por tôdas no estágio em que se achava ao abrir do século XVI. Limitou-se, quando muito, a adotar uma posição teórica e idealista em face da produção artística da humanidade — produção esta que se desenvolvia independentemente mesmo de qualquer auto-reflexão de caráter filosófico — numa evidente prova de seu isolamento medroso diante da realidade histórica e social. Conseqüentemente, hoje, a Estética (com raras exceções que se devem agradecer principalmente a alguns não-estetas ilustres, dinâmicos e realistas) limita-se a observar passivamente os resultados da produção artística contemporânea, chegando sempre *depois* e atrasada, com seus julgamentos amiúde *verbais* e subjetivos que sômente concorrem para aumentar a onda de obscurantismo inútil que parece envolver o campo da criação artística. Em Música delineou-se, fracamente, a única reação concreta, dentro dos domínios da Estética, a semelhante estado de coisas: surgiu a Musicologia, a partir dos fins do século XIX.

Musicologia — ciência da Música. Apesar de ter nascido um pouco tarde, com a instituição em 1878 de um curso oral de História da Música no Conservatório Nacional de Paris, com a fundação em 1895 da famosa "Schola Cantorum" e com a especialização crescente dos estudos de etnologia que indicavam claramente o nôvo ideal particularista que se apossava da Antropologia e da Sociologia, a Musicologia tem se constituído talvez no único ramo autêntico de investigação estética aplicada. Suas investigações têm caráter concreto e significação objetiva, dado que suas ramificações a relacionam com departamentos de conhecimento cuja importância é decisiva para a interpretação do homem, da sociedade e da natureza. Além disso, abre novos campos de investigação, relacionando com a Música várias ciências especializadas e aparentemente afastadas dos domínios da Estética. Parte da Física, que lhe dá subsídios para o estudo da Acústica. Liga-se à Fisiologia, com o estudo do aparelho vocal e auditivo, e à Psico-fisiologia, com o estudo da mecânica de reações sensoriais e perceptivas diante dos estímulos sonoros e rítmicos. Envolve um vasto campo de estudos a bem dizer virgens no campo da

Psicologia, aspecto êste que parece mais direta e fundamentalmente ligá-la à Estética propriamente dita. Junta-se à chamada Métrica, com o estudo matemático das chamadas configurações rítmicas temporais. Associa-se à História, para a qual contribui decisivamente com os estudos litúrgicos e de cunho nacionalista. Representa, por fim, departamento fundamental das Ciências do Homem, trazendo, com os estudos sôbre o folclore de todos os povos do mundo e com os chamados levantamentos musicográficos (gammas e escalas regionais) das mais variadas regiões do globo, uma contribuição preciosíssima para a Etnologia. Ainda, é possível que a pesquisa musicológica chegue a evidenciar, com um respeitável apóio científico particular e filosófico (estético), a pretendida união de tôdas as artes.

Seja como fôr, o fato é que a Musicologia continua a ser, ainda hoje, mal conhecida e instintivamente evitada pelo grande público consumidor dos produtos finais da raiz estética da Música. É o velho preconceito em ação, que já começa a fazer lembrar certo hipotético atavismo a condicionar tôda a mentalidade musical do Ocidente civilizado dentro dos moldes europeus. O grande público musical ainda continua a temer a outra face da moeda, isto é, tudo o que se relacionar à raiz científica da criação musical. Pelo que nos propomos a mostrar, neste breve estudo, como semelhante atitude é falsa, inautêntica, ilusória, idealista e, por fim, inútil ao progresso mesmo da Música como um todo.

É que êste mesmo público — musicalmente alienado — não sômente *consome* os produtos acabados de uma intensa elaboração musicológica mais ou menos inconsciente mas, através de suas próprias tendências para o que é nôvo, para a renovação refrescante de velhas formas musicais do passado, *contribui* êle mesmo, inconscientemente, para a realização das inúmeras conquistas musicológicas e musicais que têm sustentado nos ombros o que de evolução a Música tem experimentado nesses últimos cem a duzentos anos. Trata-se, portanto, de fazer vir à luz — e principalmente aos olhos do público — tôda essa intensa elaboração musicológica, trocando em miúdos os resultados dessas conquistas lentas mas certas que têm impulsionado

para adiante a criação musical em todos os níveis (popular, semi-popular, técnico-programático e erudito) com bases diretas ou mais ou menos indiretas no folclore. A "alienação" musical dêsse público ressalta clara como cristal quando se o vê precisamente contribuir, sem a mínima consciência disso, para realizar na prática musical o que se entende por inovação rítmica, melódica ou harmônica de formas presentes na tradição ocidental ou de caráter estritamente regional ou mesmo local. Nós temos, aqui no Brasil, um exemplo notável disto que acabamos de dizer com a chamada "bossa nova" em nossa música popular. O ritmo típico "bossa nova" é a realização de um grau a mais de assimetria rítmica dentro do ritmo de samba tradicional, com bases diretas em certas variantes de um ritmo chamado "xambá" nos nossos terreiros de xangô e camdomblé. É inovação rítmica legítima, perfeitamente enquadrada dentro das tendências atuantes da evolução musical afro-brasileira. É não somente um fato musical impressionante, como também uma prova soberba de nossa vitalidade musical. Música no Brasil — seja ela popular ou erudita — é algo vivo, atual, dinâmico, autêntico. A chamada "bossa nova" é, ao mesmo tempo, etnológica, histórica e socialmente autêntica e válida. Isto principalmente quanto ao seu fraseado rítmico, de efeito africano direto. Quanto à melodia e à harmonia, representa a "bossa nova" uma fusão a princípio desconcertante e improvável de duas correntes ou tendências atuantes no seio da música brasileira. Uma, que procura restabelecer uma linha melódica recortada, parecida com a antiga serenata romântica de nossa música popular de 40 a 50 anos atrás. A outra, que superpõe a essa melodia recortada, rebuscada à vezes, uma harmonia essencialmente cromática, riquíssima e de um poder antes nunca visto em nosso populário. É uma harmonia difícil, às vezes, para o ouvido do povo ainda não acostumado, por conter um alto teor de tensão dissonante e uma densidade sonora mais complexa do que a utilizada por Debussy ou Ravel.

É como se o povo sentisse em que direção deve marchar o progresso, a renovação dessas formas já estabelecidas por um passado musical mais ou menos contínuo e, com as

próprias mãos, sem o saber, molda através de seus autênticos representantes — os verdadeiros compositores (populares, semi-populares e eruditos) que têm realmente o que dizer — os destinos da canção brasileira. É que a Música, como tudo o mais, não pode parar historicamente. Avança, como na "bossa nova", através de uma estranha alquimia: mistura do *velho* (linha melódica recortada, à maneira de nossas antigas serestas, que imortalizaram um Xisto Bahia, um Heitor dos Prazeres ou um Ernesto Nazaré) com o *novo* (estrutura harmônica vertical cromática, mais densa do que as harmonias dos impressionistas franceses). A períodos de relativo desfazimento, como ocorreu logo após a Segunda Guerra com a excessiva influência norte-americana (veja-se a ausência de ritmo, por exemplo, em toda a produção popular dominada por Dick Farney e Lúcio Alves), impõe êsse mesmo estranho alquimismo períodos de afirmação do nacional (veja-se, na "bossa nova", uma retomada de marcação rítmica extraída ainda morna de nossas raízes culturais africanas). Situações como essas evidenciam, antes de tudo, vitalidade musical de um povo. Não admira que, neste momento, a música popular brasileira — e não somente nossa música erudita — tenha tomado conta das platéias européias. Guerra Peixe, em reportagem radiofônica recente, após classificar a chamada "bossa nova" como "a melhor coisa surgida ultimamente na música brasileira", acrescenta o seguinte comentário: "As combinações harmônicas, que até há pouco se vinham tornando cópia servil de padrões cosmopolitas, vão agora criando aspectos surpreendentes. O que resta do impressionismo francês (lembro Debussy e alguma coisa de Ravel) — harmonias que nos EE. UU. não passaram de simples adaptações exteriores — vem no Brasil adquirindo alguma personalidade. Aliás, no que tange às relações entre melodia e harmonia, convém, a título de ilustração, salientar o seguinte: depois de Gershwin, Ellington e Porter, a música popularesca norte-americana estacionou, sem que até o momento se verificasse a mais leve manifestação de renovação; antes descambou para o virtuosismo do "bebop" e para o desenvolvimento supérfluo da orquestração, no fundo simples artesanato

profissional, jamais criação autêntica. Na música bossa nova, a harmonia é modulante e parte intrínseca da composição, tornando-se um valor estético de indubitável validade. E a melodia adquire maior expressão exatamente naqueles momentos quando a harmonia (acordes) cria determinadas condições". A que se deve, fundamentalmente, semelhante vitalidade? Ao povo, sem dúvida alguma. Mas, tudo isso êle faz sem saber! Exatamente porisso é, musicalmente, alienado. Os próprios músicos e demais profissionais — professores, instrutores, arranjadores, compositores, etc. — se acham, via de regra, neste estado de inconsciência diante das correntes musicais históricas que os carregam a todos, quer queiram ou não, quer disso tenham conhecimento ou não.

De fato, não é raro presenciar-se um culto exagerado do passado. Ensina-se música, em geral, como um fenômeno eternamente envolto em mistérios insondáveis. Os grandes compositores são endeusados e suas obras, imprópriamente analisados, tornam-se amiúde pouco menos do que incompreensíveis. Teriam criado música longe do povo, divorciados do popularesco e através unicamente de uma sutilíssima inspiração que vinha misteriosamente "do alto". Ninguém se dá ao trabalho de dizer que a própria polifonia ensinava seus primeiros passos no medievo, dentro de catedrais e organizações monásticas para, logo depois, ganhar as ruas e ser arremedada pelo populacho cujos ideais musicais tão bem incorporavam os menestréis ambulantes, "troubadours" e "trouvères" que povoam tôda a produção literária da época. Nesse foco de criação popular intensa é que beberam os grandes — mas infelizmente já esquecidos — paladinos da música bizantina (séculos X a XIII, notadamente), em cuja obra se encontram muitas das constantes musicais da Idade Média que, muito mais tarde, com os impressionistas franceses, movidos pela "Scholla Cantorum", serviriam de "pistas" na busca desenfreada pelas raízes nacionalistas da criação musical francesa, espanhola, etc. Entretanto, o alheamento à realidade histórica da criação musical persiste, teimoso e cego. A inconsciência e a falta de crítica diante das verdadeiras correntes musicais históricas, do passado ou do presente, dos países estrangeiros

ou de nosso próprio país ainda dominam grande parte do público musical de nossos dias. É mal secular que atinge auditórios e músicos profissionais, indistintamente.

Observe-se, a êste respeito, como raro é o instrumentalista que parece enxergar além dos símbolos e da notação das partituras musicais, como também além das possibilidades das "máquinas sonoras" que manejam com eficiência. Falam, por exemplo, em "estudar" ou "executar" música quando, em realidade, apenas parecem reduzir seus horizontes estéticos à simples manipulação de uma máquina musical destinada a dar expressão sonora a símbolos e sinais convencionais registrados num pentagrama. Raro é o músico profissional que, às custas de sua própria reflexão, está capacitado a adotar uma posição crítica, por exemplo, diante da validade dêstes símbolos e sinais convencionais com que se registram ritmos, melodias e harmonias no papel de música. Sua grande maioria acredita nesta validade como se ela fôsse um dado "a priori" da razão. O próprio estudante de composição acredita estar, de fato, estudando Música quando, em última análise, tôda a sua atividade reduz-se a puro mimetismo inconsciente, através do qual êle aprende o manejo dito "correto" daqueles símbolos e sinais dogmáticos e muitas vêzes enigmáticos, que os instrumentalistas mais tarde traduzirão em sons. Via de regra, o estudante de composição não tem independência nenhuma, não tem autenticidade nenhuma. Obrigado a ficar voltado para o passado, perde contacto com *sua realidade* histórica e social específica, que é a de seu povo, de sua terra, e, sem poder *viver* aquêle passado porque não pode ter a mesma perspectiva que animava os grandes mestre que, agora, procura em vão imitar, entra em franca *crise* ao sabor das mais desencontradas e violentas contradições. Uma vêz em crise, só lhe resta uma alternativa: enveredar pelo curiosismo musical que se faz passar, atualmente, por "música moderna", ou música "atonal", politonal, microcromática ou simplesmente "música concreta", afundando-se num cerebralismo mais cêdo ou mais tarde fracassado. Perde-se, assim, num desfazimento musical que não encontra a menor repercussão no seio do povo, antes afugenta-o. Tanto

auditórios, intérpretes como compositores, privados de uma visão crítica que, ela somente, poderá salvá-los do "caos" musical, jamais parecem se dar conta de que, o quanto de tentativas e experiências musicais têm sido feitas no Ocidente até hoje representa apenas ínfima proporção do que, em realidade, resta por desbravar e conquistar neste imenso oceano que é a Musicologia pura e aplicada. A idéia de que, depois de Franck, Debussy e Ravel de um lado, Stravinsky e Shostakovich do outro, pouco resta por "descobrir" em Música é não somente uma noção falsa, mas reflete fundamentalmente a mentalidade de *crise musical* que se apossou do mundo europeu ocidental em pleno século XX. Referimo-nos ao chamado mundo europeu ocidental em separado por estarmos convencidos da evidência histórica que assinala indícios inegáveis de uma surpreendente vitalidade musical em certos países orientais, principalmente naqueles que realizaram a experiência socialista e, também, significativamente, naqueles países subdesenvolvidos onde a influência africana tem sido fator determinante de formação de cultura, como é o caso particular dos países centro e sul-americanos. Ora, crise musical — isto é, crise de criação musical em todos os níveis: popular, semi-popular e erudito — pois bem, crise musical parece ser um, dentre os diversos aspectos da crise maior que tem abalado ultimamente o mundo ocidental. Mas nem por isso vem a ser crise musical mundial, em sua totalidade. A exceções são, felizmente, inúmeras e bastante refrescantes.

Não seria nenhum exagêro afirmar ser a Musicologia a solução natural para o problema de crise que envolve o Ocidente musical como um todo. Ela já o é, em países ocidentais de colonização européia — em que esta crise não é *real*, historicamente, mas *importada* — e onde o compositor *faz* análise musicológica, consciente ou inconscientemente, tanto para poder sobreviver como para ter o que dizer. Liga-se, assim, o compositor, através de um compartimento da Etnologia, ao complexo antropológico que o sustenta, bebendo diretamente na fonte. Sua obra tem razão de ser, tem futuro, tem significação e, o que é mais importante, encontra sua plenitude no outro polo da criação estética, isto é, no povo, nos ouvintes, nos auditórios. Daí o

tremendo poder da onda nacionalista musical que invadiu a Europa a partir de seus dois focos mais poderosos — a França e a Rússia — e fazendo com que os músicos de países subdesenvolvidos se voltassem criticamente para suas verdadeiras raízes culturais, no seio da massa popular. De fato, nacionalismo como atitude de fora para dentro, de cima para baixo, sem raízes concretas no seio do povo, dos destinos históricos desse povo, nacionalismo como simples maneira de buscar originalidade e exacerbar ainda mais um individualismo doentio inimigo do que pertence, de direito, a todos, como é a música, como são as danças, os folguedos e demais manifestações típicas do homem em sociedade, pois bem, tal "nacionalismo" nada mais poderá representar do que ridículo amadorismo saudosista, condenado ao esquecimento.

Em outras palavras: é preciso orientar a quantos fazem da Música objeto de seus interesses no sentido de uma crescente valorização de seu aspecto mais científico, única maneira racional de se contornar a crise que, de qualquer maneira, já aí está há mais de meio século. Que a atividade estética legítima exige inspiração, gênio, talento, eis o que não se poderá jamais negar. Mas inspiração, gênio e talento não deviam bastar para inibir um estudo racional, sistemático e conseqüente do fenômeno musical em seus mais variados aspectos, inclusive sob a forma de interpretação e criação. Inspiração é algo difícil de controlar e muito mais difícil de definir. É qualquer coisa imprecisa, imprevisível e, até mesmo, misteriosa. Mas, perguntamos: por causa disso haveremos de abandonar toda a pesquisa estética, toda a elaboração científica e filosófica a respeito de uma atividade que a envolve e subentende em alto grau, e cuja fertilidade para o progresso do conhecimento humano *do Homem* já foi demonstrada além de qualquer dúvida? Claro que não. Os fenômenos psicológicos não são menos indefiníveis, imprecisos, imprevisíveis e misteriosos, mas nem por isso deixa de haver uma ciência particular, especializadíssima e importantíssima — a Psicologia — dedicada ao seu estudo.

Concluamos, então. Se a Música admite, de fato, aquelas duas raízes, isto é, se é ao mesmo tempo Arte e Ciência; se a Musicologia

logia, como reflexão ao mesmo tempo filosófica (estética) e científica (particular) diante do fenômeno musical é não apenas válida mas já se tem constituído em importantíssimo setor da pesquisa etnológica; se o nosso contexto histórico e social como país subdesenvolvido, de colonização européia e profunda miscigenação racial mormente com o elemento negro africano, envolve, sustém e dá vida a uma manifestação musical dinâmica, contínua, sempre se renovando ao mesmo tempo que o nosso povo mais se afirma como povo e como nação, pois bem, tudo isto posto, a quem mais caberia a responsabilidade de coordenar todo êste conjunto a fim de não somente analisá-lo e interpretá-lo mas também resolvê-lo e colocá-lo ao serviço consciente de nossa realidade, senão à Universalidade brasileira? Justifica-se amplamente, portanto, o título dêste artigo, uma vez que não somente ressalta clara a oportunidade da inclusão dos estudos de Musicologia nos currículos universitários, como também evidencia-se a urgência de que a Universidade brasileira, tornando-se cada vez mais autêntica, ataque problemas novíssimos e de caráter eminentemente nativo, no seu esforço de emprestar sentido às mais

diversas manifestações da realidade social a que deve, antes de tudo, servir.

Referimo-nos, mais de uma vez, ao "tabu" diante da raiz científica da Música, ou seja da Musicologia, e também ao alheamento de nosso público musical face aos problemas que o desenvolvimento de um povo como o nosso suscita nos mais variados setores da atividade humana, em especial no setor da criação musical. Fomos mais longe até, ao incluímos no imenso rol dos alienados sócio-culturais músicos profissionais, professores, instrutores, orquestradores e compositores. Não cremos que tenhamos exagerado as coisas. A alienação existe, profunda, perigosa, anestesiante, inimiga de todo progresso e de toda a renovação. Pois bem, resta-nos apontar o que, após já boa parcela de estudos e observações nestes e em outros países, se nos afigura como solução para a erradicação total daquele "tabu" e daquela alienação. É a Universidade brasileira que — ela somente — poderia re-integrar o homem em toda a plenitude de si mesmo, em toda a plenitude de sua própria vida, através de sua re-educação crítica e de sua situação em uma realidade cuja reformulação partiu precisamente de si mesma.

RÉSUMÉ

La musique, considérée d'un point de vue strictement philosophique, se présente comme ayant une double racine, étant donc une science et un art. La musicologie est exactement cette racine scientifique de la musique, quelque chose de généralement inconnu du grand public. Il arrive ainsi parce que la musique comme science a été longtemps regardée comme une espèce de "tabou". L'esthétique, qui semble s'être arrêtée au stade où elle était arrivée au XVII^e siècle, n'ayant pas suivi le développement contagieux et la spécialisation de toutes les autres sciences (spécialement les sciences de l'homme), peut être actuellement rafraîchie, et l'est en effet, par les études musicologiques réalisées par plusieurs centres universitaires dans le monde entier. La raison pour laquelle la musicologie peut remplir ce rôle, et elle est déjà en train de le remplir, est que son champ de recherche est extrêmement large, englobant pratiquement tous les arts et les sciences. Mais ce "tabou" ne semble pas être un fait isolé, étant plutôt un aspect de l'aliénation culturelle de ce même public. Partout, au même temps que le public donne des signes très définis de cette "aliénation musicale", il contribue inconsciemment mais concrètement au processus de "dé-aliénation" de la culture, qui a été entrepris dernièrement par plusieurs pays sous-développés dans le monde. Cela arrive apparemment moyen-

nant l'évolution de la musique populaire et folklorique. C'est le cas, par exemple, de la musique soi-disant "bossa nova" aujourd'hui au Brésil. "Bossa nova" est considérée comme un signe très défini de vitalité dans la création musicale au Brésil. Cette vitalité jaillit spontanément du peuple, aliénée ou non, mais elle est un défi pour les systèmes pédagogiques, il y a longtemps établis et jusqu'à nos jours maintenus, ici et dans la plupart des universités latino-américaines. Des systèmes qui semblent être en grande partie étrangers aux nouveaux problèmes et situations nés, naturellement de notre développement. Ici apparaît précisément une des opportunités et des responsabilités les plus urgentes de l'Université brésilienne ne soit pas en retard ou isolée des activités artistiques populaires. Pour beaucoup de pays sous-développés, avec une grande influence culturelle africaine, ce défi n'est seulement un problème qui se présente évident à qui est engagé dans la bataille du développement et du progrès de sa nation, mais il est aussi une répercussion de la crise musicale du monde occidental au siècle présent. Ayant une immense vitalité et une source pratiquement intarissable de matériel et d'idées nouvelles, dans un folklore vivant et dans un art populaire dynamique, la musique de ces pays ne peut pas accepter ou faire sienne cette cri-

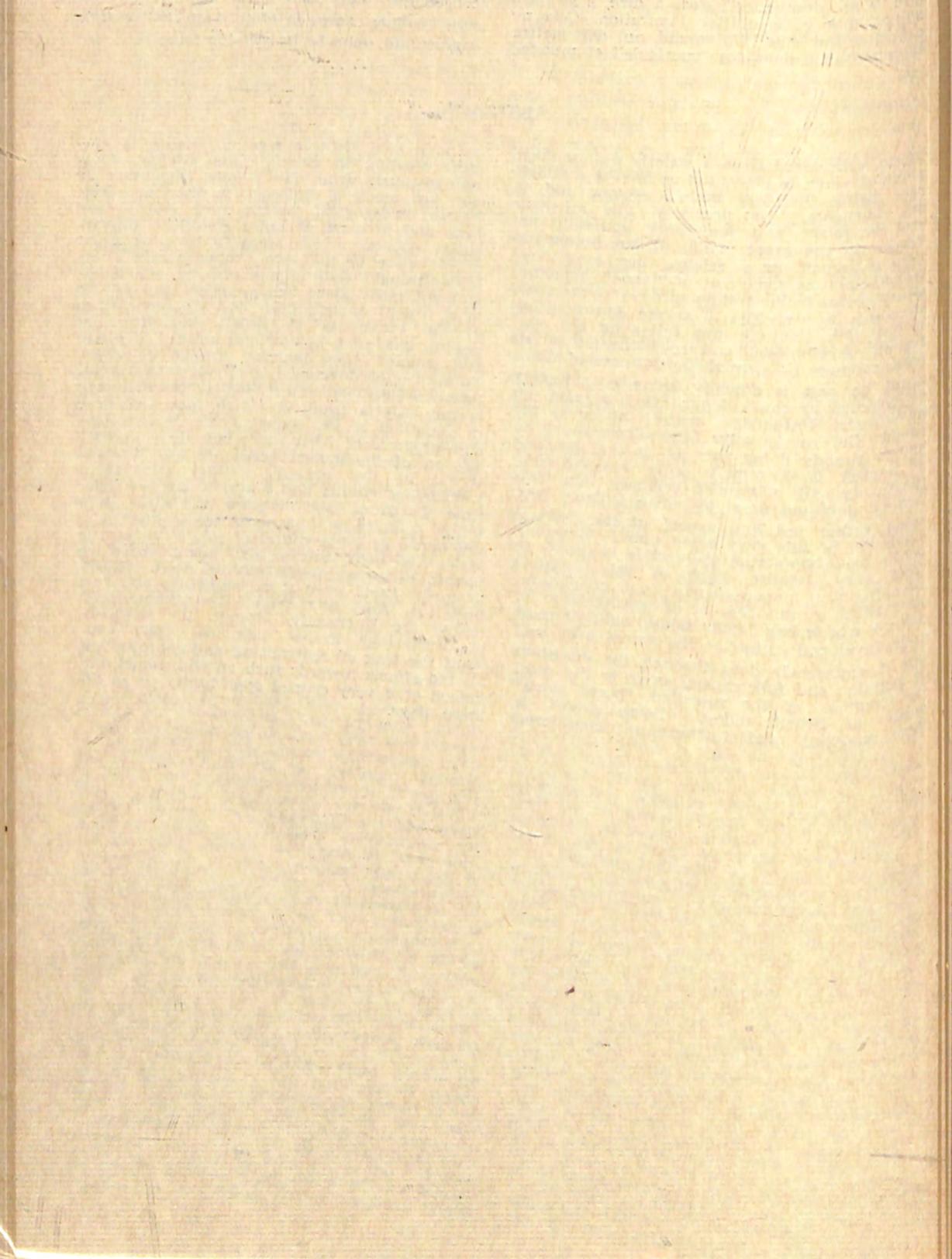
se. Elle est dorénavant forcée, pour ainsi dire, à se "désaliéner", c'est à dire, à se faire authentique et à quitter l'imitation. Cela ne peut être fait sans l'Université, qui doit mettre la musicologie dans ses "curricula" et prendre

à sa charge la tâche de centraliser et de coordonner tous les efforts dans ce but, ce sera quelque chose, en effet, d'une très grande opportunité pour le Brésil, ces jours-ci.

ABSTRACT

Music, considered from a strictly philosophical point of view, is presented as having a double root, being therefore both a science and an art. Musicology is precisely this scientific root of music and something generally not known to the great public. It has become so because music as a science has long been looked upon as some sort of "taboo". Esthetics, which seems to have stopped dead at the stage at which it was from Classical Antiquity up to the 16th Century, not following the contagious development and specialization of all other sciences (in special the Sciences of Man), could be and is actually being considerably refreshed by musicological studies taken up by several University centers all over the world. The reason why Musicology could do and is already doing this job is that its field of inquiry is extremely wide, encompassing practically all arts and sciences. But this "taboo" does not seem to be an isolated fact, being rather but one aspect of the cultural alienation of this very same public. However, at the same time that the public is shown to yield very definite signs of this "musical alienation", it unconsciously (but concretely) contributes to the process of desalienation of culture which has lately taken hold of most underdeveloped countries the world over, and this it apparently does through the evolution of popular and folk music, as it is the case, for example, of the so-called "bossa nova" music in Brazil today. "Bossa nova" is then analysed and furthermore considered

to be a very definite sign of vitality in musical creation in Brazil. This vitality stems spontaneously from the people, alienation or not, but meets a challenge in the long established pedagogical systems now still in use here and in most of Latin American universities, systems which seem to be to a great extent alien to the new problems and situations brought naturally about by our development push. Here lies precisely one of the most urgent opportunities and responsibilities of the University in Brazil, lest Brazilian erudite music lag behind and get out of phase and isolated from popular artistic activities. To most underdeveloped countries with a great deal of African cultural influence, this challenge is not only a problem which faces whoever is committed to the cause of the development and progress of his nation, but also a repercussion of the musical crisis of the Western World in the present century. Having a tremendous vitality and a practically inexhaustible source of new material and ideas in a living folklore and a dynamic popular art, the music of these countries cannot accept or make its own this crisis, being therefore forced, so to say, to desalienate itself, that is, to make itself ever more authentic and less imitative. And this cannot be accomplished unless the University, through the inclusion of Musicology in its curricula, takes onto itself the task of centralizing and coordinating all the efforts towards such an end, something indeed of a very crucial opportunity to Brazil these days.



ESTUDOS

RESENHAS

LUIZ COSTA LIMA

TERCEIRA FEIRA :

SEU SENTIDO BÁSICO

SÔBRE UM ESPAÇO em negro avança, do centro para a superfície, forma luminosa que projetada em cruz, preenche o negro anterior com geometrias iluminadas, as quais se enrarecem à medida que se afastam, do centro (ôlho) focal.

A capa da *Terceira feira* é mais do que um acessório da composição gráfica. É a interpretação plástica da obra, cujo texto começa assim desde a capa. De tal forma adequadas obra e ilustração que esta nos faz antever o que adiante anunciará o poeta:

Ela aprendeu que o lado claro
das coisas é o anverso
e por isso as disseca:
para ler textos mais corretos.

(O Sim contra o Sim)

A *Terceira feira* cobre a obra praticamente inédita (para o leitor brasileiro e não amigo pessoal do autor) de João Cabral de Melo Neto. Se, de fato, êsse ineditismo é exclusivo de *Serial*, na verdade, porém, para a maioria dos leitores, êle se estende a *Dois Paramentos*, que tivera uma pequena tiragem em edição particular do autor (Madrid, 1961) e a *Quaderna*, cuja edição comercial portuguesa raramente chegou ao Brasil.

Apesar de *Dois Paramentos* incorporar-se a uma linha diversa das duas obras restantes, pela sua aproximação maior com o poema narrado, o rimance popular, guardam às três entre si uma íntima coerência, que também é, fundamentalmente, perdida se as

comparamos com a produção anterior do poeta. João Cabral vem mantendo uma tão profunda coerência na expressão de sua experiência poética que o seu sentido radical não só é uno, como vem escapando aos seus melhores intérpretes (1). Estes falham por não notarem o caráter de redução fenomenológica empreendida por via poética pelo autor pernambucano.

Não importa que João Cabral tenha ou não lido os filósofos da corrente, sido ou não influenciado por êles, como tampouco é de se concluir que êle faça poesia "filosófica".

Isso tudo é o menos decisivo, quando nada porque as já sabidas influências de Le Corbusier e da tradição poética espanhola, a lição sôbre a matéria do primeiro, a densidade de realidade concreta na segunda, lhe podem ter servido de correlativos.

Para a melhor compreensão do que pretendo ser o traço essencial da sua poesia, comparemo-la, inicialmente, sob o ponto de vista da expressão da natureza, com a de outros dois grandes poetas em língua portuguesa.

Em Camões, a natureza se reveste, como já foi notado, de um caráter de idealização. A essa idealização não fogem passagens às mais realistas em sua aparência, como a da *Ilha dos Amores* ou a de certas éclogas. O seu extravasamento erótico é ainda uma compensação ideal.

Já em Pessoa, a natureza acolhe outro caráter. Ela é uma natureza falhada. Entre a falha real e a compensação do sonho

cumpre-se sua obra, da qual D. Sebastião, mais do que uma figura, é um mito em epígrafe:

Que voz vem no som das ondas
Que não é a voz do mar?
É a voz de alguém que nos fala,
Mas que, se escutamos, cala,
Por ter havido escutar. (2)

Sigamos. Em correspondência à expressão da natureza idealizada, em Camões denuncia-se uma experiência de nostalgia do mundo. Do complexo que é cada expressão individual pode-se extrair uma experiência humana que lhe foi básica. Em Camões, essa experiência fundamental parece haver sido a da nostalgia que mais do que outras importantes, como a de um catolicismo platonizante, determinou o caráter idealizado da sua natureza.

Em Pessoa, em correspondência à expressão da natureza falhada é a angústia do mundo o que se flagra.

Nestes dois criadores, portanto, visão idealizada da natureza e sentimento de nostalgia pelo mundo; visão da natureza como falhada e sentimento de angústia existencial.

Sem dar nome próprio à experiência camoniana, creio que não caiba mal, a propósito de Fernando Pessoa, falar-se em uma experiência poética de índole existencial.

Sirvam-nos estas comparações para realçar a diferença de João Cabral. Na sua expressão da natureza, não a temos nem idealizada, nem sentida como falhada. Isto essencialmente em virtude da diferença de emotividade que a sua obra flagra. Defronte do mundo, imerso nêle, nem nostalgia, nem angústia. O poeta emprega a sua emotividade em outra direção e, em vez de usar a emoção como forma de receber o mundo, dirige a emoção até o mundo para então mostrá-lo na sua incandescência de realidade penetrada pela presença do homem. Dêste modo, não é o objeto (que pode ser desde uma coisa como um ovo de galinha, um alpendre no canavial, uma fruta nordestina ou uma pessoa como a bailadora andaluza) que é absorvido na subjetividade do poeta, mas as emoções por êle provocadas que convergem para êle, objeto, até mostrá-lo na sua qualidade de natureza humanamente olhada.

As emoções são postas entre parêntesis enquanto pessoais e dêste parêntesis só saem

para que melhor clarifiquem a presença dos objetos do seu mundo. É desta maneira que, em tôda a *Terceira feira* não conseguimos localizar a raiva ou o amor, a impaciência, a exasperação ou a alegria enquanto sentimentos pessoais ao poeta. Não é que tenhamos abandonado o campo da poesia — da “emotion recollected in tranquility” — e ingressado no campo da imparcialidade científica (e exatamente em época em que os cientistas descobrem a importância da posição do observador em face ao fenômeno observado). É por isso que acima falava em convergência das emoções para os objetos que as suscitaram e não em trituração ou neutralização das emoções. Por assim dizer, no momento da criação o poeta se reveste de um extremo pudor de falar de si próprio, conduz a sua emocionalidade para os objetos que o tocaram e, sem deixar de vê-los como objetos, mostra-os mais verazmente: na sua qualidade de objetos que participaram de uma experiência humana. Não se trata de uma antropomorfização dos objetos, idealizando-os, mostrando-os como membros de um fracasso total, etc. etc. Eles são mostrados na sua conjunção com o humano. Transformados pelo humano. Eles que conviveram com sentimentos humanos, êles se convertem em fenômenos humanos.

Estamos, sem dúvida, diante de uma experiência poética arriscada e, ao mesmo tempo, extremamente fértil e nova. Aquilo que nas primeiras obras de João Cabral foi acusado de segura, isenção, extremada intelectualização (a vacuidade dos críticos brasileiros era então maior que a atual, não se negue, no entanto, que o poeta ainda não havia alcançado o domínio expressional de (e mais do que conseguia) o poeta: a expressão de uma experiência de redução fenomenológica da existência.

Entre Fernando Pessoa e João Cabral de Melo Neto estamos entre duas expressões antagonicas. Pessoa se divide em heterônimos para dizer-se em diversas vozes. Casais Monteiro chegou a compará-lo com um prosador que se inventasse em diversos personagens (3). Malgrado o seu processo de prosa, Pessoa continuou um poeta porque, se inventou personagens, foi para não deixar em si nada que não fôsse dito. Estamos com êle no ápice de uma experiência existencial.

João Cabral, ao contrário, impõe a sua tôda emocionalidade ao objeto, para então melhor revelá-lo em sua realidade de objeto-enquanto-tocado-pelo-homem. Não é bem realidade de objetivo humanizado, mas de um que é tocado e permanece, que é visto enquanto tocado permanece. Estamos no ápice de uma experiência fenomenológica.

De tal maneira esta é a experiência básica do poeta que se torna difícil dizer qual o poema em que mais claramente ela transpareça. Sem poder melhor analisá-lo, creio, porém, que o leitor encontrará uma adequação imediata com o que escrevemos no poema *De um avião*. Nêle, a paisagem cada vez mais se rarefaz, até que dêste processo de depuração apenas reste o que é de irreduzível à presença de uma paisagem: a lembrança do homem, do que é o núcleo do seu núcleo. Compare-se o processo com o semelhante de redução da faca à sua lâmina, centralmente (embora não apenas aí) em *Uma Faca só Lâmina*.

Se a experiência básica de João Cabral, a sua poética fenomenológica, não é idêntica a de qualquer poeta, mas até a êle exclusiva em língua portuguesa, tampouco é apenas uma experiência a mais, sem outras consequência, como estará resmungando um utilitarista ou um esteticista (e que será o esteticista se não uma espécie refinada de utilitarista?) Nunca uma realização estética é sem consequência, porque ela significa um ponto de apoio para a visualização (o que vale dizer, para o entendimento) da condição humana, em certo estágio histórico seu, temporal e especialmente datados. Nenhuma grande obra deixa de conter uma carga ética, porque a beleza é uma forma de responsabilidade. Se o artista não é responsável pelo que vê, no entanto o é pelo que faz ver e, conseqüentemente, pelo que deixa de fazer ver.

Como grande poeta, João Cabral, por sua obra, conduz a esta visualização responsável. Ele não faz poesia social, porém mesmo por exigência da visão estética da realidade, êle mostra males que entravam a vida humanizada de certa criatura precisa: a nordestina brasileira. Se êle tem, dêste modo, que afastar chavões, não é por afã de novidade ou porque aquela figura já estivesse, como se diz, gasta, mas simplesmente porque é falsa e fere

a própria veracidade estética da obra. Típico exemplo é a recusa de aceitar a figura tradicional do Semeador, mentirosa dentro de uma visualização nordestina:

O homem que vai jogando
os rebolos de cana
nada é do Semeador
que se sonetizou.

É o seu menos um gesto
de amor que de comércio;
e a cana, como a joga,

(*A Cana dos Outros*)

A arte é uma forma da verdade.

Através desta preocupação mental com o Nordeste, João Cabral ocupa-o poeticamente. Para tanto, êle teve de encontrar de início uma solução lingüística adequada. Para tentar a criação não basta conhecer o seu Dante ou o seu Mallarmé.

Acompanhando-se as datas de seus livros, podem-se deparar os titubeios do autor. Quando em 1953, publica *O Rio*, o poeta passava a adotar uma forma de desenvolvimento que por certo chocaria ao leitor de *Pedra de Sono* e, em menor escala, de *O Cão sem Pluma*. Mesmo tendo em conta a modificação que começa a se operar dentro de *O Engenheiro* — mais precisamente, a partir do poema dêste título em que o mundo solar começa a substituir, de um lado, a preocupação com as sombras, de outro, o clima sugerente da tradição simbolista e em que o mundo concreto a ganhar correlatamente terreno sôbre o onírico da tradição surrealista — *O Rio* e *Morte e Vida Severina* apareceriam como obras desviadas. Esta, porém, foi uma tensão fértil para o autor. Se *Uma Faca só Lâmina* ainda parece increver-se nesta etapa dilemática, significando a busca de uma solução estilística por um lado mais lírico que narrativo, em *Paisagens com Figuras*, João Cabral começa a alcançar a fuga das duas estratégias expressivas: afastamento de uma rarefação lírica extremada, que era a dos seus primeiros poemas e incorporação de uma nomeação direta a coisa e pessoas, processo mais ligado à linha da prosa. (Não por acaso que *Pedra do Sono* trazia epígrafe de Mallarmé e *O Rio* de um poeta quase anti-lírico, como Berceo). *Paisagens com Figuras* partilha, em um grau mais ele-

vado de realização, da luta pela recuperação da realidade começada em *O Engenheiro*. De todo o modo, porém, a maneira mais honesta de designar esta produção, em sua totalidade, era a de apontar para o caráter de dois cursos que dirigiam diversamente as suas águas. Daí o título *Dois Águas* da coletânea anterior.

Encontrada a fusão estilística, a obra mais recente de João Cabral evita aquela dispersão de águas. Ele abre o seu curso definitivo, em um tratamento que traz muito da narrativa da prosa — basta reler *Dois Parlamentos* e os quatro poemas de “Claros Varones” — que evita a pura depuração lírica, apesar de que seja lírico o seu tom dominante e, desta forma, permite a introdução de uma mais larga margem de realidade no verso. Completava-se a conquista estética do Nordeste:

Falo sòmente com o que falo
com as mesmas vinte palavras
girando ao redor do sol
que as limpa do que não é faca:

Falo sòmente do que falo:
do sêco e de suas paisagens,
Nordestes, debaixo de um sol
alí do mais quente vinagre

(Graciliano Ramos)

E da poesia de João Cabral de Melo Neto podia-se traçar uma visão do Nordeste. É bem verdade que seria parcial tratar-se apenas desta constante. Assinalemos, de passagem, que o seu leitor não deve estar desapercebido do crescimento do tema amoroso que, difuso e débil, em sua obra inicial (de que é exemplo “A Bailarina” de *O Engenheiro*) se adensa a partir de *Quaderna*. Desta constante, agora firmada, pode-se compreender melhor o sentido da sua poética. Note-se a quarta composição sobre o tema “Escrito com o Corpo”. Aonde a um poeta ligado à atitude tradicional, por exemplo Vinícius de Moraes, caberia uma expressão de saudade ou um seu correlato, é ela substituída por uma expressão que, visual, aplica, ao mesmo tempo, o pudor de confissões

do autor e o seu ideal de conversão dos objetos ao seu núcleo irredutível:

Pois nessa lembrança é que ela,
ao menos gesto, se incorpora;
na presença, coisa, volume,
imediate ao corpo, sólida,

e que ora é volume maciço,
entre os braços, nêles envolta,
e que ora é volume vazio,
que envolve o corpo, ou a acoita

como o de uma coisa maciça
que ao mesmo tempo fôsse ôca,
que o corpo tece, onde já estêve,
e onde ter e estar igual fôra.

A presença do ausente suscitada pela lembrança, problemática conhecida pelos poetas do amor, recebe aqui um tratamento que inova a tradição estabelecida desde Petrarca. E por essa diferença pode-se ainda melhor entender a importância da experiência de João Cabral e, o que parecerá estranho, o seu caráter anti-intelectualístico. Acontece que toda essa poética em busca da simplicidade do exato, esta expressão de objetos nuamente incandescidos pela presença do homem que os tocou, está ligada a um esforço hoje empreendido pela comunidade regional e nacional a que o poeta pertence. Essencialmente, o Brasil é hoje a busca de conquistar-se a si próprio.

Pois bem, este poeta aparentemente intelectualista e distanciado converte a sua procura da poesia em uma busca de conquista estética da sua realidade. E, se nos lembramos que, afinal, o caminho fenomenológico e o entendimento do fenômeno da alienação partem do mesmo Hegel (não importa a diversidade de sentido que o conceito de alienação receberia posteriormente), chegaremos à conclusão de que o poeta pernambucano — possivelmente sem o saber — trilhou o caminho mais limpo e próprio para uma poética desalienante. Isso poderemos notar analisando o que é matéria fundamental no seu verso: a presença do nordeste.

Ele aí está com a sua secura que faz a terra do sertão chupar sequiosa a chuva escassa, como se chupasse mesmo uma fêmea (quarto poema de “Chuvas”, em *Serial*);

secura que contamina seu homem, esguio na sua miséria de cassaco, repleto apenas enquanto explorado, pelo comendador ("Velório de um Comendador", em *Serial*), pelas retóricas parlamentares que, do norte ou do sul, neste ponto se assemelham (*Dois Paramentos*). Visão do Nordeste que continua a seguir o poeta pelas margens do Mediterrâneo (Poemas(s) da Cabra) e até mesmo quando êle trata de temas em outras mãos apenas líricos, como o tema do tempo. Em João Cabral, o tempo é percebido através da paisagem do nordeste, em elemento seu, concreto: de um alpendre sôbre o canavial. É assim que João Cabral desmente os preconceitos criados contra o artista e, na verdade, principalmente por culpa sua própria. Sem falsos didatismos, êle mostra o que é a existência humana em uma precisa área e de sua arte propaga-se uma carga ética de responsabilidade. Por porta transversa, João Cabral nos desmente a cegueira dos que nos querem impingir a beleza como algo de intocável, alcançado por via da abstração, onde então residiria um eterno homem universal (e o Fausto, dizem, poderia tanto ser criado por Homero, por Sófocles ou por Boccaccio e

seria sempre o mesmo porque o homem é sempre o mesmo e o Fausto é o homem...).

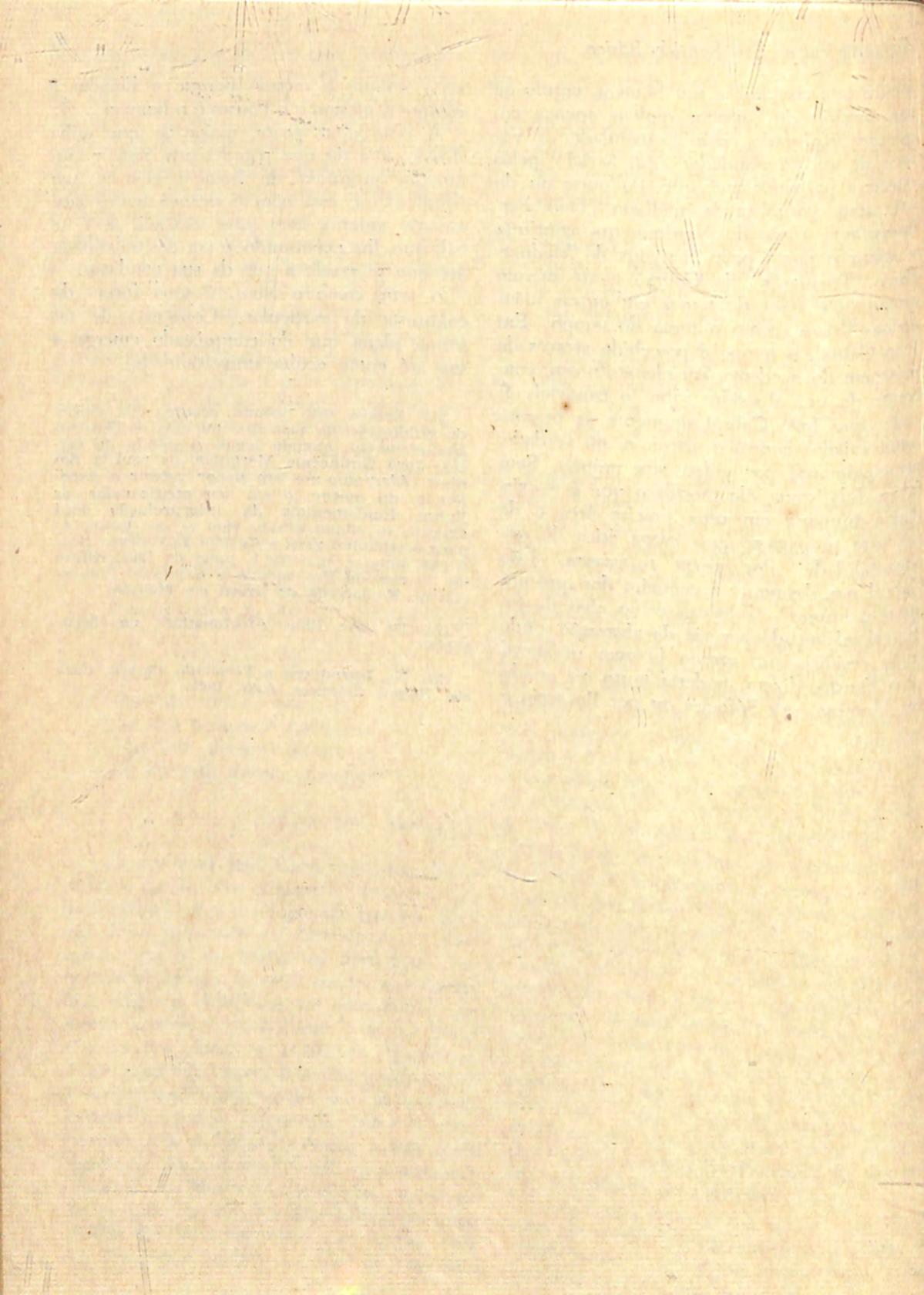
A lição dêste poeta, maior do que saiba dizê-lo, é a de que não há arte sem a vinculação profunda do homem com a sua condição. E esta não se alcança sem a vinculação anterior com uma marcada área local, que, lhe penetrando, é por êle trabalhada até que se revele a raiz da sua condição.

A arte, como o amor, é uma forma de conquista do particular. Conquista de tal forma plena que do conquistado emerge a sua até então oculta universalidade.

(1) Estava êste estudo pronto, em espera da publicação do primeiro número de *Estudos Universitários*, quando lemos o estudo do crítico José Guilherme Merquior, na revista *Senhor*. Alegramo-nos em poder referir a excelência do mesmo e em ver confirmadas as linhas fundamentais da interpretação aqui exposta (o citado estudo vem de ser traduzido para o espanhol para a *Revista de Cultura Brasileira*, tomo 1, número 1, junio de 1962, edição do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial da Embaixada do Brasil em Madrid).

(2) De "As Ilhas Afortunadas", em *Mensagem*.

(3) Na Introdução a *Fernando Pessoa, Poesia, Nossos Clássicos*, Agir, 1947.



GADIEL PERRUCCI

UMA EUROPA

NOVA

DA EUROPA POSTERIOR A 1945, tem-se escrito e falado bastante; não somente historiadores, mas economistas, sociólogos e filósofos. Da completa exaustão decretada pelas tropas que tanto lhe vasculharam os caminhos e a alma, ficava ao jovem que ouvia notícias de guerra com vivo interesse a impressão de que a vida civilizada somente poderia ser continuada em outras partes do mundo que não a européia. Assistíamos, então, a invasão americana aos costumes do homem brasileiro, quando a Europa, convalescente, recolhia-se tímidamente aos seus museus e a seus planos de reconstrução, falando-se pouco, ainda, de assuntos africanos e asiáticos.

Da Europa e de sua ruína falava, em 1949, Ortega y Gasset em sua *De Europa Meditatio Quaedam*. De uma Europa novamente decaída, compadecia-se Ortega dizendo aos alemães do após-guerra: "Las ruinas forman parte de la íntima economía de la historia. Las ruinas son ciertamente terribles para los arruinados, pero más terribles sería que la historia no fuese capaz de ruinas. Sentimos como una pesadilla la imaginación de que todas las construcciones del pretérito se hubiesen conservado. No tendríamos lugar donde poner nuestros pies".

O fato, quase surpreendente, é que Ortega, como em muitas outras coisas, era, então, profético. Os europeus estão construindo lugares "adonde poner sus pies" e, mais ainda, "adonde poner sus almas". E o que é importante, a Europa deixa de ser um conglomerado de países rivais e começa a ser

potência orgânicamente realizada. Pela primeira vez, ao que parece, os europeus modernos encaram as possibilidades de existência de uma Europa e não de várias Europas, ou de uma Europa supra-nacionalmente construída, agora em pleno processo de ressurreição.

Não mais de ruína, mas de ressurreição é que surge agora, quase 20 anos depois da Grande Guerra, um novo livro de Europa. São as "meditaciones" de um brasileiro, intelectualmente um dos mais completos de nossos escritores, sempre amante das coisas européias, mas sempre preocupado com os nossos problemas continentais, pois, é de confissão patriota do Trópico e não apenas do Brasil.

O recente livro de Gilberto Freyre (*Sugestões de um novo Contacto com as Universidades Europeias* — Imprensa Universitária — Recife, 1961) apresenta-nos quatro conferências sobre Europa e mais uma sobre o Infante Dom Henrique, afora apêndices sumamente interessantes sobre "Uma Universidade Européia Supranacional", "O Novo Programa do Partido Social-Democrático da Alemanha", "Refugiados da Alemanha Oriental na Alemanha Ocidental: Predominância entre Jovens e Intelectuais" e "Atualidade do Infante Dom Henrique".

Da primeira conferência tentaremos mostrar o novo pensamento de Gilberto Freyre sobre a Europa.

Convencionais, Gilberto Freyre destaca o novo pensamento sociológico europeu, no sentido de unir-se a Sociologia européia, excessivamente teórica, abstrata, especulativa, ao tipo de estudos sociológicos desenvolvido pelos anglo-americanos tendentes para o empiricismo ou para uma ciência aplicada ou experimental. Movimento de unificação e não de subordinação de tendências sociológicas, superando dessa forma ISMOS convencionais, como o "teorismo" ou o "empiricismo", passando-se a fazer Sociologia ortodoxa e depurada. Unificação, de resto, já prevista pelo próprio autor de *Sobrados e Mucambos* que, no Brasil, vem utilizando processos de investigação quase que de sua própria invenção — invenção como construção metodológica quanto ao social, semelhante à invenção que se poderia dizer de uma obra poética — aplicando em suas pesquisas os aspectos teóricos e empiristas da Sociologia, em obras orgânicamente composta. Uma Sociologia, para Gilberto Freyre, híbrida ou anfíbia ou ainda tríplice: científica, aplicada e filosófica.

É, aliás, o mesmo fenômeno que se reflete no campo do Direito, especialmente na Alemanha, de onde provêm as mais sutis e extraordinárias teorias jurídicas, mas que, ao senso comum, pareciam tão divorciadas e desviadas da realidade social. De uma Sociologia jurídica e, também, Filosófica, preocupada com a investigação dos valores subjacentes ao Direito e intimamente influenciadores da ordem social, vêm se aproximando os estudiosos alemães de hoje. Estudos, ainda, teimosamente desdenhados pela quase totalidade de nossas Escolas de Direito, quando o Brasil é um dos países que mais apresenta características de mudança social e de evolução cultural.

Na Europa, em especial na Alemanha, após as duas guerras mundiais, surgiram inúmeros problemas causados pelos conflitos e pela mudança dos valores que não estavam previstos pelas legislações mas que, irretorquivelmente existentes, precisavam sofrer tratamentos jurídicos e sociais, como por exemplo, o caso de coexistência das minorias étnicas, os exotismos aparecidos na Europa trazidos por influências estrangeiras, ou ainda, para citar um dos mais famosos problemas sócio-jurídicos do mundo moderno, o chamado "abôrto sentimental", discutido exaustivamen-

te tanto por juristas como por sociólogos e psicólogos.

Da importância do problema, decorre o interesse de europeus por trabalhos que, em sociedade ainda em formação como a brasileira, realizara Gilberto Freyre sobre uma reinterpretação sócio-filosófica dos valores.

Necessitando de uma nova concepção do Direito — em especial, o Direito constitucional — destaca Gilberto Freyre, é que a República Federal Alemã vem construindo um sistema que a resguarde da desintegração desenvolvida entre os alemães sob o impacto das duas maiores influências sofridas pela Europa, ou seja, o capitalismo e o comunismo, ISMOS arcaicos, para o autor, e melhor interpretados como influências anglo-americanizantes e eslavizantes. Superação de ISMOS que se realizaria ainda na profunda penetração da filosofia de Martin Heidegger, mais do que outras filosofias modernas, na Arte, Teologia, Pedagogia, etc., um quase "imperialismo" heideggeriano no pensamento alemão, conseguindo êsse tipo de Existencialismo aproximar os diversos ISMOS, superados e convencionais, "concorrendo, por conseguinte, para aquela superação de ISMOS convencionais através de uma interpenetração criadora, fecundada e dinâmica". É não somente Heidegger, mas Gabriel Marcel, que, para Gilberto Freyre, ao contrário de Sartre, vem influenciando grandemente o pensamento alemão atual.

ISMOS convencionais, ainda, em vias de superação face ao forte contingente de refugiados da Alemanha Oriental que, desiludidos pelo sistema eslavo de governo, passam para o Ocidente carregando consigo elementos válidos de organização estatal que confrontam ao dilatado espírito de competição ocidental. Tais sistemas, contrários por si mesmos, contudo, estão, sugere Gilberto Freyre, se interpenetrando e superando os convencionais e arcaicos comunismo e capitalismo. Essa interpretação de contrários aparentemente inconciliáveis representaria uma das mais inesperadas contribuições do gênio germânico à marcha da humanidade, porque criadora de novos rumos e de novos estímulos.

Assim, não aconteceria apenas o que a imprensa diária notícia, isto é, a fuga de alemães da parte eslavizante para a anglo-americanizante, mas, antes, que dos dois lados a fuga existe. Se do lado oriental pulam para a liber-

dade, principalmente jovens e intelectuais, da parte ocidental jovens e intelectuais estão tentando salto mais audacioso, ou seja, a fuga pacífica e culturalizante de um sistema de vida social para nova lógica existencial representada por um sistema híbrido construído do que seja válido no capitalismo e no comunismo ou socialismo de tipo eslavo. A insatisfação entre os jovens das duas Alemanhas provocadas por ISMOS convencionais pode parecer apenas um dos momentos de rebeldia por que passa a juventude de todos os países que, no aspecto existencial, se debate entre duas fortes ideologias que têm tentado apenas solucionar as coordenadas materiais da vida. Vale lembrar, ainda, que cêdo, se seguirmos o texto da conferência, a tentativa de formação de uma civilização cristocêntrica que, se estendida a todos os aspectos da vida, contribuiria não somente para a definitiva superação dos ISMOS convencionais, como seria capaz de abrir, com todos os modernos recursos da técnica e da ciência, novas perspectivas para a humanidade. É a contribuição, de resto, que se esperaria da civilização brasileira, ou para usar a terminologia de Gilberto Freyre, de uma civilização do tipo lusotropical, ou, mais largamente, hispano-tropical.

Ainda sobre a Alemanha, destaca Gilberto Freyre a injustiça de se atribuir à influência ianque a extrema comercialização reinante na Alemanha Ocidental, abrandada sensivelmente na outra Alemanha. Decorre êsse fato mais de influências comuns que atingem tanto os Estados Unidos como a Europa Ocidental, cuja economia excessivamente capitalista e privativista entrega-se a extremos de competição chegando a resultados socialmente mórbidos.

E são precisamente aquêles jovens refugiados que mais merecem do autor a denominação de "indecisos Hamlets modernos", pois, seriam êles os agentes de um nôvo ideal, de uma nova Alemanha messiânica que retirasse valores do Socialismo e Comunismo, tornando-os plásticos e flúidos, que se conciliassem com outros ideais construindo-se dessa forma um nôvo ISMO, quase eterno, ou seja, o Personalismo que não seria subordinado aos valores socialistas ou capitalistas, ou ainda, eslavizantes ou anglo-americanizantes.

Tais são as perspectivas de superação de ISMOS convencionais e arcáicos que dariam,

para Gilberto Freyre, os jovens insatisfeitos alemães, modernos Hamlets, proporcionando assim, talvez pioneiramente, novas saídas para a crise atual, crise já definida como de caráter nitidamente metafísico. Honesta interpenetração de contrários aparentemente inconciliáveis seria a nova fôrça, jovem e virgem, para uma definitiva ressurreição européia, particularmente a alemã.

Se nas Alemanhas, o pensamento da juventude universitária é de conciliação, ou superação, o quadro europeu ocidental não deixa de apresentar sintomas paralelos.

Relembra Gilberto Freyre seus contactos com líderes franceses do sindicalismo e do comunismo e chega à constatação numérica de que os jovens cada vez mais se alheiam da ideologia eslavizante. Destaca o envelhecimento de antigos dirigentes comunistas face ao pouco entusiasmo dos jovens. Na França, 56% dos membros do partido comunista têm mais de 40 anos de idade e apenas 5,6% apresentam menos de 25 anos. Por outro lado, o número de membros militantes diminuiu desde a "libertação". Hoje, possivelmente, não há mais de 300 mil comunistas ativos e destes apenas um décimo, talvez, se disponha "a lutar nas ruas pela causa redentora".

Disso resulta que o partido comunista francês tem que usar uma equipe de pelo menos 4 mil agitadores sociais, especializados e altamente treinados, como guarda e piquete de plantão. Para Gilberto Freyre, êsses fatos parecem mostrar que os comunistas franceses, de há muito ultrapassaram a fase mística ou messiânica. São, agora, grupos de oposição convencional sem penetração na juventude, esperança maior do destino nacional.

Talvez que isso servisse de advertência à parte da juventude brasileira, atualmente extremamente entusiasmada pelo comunismo, advertência de que nosso destino está, muito provavelmente, dentro de perspectivas culturais mais ibéricas, lusitanas e hispânicas e estas aliadas às nossas próprias situações de homens tropicais do que mesmo em imitações artificiais adquiridas em bancos de estudo ou movimentos de rua.

Na Universidade de Colônia, verifica Gilberto Freyre, — a revivência do gôsto pelo

francês — a ressurreição do espírito autenticamente europeu e de características supranacionais — os pendores cosmopolitas de convivência, ao lado de constantes regionais de paisagem e cultura. Ressurreição alemã no culto regional — atribuindo-se justa importância sociológica às raízes folclóricas — no culto da província, da aldeia. Fato bastante sensível ao iniciador do Movimento Regionalista brasileiro, que seria a seu ver, das coisas mais inteligentes, “a importância concedida a tais raízes (as regionais e folclóricas) pelos analistas do ETHOS e da cultura de um povo (o alemão) cuja superindustrialização o vem conduzindo com extrema rapidez à posição de pioneiro de uma civilização automatizada”.

E dessa automatização decorre diretamente o problema tempo-lazer visto que as horas de trabalho humano tendem a diminuir com a substituição do esforço físico pelo esforço mecânico. Quanto ao problema do tempo, aliás, o próprio autor já vem insistindo em diversos trabalhos realizados no Brasil sobre uma Sociologia do Tempo.

Destaca Gilberto Freyre a importância da relação entre o Homem e o Tempo; e, em dias de uma cultura automatizada, a importância do lazer, da distração ou do ócio é, em todos os pontos, transcendente. Ócio e lazer ainda entendidos como elementos válidos para a cultura humana e não traduzidos como indolência e desleixo ou sintomas de patologia social. Elogio do lazer que vinha sendo considerado por algumas culturas, como a anglo-americana, por exemplo, como anacronismo do século XX, mas que, face às novas situações criadas pela máquina, toma cores atuais e de inequívoca importância. É, ao que parece, mais uma superação de velhos aforismos como o de língua inglesa: “Time is Money”.

E das relações Homem-Tempo, relembra Gilberto Freyre, o sistema hispânico de desdém pelo tempo cronométrico e a valorização pelo “tempo folclóricamente festivo e espiritualmente significativo”. Tão ao gosto dos espanhóis e tão dentro do círculo de interesse de Gilberto Freyre que, em face de suas constantes meditações e estudos, volta a ser convidado para, na Universidade de Colônia, conceder cursos e conferências sobre uma “Filosofia ou uma Sociologia do Tempo”.

Interesse pelo Tempo, sociologicamente considerado, dos alemães de hoje, que seria, ainda, um dos aspectos de ressurreição.

Interesses refletidos em considerações tais como a de se saber se a gente hispânica está “em situação de concorrer para uma revalorização de base folclórica do lazer entre as multidões das áreas superindustrializadas do mundo ora em processo de rápida automação, pelo fato de ser uma gente — a hispânica — que, graças a um Cristianismo em grande parte folclórico, festivo, comemorativo de santos, guarda imensas reservas de danças, cantos, folguedos, suscetíveis de ser modernizados ou adaptados a multidões modernas, ou ainda a tendência do hispano de dividir o dia menos cronometricamente do que em madrugada, manhã, meio-dia, tarde, fim de tarde, noite, noite alta, como se com o seu pendor para o individualismo anárquico só soubesse aceitar imposições de tempo, natureza e do seu ritmo; e não dos relógios”. Daí a crítica de Gilberto Freyre à destruição, face ao novo tempo-produção, de influência eslava, das multidões folclóricas, dos deuses ou dos santos associados, senão litúrgica, folclóricamente, não só ao seu tempo-trabalho como, principalmente, ao seu tempo-lazer”. E, talvez, seja o maior perigo que uma socialização asfixiante possa trazer, o de uma “superficialização da cultura pela ênfase mecânica”, em prazo curto, substituindo ou esmagando os valores tradicionais do folclore, litúrgico ou profano, desenvolvido, guardado e professado por massas, ainda, iletradas.

E da sua Sociologia do Tempo, procura o autor reabilitar a cultura hispânica, dentro do seu imenso espaço-social — europeu e também tropical — apresentando o assunto mais como elemento de valor, de interpenetração cultural, nada desprezível, dentro do contexto de uma civilização automatizada e excessivamente cronometrada. Mais uma reabilitação do tempo — como o entende o hispânico — do que uma apologia cega a determinada cultura como um todo. Mais, uma identificação do tempo com a vida.

Preocupando-se ainda com os problemas trazidos pela transposição de culturas européias para os trópicos ou, em outras palavras, pelo alargamento do espaço social e cultural de europeus, especialmente os lusitanos e os hispânicos, através de áreas tro-

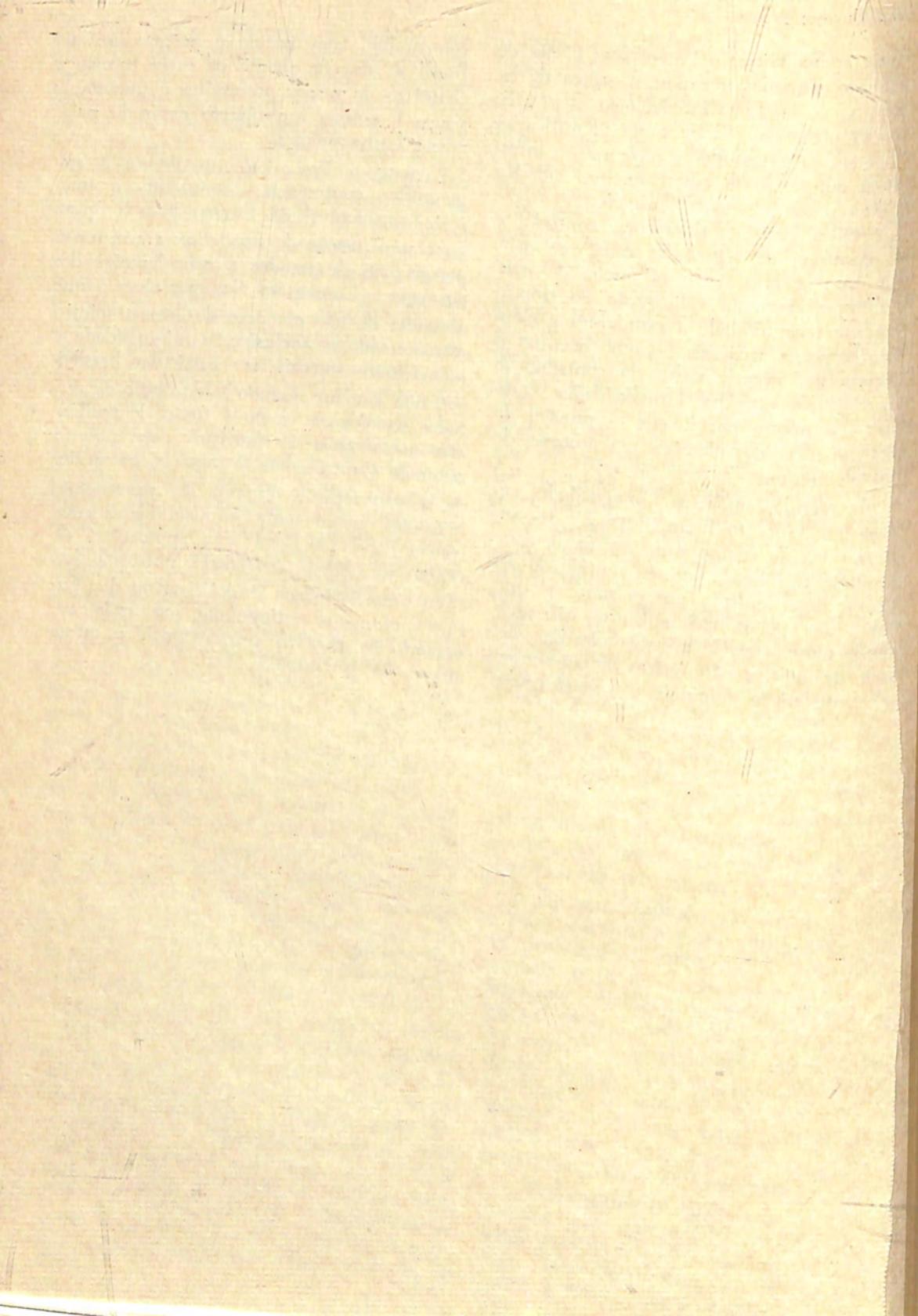
picais, retoma Gilberto Freyre suas idéias, de há muito pensadas e expostas, acêrca de ciências como a Luso-Tropicologia e a Hispano-Tropicologia. E de tanta identificação com suas próprias idéias e teorias, confessa-se o autor, quase emotivamente, cidadão de uma pátria chamada Trópico.

De tôdas essas considerações, contudo, é que decorrem as afinidades cada vez mais claras que se encontram no modo de pensar europeu em sua valorização do trópico e em sua receptividade a estudantes e cientistas de países tropicais. Como acentua o conferencista, grande parte da contribuição ao corpo discente das Universidades européias — composto por jovens — provém de países, no dizer dos alemães, em processo de desenvolvimento.

É observando, ainda, as Universidades européias que Gilberto Freire destaca o incomparável nível de ensino superior, agora, completamente reabilitado em seu sentido de desenvolver uma cultura europeizante e universal e não apenas nacionalizante, não prescindindo mesmo tais Universalidades da colaboração de mestres estrangeiros de pensamento e contribuição originais e significativos,

comparando com justeza o descaso que no Brasil se observa quanto ao nível técnico e científico de nossos professôres e quanto ao pouco e escasso intercâmbio realizado pelas nossas Universidades.

Conclui o Prof. Gilberto Freyre a sua magnífica conferência, acentuando o interesse considerável da Europa pelo Trópico, na reaproximação de suas elites e nas novas perspectivas de estudos e considerações dos europeus. Consentem êles que têm o que aprender de não europeus de áreas tropicais, mencionando-se, inclusive, a originalidade e pioneirismo tropicais, em particular brasileiros, não sòmente quando à renovação de métodos sociológicos, como à fusão de tendências sociológicas já previstas pelo próprio autor de *Casa Grande & Senzala*, como ainda a contribuição original do pensamento brasileiro, notadamente o mais identificado com a Escola do Recife em "approaches" de caráter sociológico, ecológico e antropológico. Com uma Sociologia Projetativa, ou do "Futuro", europeus extinguíram, ou estão superando os ISMOS convencionais e quase mortos ou já "mumificados".



CODIFICAÇÃO TIPOGRÁFICA

O PROBLEMA aqui não é o de conduzir a "arte de imprimir com tipos" ao sagrado reduto das Belas-Artes. Cuidaríamos, se fôsse o caso, de propor a eliminação das barreiras com que se pretende fechar esse reduto jamais visto. Trata-se da outra "virtude" da tipografia, justamente oposta: a de ser capaz de não se "mostrar", a de se tornar invisível no mesmo grau em que a fala é inconsciente. Um código tipográfico é, de fato, quase um manual de prestidigitação. Ensina a escamotear tudo aquilo que na transposição de um teclado para outro — o teclado do autor e o teclado do impressor — possa representar um divertimento para os olhos do leitor, mas não deixando ao mesmo tempo escapar a nota sutil de personalismo gráfico transmitida em pormenores aparentemente desprezíveis, como a adoção de maiúsculas, a intencionalidade de certos "brancos", a mudança de clave dos itálicos, a judiciosa colocação das notas, que devem acompanhar o texto maior, passo a passo, em tom menor, como uma segunda voz. O jogo do pelotiqueiro é limpo, mas não deixa de trazer a marca individual. As próprias operações físicas da tipografia sugerem o modo de ser da coisa impressa, que é, mais do que tudo, medida. Os extremismos se encontram e, neste sentido, tanto faz ver a persistência de romântico medievalismo para o qual a área da página é uma fachada que se tem de encher de ornamentos, quanto o vanguardismo que simplesmente a desarruma ou desnuda — ambos colocados à mesma distância do verdadeiro texto para ler.

Tudo isso se encontra implícito nas primeiras palavras desse oportuno renovador da codificação tipográfica francesa. (GOURIOU, C. *Mémento typographique*. Paris, Hachette, 1961, xi, 128 p.). "A tipografia — linguagem — e a gramática, diz êle, juntam-se ao mesmo destino: suas regras, fruto da experiência e da tradição, indiscutidas às vezes, freqüentemente controversas ou ignoradas, sofrem continuamente os embates das exceções, sem cessar renovadas, ao sabor da busca, legítima ou aventureira, de uma expressividade mais eficaz". "Nestes domínios, continua, longe de reinar como soberana absoluta, a lógica freqüentemente se anula diante dos costumes. No entanto, a cada um dos problemas levantados pela necessidade de transcrição do pensamento, tem a tipografia o dever de dar pelo menos uma solução, acontecendo-lhe porém produzir outras, desde que solicitada a fazer valer certos matizes ou certas sutilezas".

Sutilezas e matizes próprios da tipografia, veja-se bem, como veículo da transcrição do pensamento. Não se admita sequer o dissimulado barroquismo das composições "originais": o tipógrafo deve escrever certo por linhas certas. Mas o caso do inteligente *Mémento* ainda é outro. Outro ainda mais importante, que não sendo o da composição propriamente dita agita-se na região indiscriminada da tipografia, da gramática e da bibliografia. Na mesma terra de ninguém onde certo manualista inglês queria construir uma "gramática da investigação literária" que fôsse uma mistura de pesquisa bibliográfica e de crítica textual. A investigação dos textos se faz inclusive no limiar da inconsciência tipográfica. Não se perca nenhuma das invenções, deliberadas

ou sugeridas, do original que desce às oficinas. Tudo está em saber transcrevê-lo no nôvo, riquíssimo e por isso desafiante teclado.

Este código, porém, para ser digno do nome, não saberia afastar-se do imediatismo didático. Sua investida no terreno da teoria dos sinais nada mais é que uma tímida indicação de *avant-propos*. Mas não esquecer de que é sobre a dissimulada ossatura das regras que se pode montar os planos da legítima arquitetura tipográfica. Falávamos no personalismo que do original se deve filtrar para a mancha da impressão, mas este é um personalismo que se tem de constringer às regras desta poética a quatro mãos. Pois assim como o impressor deve ser fiel ao manuscrito, deve o autor previamente sujeitá-lo à idéia da coisa impressa. Não vale somente o humorístico conselho do inglês, segundo o qual obriga-se o compositor a seguir o original, mesmo que êle vôle pela janela. Supõe-se uma uniformidade primária, asseguradora do fluxo da leitura, a que todos devemos obedecer sem resistência, e por cima da qual pode cada tipógrafo tecer sua invisível teia.

Os códigos tipográficos, portanto, não se dirigem somente aos tipógrafos, mas também aos editores e aos autores. E é somente depois de obtida a conformidade geral a um conjunto mínimo de cânones que se pode pensar num estilo tipográfico. E antes de tudo à falta disso que ainda não se encontra boa tipografia no Brasil. Sem codificação, os autores confiam na orientação do editor o editor confia na experiência do tipógrafo, e o tipógrafo brasileiro — este de há muito que perdeu o bom senso tipográfico espelhado no sólido embora rude artesanato herdado das oficinas portuguesas.

Ou — o que é pior — o autor se supõe capaz de disciplinar, êle próprio, a composição e a paginação dos seus livros, pondo acima das exigências do leitor comum o que pensa ser a cristalização do seu senso estético ou a materialização do seu pensamento científico. Tudo se perde, então. O aparato das notas varia de livro para livro, confunde-se o uso de aspas e de itálicos, despreza-se a precedência dos elementos das preliminares e das finais, as bibliografias se arcaizam no ordenamento por prenomes, as abreviaturas, fantiosamente formuladas, se tornam ininteligíveis e até a própria nomenclatura bibliográfica é desconhecida ou trocada, nunca se sabendo ao certo, por exemplo, qual a espécie de ilustração a que uns chamam pranchas, outros planchas e outros ainda — inconscientes hispanizantes — lâminas.

A tábua de conteúdo deste código francês dará idéia da extensão da matéria. Na primeira parte, reservada às "etapas da composição", estão expostas as condições em que se deve apresentar o manuscrito ao editor, compreendendo a maneira de indicar os reais tipográficos desejados, o tratamento a ser dado às ilustrações e aos títulos correntes, o manejo das provas e dos sinais de revisão (exemplificados em apêndice). A segunda parte, que forma o corpo principal do código, contém a tabulação dos "usos tipográficos" — de itálicos, de maiúsculas e minúsculas, de versaletes; as maneiras de escrever os títulos das obras nas referências; a composição de citações e de diálogos; o emprêgo de números, abreviaturas, símbolos e pontuação; as formas de paragrafação, de epígrafes e de inscrições

lapidares. Reúne finalmente o autor, na última parte, espécimes de índices, de tábuas de conteúdo, de bibliografias, de peças teatrais e de inquéritos.

Esta bem cuidada publicação de Hachette, contudo, só nos serve de exemplo quanto à oportunidade de instaurarmos o nosso próprio código, a tornar-se possivelmente obrigatório nas editoras oficiais. Pois como a gramática, a tipografia — linguagem — é um fato geográfico e social, somente se tornando um valor quando harmoniosamente implantado num todo cultural. ORLANDO DA COSTA FERREIRA.

DIREITO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

(Publicação da Universidade da Bahia)
(Série II — 24 — 1961)

O DIREITO BRASILEIRO tem oscilado sob a influência predominante do Positivismo e a menor, embora atuante, do Neokantismo.

Ambas formalistas e pouco preocupadas com as implicações históricas e econômicas do fenômeno jurídico.

Miguel Reale, com a sua teoria tridimensional, e Orlando Gomes, com sua crítica atualizante da legislação civil brasileira, representam algumas brilhantes exceções. Exatamente o último livro de Orlando Gomes, intitulado DIREITO E DESENVOLVIMENTO (Publicação da Universidade da Bahia, 1961), atraiu nossa atenção recentemente, graças à oportunidade das suas observações originais.

Metodologicamente Orlando Gomes parte da constatação de ser o Direito "fenômeno de superestrutura", que "não corresponde, atualmente, às transformações ocorrentes na infra-estrutura da sociedade". (p. 11). Seu objetivo é "a verificação do desajuste entre o Direito e os fatos numa sociedade em transformação, que está a realizar o complexo processo do desenvolvimento econômico, — a sociedade brasileira". (p. 11-12).

Em vez de recorrer aos dúbios conceitos de "progresso" e "atrazo", o autor, com realismo, prefere a expressão "correspondência", afirmando: "Em verdade, o que ocorre em toda sociedade que se transforma é a rutura do equilíbrio entre as suas partes". Com efeito: registra-se, atualmente, no Brasil, uma "desarticulação dos mecanismos tradicionais de controle social e pela subversão dos valores relativos à hierarquia das posições sociais". (pp. 7-8). Trata-se de um "processo crítico". (p. 7).

O problema encerra fundamental importância para a discussão e concretização do "caminho brasileiro" para o desenvolvimento. Por mais que se tenha falado em "Nacionalismo", as idéias influenciadoras da renovação ideológica brasileira têm continuado a vir de fora, adaptadas, porém ainda importadas. Por exemplo: Roland Corbisier, em FORMAÇÃO E PROBLEMA DA CULTURA BRASILEIRA, não esconde suas vinculações a Max e Alfred Weber, a Burkhardt e a Bergson; Guerreiro Ramos, n'A REDUÇÃO SOCIOLÓGICA, reconhece consistir, "em essência", a sua "redução", à "Sociologia engajada e militante" de Hans Freyer; Alvaro Vieira Pinto, no seu recente e magnífico livro CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL, professa um ostensivo Hegelianismo, ao considerar que "o pro-

cesso do desenvolvimento nacional é função da consciência que a nação tem de si mesma", chegando a afirmar: "Os fatores ideológicos produzem o processo de desenvolvimento". (pp. 30 e 31).

Nada disto desmerece, porém, o papel renovador destes e doutros autores. As idéias não brotam de geração espontânea. A Cultura é um todo e um patrimônio da Humanidade inteira, não sendo recriada em cada país, ou região, por cada geração que se sucede. Daí o ridículo do ressentimento xenófobo, peculiar a muitos adeptos do Nacionalismo e ausente em inúmeros dos seus corifeus brasileiros, o que representa um sinal positivo para êstes últimos.

Foi ainda Orlando Gomes, noutro excelente trabalho anterior, RAÍZES HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (Publicações da Universidade da Bahia) (1958), quem frisou muito bem: "O idealismo de elite tem sido, entre nós, como foi na elaboração do Código Civil, de irreversível utilidade para o próprio desenvolvimento do país. Transplantando para um país subdesenvolvido, que vivia exclusivamente na dependência da exportação da produção agrícola, instituições e doutrinas oriundas de povos desenvolvidos, os elaboradores do Código Civil concorreram para o aperfeiçoamento do nosso direito privado, sem sacrificar a tradição pela novidade, e sem cair no servilismo de outras codificações.

"Essa influência do direito escrito que se antecipa à realidade só se exerce, porém, quando a lei se coloca na perspectiva do desenvolvimento social, apresentando-se como uma aproximação da realidade futura". (pp. 71-72).

Embora Alvaro Vieira Pinto insista na necessidade de massificação dos ideais nacionalistas, êles têm continuado a partir de uma "intelligentsia", cuja missão precisa ser a de diálogo com a massa, expressando suas reivindicações, porém dificilmente atingindo uma fusão entre ambas, por problemas de vocação específica, e não por estratificação social.

Assim sendo, a mensagem de Orlando Gomes, em DIREITO E DESENVOLVIMENTO, prolongamento da sua mensagem de RAÍZES HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO e d'O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO (Contribuição ao II Congresso Internacional de Direito Social — 1958), encerra uma importância especial. Trata-se da análise lúcida da realidade brasileira, por um dos seus mais eminentes juristas-sociólogos.

Orlando Gomes, depois de situar o desequilíbrio entre infra e superestrutura, sob os termos de "Mudança social e crise do Direito", dentro da linha antes mencionada, frisa o sentido teleológico da sua obra: o de ajudar "a chamada revolução brasileira", "caracterizada pela arrancada decisiva para a liquidação do sub-desenvolvimento". (p. 45). Mostra, em seguida, o que classifica de "heterogeneidade da Economia brasileira e Direito", com suas distorções e inadequações, destacando, com muita oportunidade, a alienação da maioria dos juristas brasileiros: "Lamentavelmente, a doutrina não tem se interessado por estudo mais aprofundado das peculiaridades do nosso direito, muito prêsa que ainda se acha à literatura jurídica da França, da Itália e da

Alemanha, sem se aperceber, como notou Ascarelli, que muitas afirmações doutrinárias francêsas e italianas adquirem sentido diverso entre nós e que isso é um efeito da peculiaridade da orientação da prática brasileira. De lamentar ainda que, em vez de se preocupar com o estudo dessas particularidades, a maioria se dedique à exposição e discussão de questões largamente debatidas no estrangeiro que têm, porém, **uma importância marginal**". (Os grifos são nossos). (p. 74).

Dai, entre outros motivos, o desajustamento do Direito positivo brasileiro, "em mora com os fatos".

Em seguida o autor enumera e analisa as brechas: "Notadamente nas partes relativas à organização da família e ao direito hereditário —, nos pontos em que interessam ao processo do desenvolvimento econômico" (p. 77).

O direito de propriedade, em especial do setor rural, merece sua especial consideração, concluindo: "evidentemente, sem uma reforma agrária de profundidade não será possível atingir a uma etapa do desenvolvimento capaz de sustentar os rápidos progressos da industrialização". (pp. 119-120).

Finalmente: Orlando Gomes encerra DIREITO E DESENVOLVIMENTO com uma importante contribuição a um tema pouco analisado, cientificamente, e de influência decisiva no Desenvolvimento brasileiro: a fiscalidade, denunciando o "colonialismo interno" da atual organização do imposto de vendas e consignações, sugerindo nova formulação para a "taxação dos lucros" reinvestidos e para o imposto territorial, etc.

Em conjunto, e nas suas particularidades mais originais, o recente estudo do professor baiano representa epreciável contribuição à nova Ciência Jurídica no Brasil, em dia com o desenvolvimento e por ele também se engajando na luta, na batalha integral que o país trava contra a miséria e a ignorância, na atual etapa histórica.

Vamireh Chacon.

UM ENSAIO DE SOCIOLOGIA

"NOTAS para um estudo das relações do caminhão e do motorista com a paisagem e o homem brasileiros, em geral, e nordestinos, em particular": êste o subtítulo de Marcos Vinícius Vilaça dá a seu livro *Em torno da sociologia do caminhão* (Edição do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961 — 162 p.) e que parece definir o livro, pelo menos do ponto de vista do autor.

Trata-se, realmente, de tentativa de interpretação do caminhão como "manifestação autêntica de transporte", como "relação de transporte com economias e populações" (p. 17) e de sua presença na vida brasileira e, particularmente, na nordestina. Presença cuja influência "alcança (...) o homem, o animal e as cousas", "cria um linguajar próprio", "forma um novo tipo humano". Que "civiliza" e "enriquece o folclore"; que "cria mitos" (p. 18). Para o autor, "já se esboça na fisionomia brasileira uma **como época do caminhão** que pode ser considerada transregional", originando "essa como que nova expressão de desenvolvimento (...) no cenário das realidades nacionais" (p. 18). Seu intento é o de demonstrar-lhe a ocorrência e analisar as suas múltiplas implicações e formas existenciais. Intento que se justifica

plenamente, dentro dos limites de ensaio em muitos aspectos pioneiro e inovador.

A obra é trabalho de sociologia, tomado o termo no seu sentido mais geral. Nenhum exclusivismo de método, de visualização, de linguagem. Visão aberta e sobretudo desassomburada em suas perspectivas. Só aparentemente assistemática. Com êste instrumental globalizante, desenvolve-se análise compreensiva do fenômeno da integração regional brasileira e do veículo mais constante e efetivo dêsse integrar-se — o caminhão. Análise que, se se orienta por um prisma particular, êste será antes regional e até local do que metodológico, constituindo-se modo de angulação válido na medida em que se integra com tendências e aspectos da própria área escolhida para estudo. A área é o grande nordeste, de que se destaca uma subárea em que se concentra o campo de observação do autor: o agreste e o sertão do nordeste oriental.

A partir de campo aparentemente restrito, torna-se possível a generalização em termos nacionais, sobretudo quando o ponto de vista adotado é o amplamente sócio-cultural, onde precisamente aparecem as constantes mais marcadas do fenômeno, e as mais generalizáveis ao caso brasileiro.

É ainda em função da ótica particular ao autor que não lhe escapa que, do caminhão — instrumento de transporte e do comércio com paisagens — não se desvincula o homem. O caminhão aparece, com efeito, como sendo sociologicamente homem e máquina, e ao estudo de um meio de transporte acrescenta-se o de um tipo social que com êle se confunde: trata-se do motorista, do chofer. Personagem singular, traz o motorista consigo, em sua morfologia transaccional, marcas de tempos sociais diversos; realiza, nêle mesmo, fusão de formas culturais diversas; é, como as mercadorias que transporta, criador de hábitos, destruidor de costumes anquilosados. Em suma, age no sentido do progresso social.

No estudo do motorista e dos fenômenos de mobilidade social, vertical e horizontal, que com êle se implicam reside um dos grandes méritos do ensaio. A mobilidade vertical tem no caminhão elo, degrau, escada. A mobilidade horizontal é melhor estudada, sobretudo no seu aspecto transregional, em que se forma o binómio caminhão (homem e máquina) — estrada. Faz surgir o aspecto pitoresco das romarias e o fato desolador das migrações, a que o caminhão "pau-de-arara" está tão "intimamente ligado" (p. 143).

É ao caminhão "pau-de-arara", com efeito, que M.V.V. dedica as últimas linhas de seu trabalho. "Sob o peso de tantos atropelos, na tábua dura do caminhão "pau-de-arara", escreve, "sofre o nordestino, murchando de corpo e alma. Ao partir, defende que o comunismo é 'capêta', no fim admite o que seja mais revolucionário (...)". E conclui (p. 149): "Se a situação econômica não é resolvida, êle volta. Só assim. Para isso há os agenciadores da volta, a dizer que já chove, e que o milho já vai bonocar".

Roberto Cavalcanti de Albuquerque.

CRISE DA AUTORIDADE, CRISE DA UNIVERSIDADE: CRISE É BRASIL (SÔBRE UM DISCURSO DE PARANINFO)

EM MOMENTO que pediria mais o comodismo

das palavras respectivas um mestre fala a seus alunos sobre a "crise da autoridade".¹

O tema desce dos editoriais austeros de jornais para ser sentido no ambiente restrito do ensino; o pronunciamento, pelos seus motivos e por sua origem é de ser atentamente escutado: é tanto mais grave quanto na autoridade mesma é que se funda a possibilidade de transmissão de uma cultura.

A crise de autoridade não é senão o lado anverso da necessidade geral de reformas. Essa necessidade, diz-se com freqüência, é que tem dado o "tonus" de nosso momento histórico.

Área mais sensível do organismo social, custa a crer que a estrutura do ensino não se tivesse ainda curvado às novas exigências. Mas quem se debruce sobre a história do país verá que de tal modo se fez daquela estrutura algo opaco e distanciado da vida que ela é agora não só incapaz de corresponder ao surto de desenvolvimento, mas incapaz mesmo de compreender quaisquer desses aspectos que tornam o Brasil de hoje surpreendentemente inovador no seu modo de ser dinâmico.

Das escolas de jesuítas — que instalaram uma tradição de autonomia perturbadora das relações entre o todo social e as unidades de ensino; das escolas jurídicas e militares — aonde o estamento burocrático ia a partir do segundo reinado recrutar seus membros; da Universidade reclamada com sangue nos séculos XVIII e XIX — se chegou a que?

A este organismo tão pouco plástico que, não é ousado dizer-se, não traz dividendos esperados nem mesmo à classe dominante a serviço da qual foi erguido. As instituições anacrônicas que fazem mais que deter a evolução social, se opondo enrijecidas às investidas saneadoras dos órgãos estatais. Isto em um tempo em que se pode considerar superada no mundo a luta por uma autonomia universitária que fôsse apenas couraça contra abusos de um Estado intromissor e é lícito falar de uma luta por uma "autonomia ativa" a forçar as Universidades a que assumam seu verdadeiro papel diante da comunidade. O papel de agente do desenvolvimento e, entendida a educação como investimento, o de também procurar ressarcir a sociedade pelos altos custos dos estabelecimentos de ensino.

Até nos Estados Unidos é discutida a questão se a escola deve atrever-se a participar da transformação da vida social.

Divisora de classes, fonte de privilégios — é o que se tem dito da Universidade brasileira. Daí sua reforma, diz-se ainda, não se dever restringir à mera questão pedagógica, mas ser questão social e política.

Aos agentes encarregados do ensino superior no Brasil, que fica como resposta?

Muito pouco, pois o menos a se dizer do nosso ensino é que ele não estabeleceu laços verdadeiramente estreitos com a vida. Isso pode ser irrelevante numa fase risonha e franca. Não nesta época de tais mudanças em que "nem mesmo os conservadores esperam que seus filhos vivam no mundo que conheceram". (Manheim).

Walter Costa Porto.

O PROBLEMA DA UNIVERSIDADE

NA EVIDÊNCIA de um momento pré-revolucionário, alguns escritores reabilitam o gênero panfleto: linguagem forte e fácil, de coação e otimismo, repetitiva para ser clamadora. Mais do que bradar, arregimentar. Menos do que por questões ou instaurar debates: uniformizar um comportamento. Cedendo, assim, a intenção sociológica do autor, pela ausência de dados, pelo esboço muito generalizador do problema e pela incidência nos "slogans" menos depurados da situação.

A iminência da tese

"... a reforma da Universidade é apenas uma faceta particular do problema da reforma geral da sociedade brasileira, aquela que, dizendo respeito mais de perto à existência do estudante, não só lhe interessa em caráter pessoal como é a via de entrada na sua compreensão do processo geral da nossa realidade." (Pág. 9)

vem expor-se ao perigo de um assentimento banal. (*A questão da Universidade*, Alvaro Vieira Pinto, Editora Universitária).

Estilo panfletário, por necessidade de intervenção direta, comprometendo, pelo mesmo, uma análise científica — no caso, sociológica — da questão: "... do contrário cairíamos nas velhas, pedantes e fúteis discussões acadêmicas sobre planos para melhorar o ensino superior, leis de reformas, e tantos outros divertidos e inofensivos debates" ... (pág. 13). Ainda na mesma página: "Ninguém tenha dúvida, o destino, a forma futura da Universidade brasileira está sendo decidida neste momento muito mais num comício de camponeses no Nordeste, do que nas salas de reunião dos Conselhos de Educação".

O reconhecimento da omissão e mesmo fracasso das autoridades e reformas impostas estaria superado simplesmente com o anunciar que "... a reforma tem de ser feita de fora para dentro, e por via política, e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública, enfim, numa luta cujo plano é muito menos a aula do que o comício" (93-94)? Apenas por audácia, ou facilidade, ou desespero, ou intransigência? Entretanto as convicções do escritor Alvaro Vieira Pinto se exprimem por imperativos: tem que ser feito, deve ser feita.

Apesar de breves (e convenientes) ressaltos, o esquema é composto em termos da luta de classes — professoral e estudantil. Classe dominante, reacionária, retrógrada, "funcionária", vitalícia, inculca — a dos mestres. Classe progressista, descomprometida com os poderosos, identificada com a consciência popular — a dos alunos. Por isso, a dedução (ideológica) inexorável: "A pregação da Reforma Universitária tem de ser feita ao povo, como aliás a das demais reformas exigidas pelo País, e não aos eruditos catadráticos que nela só vêem um motivo de perturbação do sono" (pág. 95).

Como desconfiamos de fórmulas que se precipitam sobre a realidade, solicitamos uma investigação mais objetiva por estudantes e

¹ Discurso de paraninfo do prof. Paulo Freire, na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, 1961.

mestres — em diálogo de resistências e afinidades.

E também porque, até hoje, falharam ou se demitiram as "élites" universitárias, o Prof. Alvaro Vieira Pinto denuncia:

"O mais grave está justamente neste último aspecto: a Universidade incute no espírito do aluno a idéia de que a aquisição de cultura destaca do povo. Por isso, a Instituição expulsa o povo do direito à cultura. Como não está vinculada às massas, mas às classes dominantes, não lhe ocorre compreender que é precisamente pela cultura que se deveria ligar o povo, fazendo-o ingressar, em totalidade, no âmbito dos seus anfiteatros e laboratórios". (pág. 45).

Motivados pelo otimismo revolucionário do autor, indagamos: se o desejo de ultrapassar uma educação para privilegiados, além disso livresca, vai corresponder a uma nivelção ou proletarianização do saber universitário? Substituir-se-ia uma forma de dominação por outra? Se a Universidade, mesmo destinando-se a uma cultura superior (verdadeira), não poderia estender-se em missão civilizadora — sem utopia —, integrando-se nos ideais da coletividade — sem medo nem demagogia? São outras questões da universidade que certamente fogem aos objetivos imediatos do autor, preocupado em falar uma linguagem direta, muito bem interpretada na contra-capta do livro: "A Questão da Universidade é um exemplo de agressividade na democracia da UNE".

Embora reafirmando a "praxis" da classe estudantil, que se "... não possuiu seu projeto de Reforma, por mais imperfeito e até por vezes ingênuo, impreciso e errôneo que seja, não possuirá condições para enfrentar o projeto que a classe dominante lhe irá oferecer"... (pág. 152), o autor não se retrai diante do desejo de apresentar "medidas práticas da Reforma": o co-governo, a supressão da trincheira do vestibular, a Universidade do Povo, a luta contra a vitaliciedade da cátedra e o entrosamento do ensino superior com os centros sociais de produção, fábrica, fazendas, emprêsas. Sugestões do Professor brevemente transformadas em reivindicações dos estudantes: onde a verdade de um projeto por uma classe exigido por uma pesquisa e reflexão, por estudos e atuação definidos?

Pela inescusável força da comparação: o ensaio do Prof. Alvaro Vieira Pinto é contundente como a peça "O Auto dos 99%", mas tendo a desvantagem de não apresentar fatos, flagrantes, estatísticas, como o livro — igualmente de um momento pré-revolucionário — do escritor Franklin de Oliveira, *Revolução e Contra-Revolução no Brasil*.

Jonard Muniz de Brito.

NACIONALISMO E TRÓPICO

PREOCUPADO em racionalizar o nacionalismo — entre nós "principalmente uma exploração emotiva" — o que nos apresenta Vamireh Chacon *A Revolução nos Trópicos*. Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos — 1962) é um largo afresco da turbulência dos povos em redor dos trópicos. Descendo às origens do nacionalismo moderno não deixa de, às suas motivações culturais e comunitárias, acres-

centar o exame de suas implicações básicas de sentido econômico — a dependência dos países subdesenvolvidos na oferta de bens primários aos compradores industrializados, o frágil crescimento de capital e investimentos a não possibilitar o pleno aproveitamento da força de trabalho.

A análise dos movimentos nacionalistas indonésio, árabe, indú, iugoslavo polonês, cubano e brasileiro junta o autor a idéia de uma frente comum com os povos africanos em torno de "reivindicações não só econômicas como, sobretudo, humanas, de defesa intransigente da miscigenação entre brancos e povos de cor e da aculturação de valores europeus, e ocidentais em geral, nos trópicos".

Contra isso estariam os "interesses coloniais de setores da opinião portuguesa" e o "pseudo-arianismo de largas faixas da mentalidade brasileira". Este pseudo-arianismo que nos vem fazendo perder "grandes oportunidades de liderança entre os povos de cor no mundo".

Pois o ocidente — "enquanto cultura e civilização e não como sinônimo de capitalismo", corre a advertir — poderá ser salvo na África e no Oriente pelo nosso país.

Valem essas idéias como uma prévia e devem ser efetivamente olhadas como sintoma firme da orientação que o autor imprimirá ao Centro de Estudos Internacionais recentemente criado pela Universidade do Recife e entregue a sua guarda: o Recife será a "pioneira ponta de lança" nesta tarefa de "racionalizar e ampliar as relações brasileiras" com as áreas africana e asiática. Áreas onde os erros acumulados da colonização europeia reclamam agora a descoberta, a conquista, a ordem admirativa e o suceder de gerações como títulos de legitimidade. Como se não tivesse o desbravamento, a ordem e a paz procuradas o único e pouco honesto intuito da exploração predatória e como se os valores de organização e financiamento que o branco representa nessas regiões pudessem se deter em locais que não devolvessem largos dividendos.

Walter Costa Porto.

PESQUISA FOLCLÓRICA NO NORDESTE

Seria a Ciranda algo "nôvo" em nosso folclore? Um fenômeno inédito? Uma dança conhecida dos estudiosos sob denominações diversas e, as mais das vezes, desconhecidas? Ou não viria a ser mais do que simples variante do côco nordestino? Que critério científico adotar na colheita do material para análise, dado que nas diversas zonas da faixa litorânea pesquisada, do Estado de Pernambuco, o caráter essencialmente variante dos cantos e melodias parece ser a regra geral? Que valor efetivo poderia ter a origem da palavra diante da evidência etimológica concreta que parece sugerir, ao contrário do que a maioria dos musicólogos brasileiros costumam repetir sem maior criticismo, ser a Ciranda motivo baseado em "tema de adulto"? Que interação poderá ter havido entre a Ciranda e outras formas de dança do Nordeste, como por exemplo o côco? Até que ponto poder-se-ia postular, com bases analíticas reais, uma influência direta do canto Gregoriano no perfil melódico de certas canções de Ciranda?

Senhor de uma respeitável cultura musical e musicológica (*Ciranda — Roda de adultos*)

no folclore pernambucano. Pe. Jaime Diniz, Revista DECA, Departamento de Extensão Cultural e Artística, Recife, 1960, n.º 3), o autor ataca estas questões com muita simplicidade e rigor científico, denotando uma atitude de independência espontânea e impessoal diante do problema da música brasileira ainda em processo de cristalização. Resulta daí, talvez, o maior mérito de todo o seu paciente trabalho: a quebra de uma visão estática e aberrante do nosso folclore musical iniciada paradoxalmente por Mário de Andrade e ainda hoje sustentada pelos seus seguidores imediatos de São Paulo. Para o saudoso musicólogo do Movimento Modernista de 1922, "o Brasil não possuiria uma verdadeira música folclórica, isto é, não possuiria cantos tradicionais transmitidos de geração a geração e comuns pelo menos a uma certa região; nas nossas cantigas, os textos, embora circulem por várias delas, permanecem muito mais do que a música, que nunca se fixa numa forma só, desdobra-se em infinidade de variantes..." (Oneyda Alvarenga, *Música Popular Brasileira*, p. 27, Editora Globo, 1950). A esta interpretação a bem dizer forçada de uma realidade cultural cuja própria razão de ser é seu dinamismo incessante, o Pe. Jaime Diniz contrapõe, sem polemicismo, o critério adotado por Béla Bartók e, hoje em dia, por todos os grandes centros de estudos folclóricos e musicológicos do mundo: "a música popular é como um ser vivente que muda de minuto a minuto — não se pode por isso dizer que esta ou aquela melodia é como foi anotada, mas somente que ela era assim na ocasião, no minuto em que foi anotada" (Béla Bartók. *Scritti sulla musica popolare*, citado pelo autor). Quer dizer: a variabilidade fundamental de nossa música folclórica não significa que o Brasil não tenha folclore musical propriamente dito, pelo contrário, indica que estamos diante de uma experiência musical popular autêntica e cuja vitalidade se manifesta precisamente através deste seu dinamismo.

Jarbas Maciel.

A CRISE CONTEMPORÂNEA DA LINGUAGEM: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

PARA O PROFESSOR CLAUDE PIGUET (*La Crise Contemporaine du Langage*, Imprimerie des Arts et Métiers S.A., Lausanne 1960), a crise contemporânea da linguagem há de ser entendida a partir da perda da unidade grega do logos. Baseado no pensamento do lingüista suíço, de linha husserliana, Johannes Lohmann, para o qual a rutura da unidade do logos, já se preparava dentro de si mesma, o autor mostra a significação profunda da revolução estoíca: "Daqui em diante... a linguagem não é mais logos, mas indicador (oratio) do logos (ratio); daqui em diante as coisas não são mais dadas, de um só golpe, com o pensamento na linguagem e por ela, mas elas não podem ser senão significadas extrinsecamente: o lugar em que o pensamento se liga à linguagem não é mais o logos, mas a "consciência" (pág. 5).

Revolução nas relações do pensamento com as coisas cujo efeito nos alcançaria até hoje: "Daqui em diante, e o cartesianismo registrará este estado de fato em toda a claridade, o nosso pensamento não habita mais naturalmente nas coisas, mas deve ir-lhes procurar, segundo ca-

minhos que são métodos, com a ajuda do pensamento e da linguagem" (pág. 5-6).

Seguindo nesta perspectiva histórica, o professor Piguet aborda o medievo mostrando como nele não se dá, apesar da redescoberta de Aristóteles, um retorno à unidade grega entre realidade, pensamento e linguagem. Piguet repete o que já notara bem Spitzer: é o caráter simbólico concedido à linguagem, que caracteriza o pensamento medieval. "O pensamento medieval procura então dominar, pelo pensamento, não só a linguagem concebida como um símbolo, mas a própria ligação simbólica que liga a linguagem às coisas" (pág. 6).

Seria, porém, com o Renascimento onde (mais uma vez) se cristalizaria o acervo do mundo pós-clássico grego quanto à idéia que hoje nos soa tradicionalizada sobre a linguagem como mediatizadora entre duas ordens em si autônomas: a ordem das coisas e a ordem das idéias. Completava-se a tripartição do logos grego: "O logos não é mais uma unidade viva e sentida como tal, mas uma triplice funcionalidade, das coisas entre si, das idéias entre si e das idéias com as coisas pela mediação implícita da linguagem" (pág. 6).

À época moderna, e é então que mais original se mostra o pensamento do autor, caberia a atomização de uma das partes já seccionadas do antigo logos: atomização da língua em linguagens. "A atenção filosófica, que se voltava sobretudo para as coisas reais entre os gregos, depois para as idéias da razão desde o fim da Idade Média, tornando de cada vez transcendente um destes dois polos, vai carregar daqui em diante sobre o intermediário que os liga, isto é, sobre a própria linguagem" (pág. 7).

Dois acontecimentos, acumpliciam-se, então, segundo o autor, para este resultado: o advento da ciência moderna e o romantismo. "A ciência moderna, escreve Piguet, nasceu com efeito no momento em que a linguagem cessou de ser um símbolo para se tornar uma linguagem simbólica, isto é, algébrica" (pág. 7). Também, acrescentaríamos para mostrar como este aspecto caracteriza a época, a novela nasceu sob desígnio semelhante: o seu processo de surgimento foi sendo o do abandono da linguagem, simbólica apenas enquanto atividade mental. Daí a antecipação que encontro na obra do autor espanhol Juan Ruiz, *Libro de Buen Amor*, onde, mais do que em Chaucer cu mesmo do que em Boccaccio, a palavra é mais que símbolo de valor prefigurado.

Esta observação que espero poder desenvolver um dia, naturalmente não interessaria ao professor suíço, porquanto o que lhe importava era mostrar como a linguagem científica progressivamente se converteria em uma linguagem apartada, especial, antes presa ao pensamento que às coisas (por efeito do seu caráter fundamentalmente matemático). "Servidora fiel, a linguagem simbólica sujeita-se ao pensamento que a maneja com êxito e que calcula; mas ela deixa de ser o símbolo natural das coisas reais" (pág. 7). E, por efeito desta sujeição, linguagem formalizada: "formalizar,

MAURO MOTA EM SEU NÔVO LIVRO

MUITO MAIS que *Elegias* (1952 e mais que *Os Epitáfios* (1959) é *O Galo e o Catavento* (Livros de Portugal — Rio de Janeiro 1952) que cataloga Mauro Mota definitivamente na geração de 45.

A rigidez e a pureza de construção dos sonetos que compunham *Elegias* quase sempre não podiam impedir que transbordasse a tensão emocional de seu autor: raras as vezes que na história da poesia brasileira o poder verbal de um poeta foi posto a serviço de uma emoção de tal modo amadurecida.

Em *Os Epitáfios*, ruas, precisões e assombrações do Recife velho, os engenheiros e a bandinha da cidade natal enchiam os poemas. Se o poeta cantava a chuva era a "que cai sobre o Recife"; o domingo de regatas era o da

rua da Aurora
a igreja dos Ingleses, o Ginásio
as canoas no rio, sempre o rio

Só em *O Galo e o Catavento*, longe dos motivos que o levaram à alta dor das "Elegias" e imunizado contra o regional pode o poeta voltar-se tranquilamente para os objetos que o cercam e entregar-se à expressão intelectualista e à ansia definitiva que caracteriza sua geração.

Daí talvez não se poder o leitor furtar em uns poucos trechos do livro à impressão de que haja um poeta como que a se desafiar ou um tema a ser vencido. Caberia indagar — e esta não é investigação que agrade aos novos críticos, ciosos de separar da obra de arte "os nossos propósitos" — se o poeta não sente falta de um impulso como o que o levou à sua primeira obra.

Mas a beleza de poemas como "A Lítania do Amanhecer" (pág. 69) redime o mero formalismo de peças como "Soneto Plumário" (pág. 17). E onde muitos dos de 45 falharam ao apressadamente dotarem seus versos de elementos populares, em atabalhoada perseguição do social, vem Mauro Mota acertando desde "A Tecelã", publicada em edição restrita pelo Gráfico Amador e posteriormente incluída em *Os Epitáfios*; não abdicando às novas conquistas técnicas em troca de um conteúdo novo mas também não permitindo exista o significado social como linha indiferente ao padrão formal dos poemas ("A Rendeira", pág. 21 e "Cantiga das Lavadeiras", pág. 25).

O olhar do poeta se volta principalmente para as coisas elementares — o pão, o mel, o leite,

a pequena colher
doce e mineral

a bilha, a semente, a toalha verde da mesa,

de franjas matinais
a toalha da mesa

atento à lição de Neruda: uma vida que se cumpre como vida é além de luta uma festa.

Walter Costa Porto.

SÓBRE UM POETA EXCESSIVO

PUBLICADO O ANO PASSADO (1961), pelo

em geral, é com efeito,...., falar das coisas falando de seus signos. O signo algébrico "i" tal que $i^2 = -1$ é signo de uma operação mental e mental somente" (idem).

É em face desta linguagem, já então construída, que bate o romantismo como o segundo acontecimento de importância capital e de direção contrária, pois: "O romantismo como experiência artística realiza a cisão da linguagem, porquanto ele *inverte* a evolução que a ciência formalizada havia feito a linguagem experimentar. A ciência, com efeito, puxara a linguagem para o lado do pensamento afastando-o das coisas reais; ora, o romantismo vai inversamente puxar a linguagem para o lado das coisas reais e considerá-la a si mesma como uma coisa real no meio de outras. (pág. 8). Magnificamente, Piguet vê o dilaceramento em que êsses movimentos pendulares põem o homem: "A ciência deixara de lado as coisas reais para melhor pensar e melhor falar, enquanto que a arte romântica enaltece tanto as coisas em lhes dizer ou em lhes fazer falar, que não sabe mais que fazer do pensamento, confinado por ela entre as necessidades utilitárias e não artísticas" (pág. 9).

Com a análise destes dois acontecimentos ímpares, Piguet demonstra a sua idéia central desta primeira parte da sua lição inaugural: tornou-se privilégio da época contemporânea o privar com uma multiplicidade de linguagens irreduzíveis, a formalizada da ciência, a linguagem-coisa da arte (e não se pense apenas da literatura) e a linguagem corrente. Todas necessárias e mais, dentro dos quadros atuais, necessariamente distintas.

Como, então, falará o filósofo? Através de que linguagem?

Essas são as indagações que orientam o fundamento da segunda parte do trabalho, que aqui se resenha. Se o filósofo não configurou a sua linguagem também autonomizada que lhe resta se "a arte e a ciência querem-lhe abandonar?" (pág. 9). E continua Piguet: "Que resta ao filósofo senão um resíduo, mal elaborado, confuso senão que obscuro, feito de linguagem técnica pelo uso de conceitos bárbaros e enxertada de imagens de pretensão poética?" (pág. 9).

Piguet analisa o pensamento fenomenológico sobre a linguagem, demorando-se em Husserl, o pensamento das correntes neo-positivistas (Carnap e Wittgenstein) e, daí, retira a conclusão de que eles não fazem a respeito mais do que confirmar o impasse das linguagens irreduzíveis. Não nos demoramos na análise desta parte, em primeiro lugar, porque ela compete agora ao especialista da filosofia e, principalmente, porque ela visa introduzir o leitor (anteriormente o seu ouvinte) para o que afinal de contas, para nós que não estamos em Lausanne, se nos escapa: as próprias aulas do autor, em que ele se propunha a busca de caminhos, ainda agora interrompidos, que conduzam a uma nova unidade das três ordens fundamentais do mundo humano: realidade, pensamento e linguagem.

Luiz Costa Lima.

Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife o livro *A Máquina de Orfeu* de Francisco Bandeira de Mello não obteve da parte dos críticos locais uma apreciação merecida. Procurando suprir essa falha em tanto injustificável, já que o livro nada tem de desprezível, tentaremos enquadrá-lo aqui em seu justo valor, de acordo, é claro, com o nosso senso da coisa poética. Haverá por aqui talvez alguma severidade, mas não está em causa o poeta em pessoa nem as suas possibilidades, mas sim exclusivamente o livro que nos ofereceu, objeto dado. É o que veremos a olho nu, sem lentes de aumento ou diminuição. Sem que entretanto nos libertemos de nossa paixão crítica.

A apresentação gráfica do livro, aliás, não o favorece muito, pelo à vontade que transparece e a capa de Adão Pinheiro melhor a sonharíamos, sendo êle a mais alta expressão da pintura jovem do Recife. Isso entretanto ainda não é argumento contra a máquina do poeta. Esta sim, trabalhou demais e nos deu um excesso de produção: nada menos do que noventa poemas, para um jovem que anda pelos vinte e cinco. Em tese o número pouco importa, mas vamos analisar o que êle significa nesse livro e encontramos um dado capital para entender a poesia que nêle se contém. É evidente que Francisco Bandeira de Mello é um poeta copioso, mas não é só no sentido externo do volume de sua produção poética: é também no sentido interno, de intuições copiosas. Mas, perguntamos, onde é que se localiza êsse excesso? Na imaginação e na fantasia criadora não o é propriamente. Não dizemos que êle seja um poeta imaginativamente escasso, isto lhe seria injusto: o poeta lida constantemente com o que êle mesmo chama de "as resistentes e macias metáforas". Mas o seu estoque imagístico-metafórico está mais ou menos de acordo com um esquema de convenções, próprio de sua geração e de sua idade, embora êsses dois elementos extra-objeto não devam ser levados em conta aqui. O fato é que as utilizações dêsse estoque (e sei muito bem que nenhum poeta escapa disso, do esquemático, apenas eliminado pelo esforço de uma razão impiedosa) nos poemas de Francisco Bandeira de Mello têm a aparência de serem realmente o que são: uma mera convenção estilística. Não é absolutamente nêsse sentido que F.B.M. tenta alguma originalidade poética, embora, é claro, a imaginação de um poeta não se manifeste apenas no jôgo metafórico. Manifesta-se também, por exemplo, nas suas escolhas temáticas. Ora, não é êsse também o forte do poeta. Basta correr os títulos de seus poemas para que se tenha disso uma idéia. A Francisco Bandeira de Mello pouco lhe importa que se tenha escrito cem poemas sobre "o verde canavial e a infância", escreverá o centésimo primeiro e escreverá também o bilionésimo sobre uma namorada. Se o livro de F.B.M. não é fortemente imaginativo, não é também intelectualizado. Sua poesia não é de forma alguma conceitual. Nunca se poderá valorizá-la por êsse ângulo, como se pode escrever até tratados sobre a ideologia de João Cabral de Melo Neto. Não há portanto nem excesso de imaginação nem de intelectualização. Resta um fator interferente da criação poética. O excesso da poesia de Francisco Bandeira de Mello se localiza na sentimentalidade, no seu quase-exclusivismo de reagir

emocionalmente às situações existenciais. Dizemos quase porque às vêzes não chega a manifestar-se propriamente uma emoção, que é uma reação psicologicamente complicada, mas simplesmente uma sensação, um mal estar ou bem estar diante de um estímulo qualquer, fora de nós, na vida. Veremos em que isso pode prejudicá-lo como poeta.

Mas já é tempo de dizer que o livro de que falamos não é apenas um livro isto é, inteiro, e sim dois livros ou pelo menos duas partes de um só livro. Preferimos considerar "A Máquina de Orfeu" e "O Sol Amargo" como dois livros separados, embora aqui reunidos em um só volume. Não é que haja qualquer distância cronológica na realização dos dois, já que os poemas (45 de cada parte) parecem ter sido escritos nas mesmas épocas. Presume-se portanto que a divisão tenha nascido de uma distinção de espírito entre os poemas e não meramente de uma cronologia. Parece-nos difícil saber o critério em que o poeta se fundou para distinguir os dois grupos de poemas. O único que nos parece razoável é o de haver muito mais artifício poético em "A Máquina de Orfeu" do que em "O Sol Amargo". Isso explicaria bem o título, em que a palavra máquina nos traz o sentido de produção artificial, mecânica. Mas por outro lado não explica a inclusão de poemas in-críveis como "O poeta vê mulheres magras", que parece saído da pena de Murilo Mendes. Se adotamos êsse critério temos o lado poético em "A Máquina de Orfeu" e o lado do patético em "O Sol Amargo". Mas isto seria incorreto por um lado e exagerado pelo outro, já que muito pouco do artifício de "A Máquina de Orfeu" é verdadeiramente poético e o elemento passional que de fato se presencia em "O Sol Amargo" de nenhum modo chega a prejudicar a poesia verdadeira de alguns de seus poemas.

Não deixa de ser curioso observar essa contradição: é justamente nos poemas em que o poeta menos se esforça em ser "literário" que se afirma em um nível literário mais alto. Pois em dizermos poesia verdadeira não queremos significar mais do que boa poesia no sentido literário-formal, poesia em que exista uma verdadeira integração verbal-conceitual, integração de ritmo e espaço. Falsa poesia ou má poesia, que para nós significa a mesma coisa é aquela em que existe apenas uma distorção lógica, o que é realmente um primeiro passo, mas insuficiente. Na verdadeira poesia a essa distorção segue-se uma harmonia, uma coerência que podemos chamar de supra-lógica. É isso que Francisco Bandeira de Mello consegue atingir algumas vêzes em "O Sol Amargo". Voltando ao que dizíamos no princípio dêsse artigo, a mera reação emotiva, a simples e indisciplinada sensação é que o prejudicam em atingir essa coerência poética mais frequentemente. Não se nega a interferência dêsses fatores na mais alta criação poética (ou estaríamos negando os grandes poetas do romantismo e do simbolismo mundial como Keats e Rimbaud), mas êles não se organizam senão pela participação racional. Expliquemos: sensações e emoções são grandes fatores de criação poética, mas precisam ser internamente trabalhados pela inteligência para que não se apresentem como primariamente passivos. Precisam criar-se como forma poética para que não sejam pura matéria indiferenciada. Justamente essa diferenciação é que não exist-

te e que reclamamos na maioria dos poemas de Francisco Bandeira de Mello. Vimos afirmando desde o princípio que é na segunda parte do volume e que se intitula de "O Sol Amargo" que se encontram as melhores amostras da poesia de F.B.M. O romantismo realmente essencial deste poeta, plenamente defensável como o romantismo de um Paulo Mendes Campos (este embora incomparavelmente mais "bem tratado"), aqui se revela em toda a sua plenitude e contudo muito mais do que acontece em "A Máquina de Orfeu", eivado de auto-criticismo. Neste se misturam ambigualmente o irônico e o patético como nos versos iniciais de "Biografia":

Eu sou o sem-mistério
o sem atrativos
poeta de celulose
mansamente diurno
e sem alicerces
vivo comprando a dôr
pois o sofrer é de graça

A mesma forma de criticismo se revela em outro poema, desta vez lembrando o Álvaro de Campos de Fernando Pessoa (que parece uma grande influência no poeta juntamente com Murilo Mendes). Aqui transcrevemos:

Viver, beber e dançar
ter nostalgias falsas
fazer versos
em estilos diversos
que projete as nossas almas,
através dos universos humanos,
que coisa bêsta!...

Não se poderia dizer contudo que esse auto-criticismo irônico seja realmente qualquer coisa de nuclear na poesia de Bandeira de Mello. Representam só estados de consciência isolados, mostrando que poderia haver na mente desse poeta pelo menos uma maior dose de "vontade de lucidez". O que acontece é simplesmente isso: um sentimental consciente de si mesmo e do perigo de sua posição desvia pelo rumo da ironia, mas um irônico inconsciente de sua impotência desvia pelo rumo do patético. Só muito raramente o elemento sentimental e o irônico conseguem se equilibrar a ponto de evitar o patético. É nesses raros momentos que o poeta Francisco Bandeira de Mello, sentimental por natureza e irônico pela inteligência, consegue realizar os seus melhores poemas, exatamente como acontece com o modernista Murilo Mendes (a diferença é que Murilo exacerbou o elemento irônico em sua primeira fase, enquanto Francisco Bandeira de Mello exacerba o elemento sentimental). Antes desearíamos, se esse poeta é essencialmente uma natureza de romântico, que ele derivasse mais para o patetismo do que para o sentimentalismo. Não porque a poesia esteja mais próxima desse ou daquele. Mas por outra razão extra-poética. Ao nosso ver o puro sentimentalismo reflete uma atitude mental de isolamento e de auto-complacência muito distantes do sentido crítico que exige a realização de qualquer arte (e até mesmo, por extensão, de qualquer ato humano), enquanto o patetismo de tal forma

intensifica emoções que a distorção se torna evidente à luz da consciência. É isso que nos permite diferenciar um William Blake de um Lord Tennyson. Neste sentido o jovem poeta Bandeira de Mello não nos deixa abandonar alguma esperança a respeito de sua poesia, e se ele largasse de uma vez para sempre certos cacotets sentimentalistas essa esperança se confirmaria. Não será por nenhum acaso que ele mesmo diz em um soneto, numa autêntica tomada de consciência:

E todo amante tem o seu cavalo,
sarças de fogo em lagos poloneses,
feito de bronze, e explosivo e largo.

Enjoei dêsses líricos ridículos,
tuberculosos e sensíveis princesas.
O amor não é humor, é coisa amarga

Por último gostaríamos de consignar aqui os momentos excelentes da poesia de Francisco Bandeira de Mello. Em "A Máquina de Orfeu" ele se move entre um vocabulário indisciplinado e só raramente em alguns versos isolados consegue um ritmo adequado. Com poemas de ordem objetivista (tão em moda) como "O Peixe" e "O Galo" consegue o melhor nível do grupo, justamente pelo limitado do que se propõe dizer. Em "O Sol Amargo" consegue encontrar em alguns poemas a simplicidade ideal para a sua expressão. Referimo-nos aos poemas iniciais "Só", "Anotação", "Poema de Moço", "Poema de Velho", "Poema" (Morte, que esforço/perdido e velho!), "Na barca de Caronte", "A boa melancolia" (menos os versos finais, pela facilidade) "Poema com um verso de Fernando Pessoa", "Os mortos", "Paisagem", "Biografia". Poemas como "Uranorama" e os sonetos intitulados de "O Sol Amargo", embora sem a relativa perfeição dos outros citados, chamam a atenção pelo que há nêles de emoção quase dramática ramando pelo patético, mas sem atingir a sua forma necessária. No poema "Os mortos", o meu preferido pelo que há nêle de sutil indefinição, há uma certa tonalidade de humor deontico que nos lembra o Manuel Bandeira de seus melhores momentos. Leia-se o poema:

Mas que amargura!

Sabe-se que o mundo vai girando lenta-
[mente];
na sala iluminada todos estão calados.
Na partida giratória do sete e meio.
Por que êsses olhares de vidro?
e por que êste sabor, ótimo, de cadáver?
Todos estão trespassados pelo tempo.

E afinal todos comeram do mesmo transe:
lá fora chovia princípios de mundo
e ninguém ousava recomear

Se o poeta Francisco Bandeira de Mello pretendesse sempre encontrar essa exatidão e essa nuance não teríamos que reclamar mais coisa alguma de sua poesia, e desearíamos que prosseguisse a sua faina com apenas possuir "mente firme e ânimo bom" como diria Goethe.

Sebastião Uchoa Leite.

Recife. Universidade.

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do
Recife, [V.1] — , jul.-set. — , 1962 — Recife,
Universidade do Recife [Imprensa Universitária] 1962 —
v. 26 cm. trimestral.

Diretor: 1962 — , João Alfredo Gonçalves da Costa Lima
Resumo em francês e inglês.

1. Educação superior — Periódicos. I. Título.

378.5 (C.D. 16. ed.)

378.4(05) (C.D.U.)

Univ. do Recife
S.C.B. 62-1278

F. D. R.

Joacas

12.6.1963